



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL - PROSS

SILVIA CATARINA DOURADO VASCONCELOS

**VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UMA ANÁLISE DA REDE DE ATENDIMENTO À  
MULHER**

ARACAJU  
Maio/2016

SILVIA CATARINA DOURADO VASCONCELOS

**VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UMA ANÁLISE DA REDE DE  
ATENDIMENTO À MULHER**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PROSS, da Universidade Federal de Sergipe, como requisito final a obtenção do título de Mestrado Acadêmico.  
Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves

ARACAJU  
Maio/2016

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

--

**SILVIA CATARINA DOURADO VASCONCELOS**

**VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UMA ANÁLISE DA REDE DE  
ATENDIMENTO À MULHER**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PROSS, da Universidade Federal de Sergipe, como requisito final para a obtenção do título de Mestrado Acadêmico.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves

Aracaju, aprovada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Helena Santana da Cruz (Examinadora interna)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Aparecida Souza Couto (Examinadora Externa).

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves (Orientadora).

## AGRADECIMENTOS

Para a maioria das pessoas, cursar um mestrado equivale tão somente a concluir uma especialização, mas, para mim, esta experiência foi mais significativa, pois proporcionou grandes mudanças em minha vida, desde a mudança de endereço, de estado, ao despertar de um novo olhar sobre questões com as quais me deparava no meu espaço de trabalho. Embora seja uma trajetória árdua, o resultado disso tudo e todo o aprendizado conquistado é gratificante.

Nesse caminhar, só tenho a agradecer a algumas pessoas que possibilitaram momentos de leveza ao longo desses dois anos, além de terem ofertado apoio do início ao fim e que direta ou indiretamente contribuíram para o fechamento desse ciclo.

À minha família, especialmente a minha, Ana Carolina, um exemplo de força e otimismo. Sempre me apoiando, mesmo sem muitas certezas do que estaria por vir. Objetivamente, sem esse apoio não teria sido possível a conclusão do curso.

Ao meu irmão, Lucas Dourado, a alma de luz da família, eu agradeço pelas longas conversas, pela amizade, paciência e amor, pelos aconselhamentos, pela sagacidade, por ter sido meu “cô - orientador” no período que antecedeu a qualificação e por quem eu nutro uma profunda admiração. E, ao lado dele, minha cunhada, Polly Barros, cheia de brilho, obrigada pela força e também por mostrar que o amor “pode ser duplicado”.

À minha querida orientadora, Lica, por ter acreditado em mim mais do que eu mesma. Obrigada pelo apoio em todas as fases, (da matrícula à conclusão), pela paciência infinita, pelos conselhos nos bastidores, pelas dicas, trocas, por todo aprendizado que pude ter com você!

Ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Serviço Social - PROSS pelo conhecimento propagado, pela inspiração inculcada e motivação para continuar nos dias de exaustão. Agradeço também à professora Maria Cecília por ter permitido a realização do estágio docente, junto à disciplina ministrada por ela e aos estudantes de “Gestão Social”.

Aos docentes do Programa de Pós-graduação em Educação, em especial a professora Maria Helena, profissional admirável! Tive a oportunidade de cursar a disciplina “Relações de gênero, trabalho e educação”, tão rica de conhecimento, através da qual tive a chance de me aproximar dos debates envolvendo a categoria gênero.

À equipe da PROSS, Walter e Ana, facilitadores de todo esse processo, auxiliando-nos nas questões burocráticas, nos lembrando dos prazos por e-mail e ligações, muito obrigada!

À turma que ingressou em 2014.1, minhas colegas mestrandas, pelo belo time que formamos, pelo companheirismo e solidariedade sem os quais esses dois anos teriam sido ainda mais cansativos. Ao grupo “bolsistas”, pelas risadas, piadas, lamentações e desabafos coletivos. Obrigada pela oportunidade do convívio, eu sou muito feliz em tê-las conhecido!

Às minhas amigas de uma vida inteira: Aldinha, Camilla, Deise, Grazi que estiveram presente, compreendendo minhas ausências, meu cansaço, minha energia esgotada, as lamúrias, reclamações e as reflexões profundas fora de hora. Com elas vivi grandes momentos, experiências gratificantes e de crescimento.

O mestrado é uma jornada solitária, mas de um aprendizado incalculável! Muito obrigada a todos que fizeram parte de mais essa etapa de minha vida! Gratidão!

*“Se cada ser humano é diferente de todos os demais, é óbvio que modelar todos os membros de cada categoria de sexo segundo o estereótipo correspondente significa violentar as particularidades de cada pessoa”.*

*(Heleith I. B Saffioti)*

## RESUMO

A presente pesquisa tem como objeto de análise a Rede de atendimento à mulher em situação de violência em Aracaju - SE. A finalidade do estudo se concentrou em averiguar de que forma os profissionais, vinculados aos serviços, inseridos nessa Rede, articulam suas ações para oferta de atendimento integral à mulher. No intuito de atender a essa proposta, foi levantada uma discussão acerca das relações desiguais de gênero, dos aspectos da violência de gênero, da Rede e subtipos, da proteção social e atendimento integral, desenvolvidos nos três capítulos desse estudo. A pesquisa é do tipo exploratória com abordagem qualitativa. Os principais instrumentos utilizados para a coleta de dados foram a entrevista e análise documental de publicações oficiais da Secretaria de Política para Mulheres da Presidência da República. O universo da pesquisa é constituído dos serviços das políticas de Saúde, Assistência Social, Segurança Pública e Justiça. No entanto, a amostra é composta por doze instituições distribuídas entre as áreas citadas, sendo os sujeitos: assistentes sociais e psicólogos, representando a equipe técnica na oferta de atendimento e os profissionais responsáveis pela coordenação e gestão da política no município. A compreensão do significado de gênero qualifica - se como ponto de partida para o entendimento da violência que tem origem nas contradições que envolvem essa categoria. Optou-se pelo uso do termo violência de gênero em detrimento de violência contra a mulher por compreender que a política pública para as mulheres adota essa concepção mais abrangente, a qual permite, dentre outras questões, observar o fenômeno tanto no seio das relações homoafetivas como heterossexuais. A violência de gênero se revela através de expressões variadas e complexas, as quais demandam intervenções de diferentes atores e segmentos sociais, com vistas ao seu enfrentamento. Observou-se que as estratégias utilizadas para articular as ações interventivas, em prol do enfrentamento e superação da violência de gênero, são decorrentes de iniciativas desenvolvidas no espaço micro de atuação, no interior de cada serviço entre as equipes de trabalho, individualmente, sem, contudo, alcançar maior abrangência, seguindo a premissa da intersetorialidade. As estratégias buscadas tratam do estabelecimento de parcerias eventuais, as quais se dão em campanhas, na operacionalização de projetos em comunidades específicas, além de contatos informais com profissionais, mediante encaminhamentos escritos, ligações telefônicas e visitas institucionais. A ausência de comunicação entre os integrantes da Rede foi citada como uma das limitações para a atuação nesse contexto e, quando vinculada a ausência de qualificação profissional permite verificar que o funcionamento da Rede de atendimento depende do desenvolvimento de um conjunto de ações e sujeitos. Portanto, para a oferta do atendimento à mulher na integralidade se faz necessário verificar todos os condicionantes do processo.

**Palavras-chave:** Rede de atendimento. Violência de gênero. Política para mulheres.



## **ABSTRACT**

This research has the object of analysis to the woman care network in situation of violence in Aracaju - SE. The purpose of the study focused on ascertaining how the professionals linked to services, inserted in this network, coordinate their actions to offer comprehensive care to women. In order to meet this proposal, a discussion of unequal gender relations was raised, the aspects of gender violence, Network and subtypes, social protection and comprehensive care, developed in three chapters of this study. The research is exploratory with a qualitative approach. The main instruments used for data collection were the documentary interview and analysis of official publications of the Policy Secretariat for Women of the Presidency. The research universe consists of services of healthcare policies, Social Welfare, Public Security and Justice. However, the sample is composed of twelve institutions distributed among the areas mentioned, with the subject: social workers and psychologists, representing the technical staff in the provision of care and the professionals responsible for the coordination and management of the policy in the municipality. Understanding the gender meaning qualifies - as a starting point for understanding the violence that stems from the contradictions involving this category. We opted for the use of the term gender violence to the detriment of violence against women to understand that public policy for women adopted this broader conception, which allows, among other issues, observe the phenomenon both within the homosexuals relations as heterosexuals. Gender violence is revealed through varied and complex expressions, which require interventions of different actors and social groups, with a view to solving them. It was observed that the strategies used to articulate the interventional actions in favor of confronting and overcoming gender violence are the result of initiatives in micro work space, within each service between the work teams, individually, without, however, achieve greater coverage following the premise of intersectionality. The strategy pursued treat the establish possible partnerships, which are given in campaigns, the implementation of projects in specific communities, as well as informal contacts with professionals by written referrals, phone calls and institutional visits. The lack of communication between Network members was cited as one of the limitations to performance in this context and when linked to the absence of professional qualification shows that the operation of the service network depends on the development of a set of actions and subjects. Therefore, for the provision of care to women in full it is necessary to check all the conditions of the process.

**Keywords:** service network. Gender violence. Policy for women.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 01. Percentual de mulheres que sofreram violência (2007 a 2015) .....	49
Tabela 02. Principais causas da violência.....	50
Tabela 03 Dados de Inquéritos e Boletins de Ocorrência efetivados em Aracaju .....	53

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

BO – Boletim de Ocorrência

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CAISM - Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher

CAPS – Centro de Atendimento Psicossocial

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DAGV - Delegacia de Atendimento aos Grupos Vulneráveis

DEAM - Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher

E – Entrevistados (as)

FASE – Faculdade Estácio de Sergipe

FUNCAJU – Fundação Municipal de Cultura e Turismo

FUNDAT – Fundação Municipal de Formação para o Trabalho

HUSE - Hospital de Urgência de Sergipe – HUSE

IML - Instituto Médico Legal

MNSL - Maternidade Nossa Senhora de Lourdes

MP – Ministério Público

NUDEM - Núcleo da Mulher da Defensoria Pública

PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento a Famílias e Indivíduos

PNEVCM - Política Nacional de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

SGD – Sistema de Garantias de Direito

SUS – Sistema Único de Saúde

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SPM - Secretaria de Política para Mulheres

RASEAM – Relatório Anual Socioeconômico da Mulher

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
 <b>1RETRATOS DA OPRESSÃO FEMININA E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO BRASIL.....</b>	<b>25</b>
1.1O “lugar” da mulher na sociedade: um retrato da subalternidade feminina ao longo da história .....	26
1.2 Violência de gênero: a elaboração de um conceito .....	36
1.3 As lutas feministas e o combate às expressões da violência de gênero .....	42
1.4 Retratos da violência contra à mulher no cenário nacional .....	46
1.5 A violência de gênero sob a perspectiva dos profissionais da Rede de atendimento em Aracaju – SE .....	56
 <b>2 AS REDES NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: CONCEPÇÕES, CARACTERÍSTICAS E PARTICULARIDADES DA POLÍTICA PARA MULHERES</b>	<b>68</b>
2.1 Trabalho e rede: estruturas organizacionais na sociedade contemporânea .....	68
2.2 Estruturas em Rede e características elementares .....	78
2.3 As Redes e os subtipos .....	84
2.4 Rede socioassistencial e a proteção social .....	88
2.5 Redes de atendimento à mulher em situação de violência .....	92
2.6 A composição da Rede de atendimento em Aracaju: percepções e atuação ...	102
 <b>3 A PROTEÇÃO SOCIAL E ATENDIMENTO INTEGRAL .....</b>	<b>121</b>
3.1Os diferentes modelos de proteção social capitalista .....	121
3.2 As redes de proteção social no capitalismo .....	129
3.3 As possibilidades de oferta de atendimento integral à mulher em Aracaju .....	132
 <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>141</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	
<b>APÊNDICE</b>	

## INTRODUÇÃO

A pesquisa tem como proposta analisar a forma como os sujeitos (coordenadores e equipe técnica) articulam os serviços da Rede de atendimento à mulher em situação de violência em Aracaju – SE para a oferta de atendimento integral.

Ao apropriar-se das abordagens referentes à temática, é possível observar uma vasta literatura, abarcando conteúdos diversos para conceituação do termo Rede, o qual é transversal a diferentes campos do saber. Desse modo, não é possível apreender um conceito único, mediante as diferentes alusões elaboradas pelos autores que tratam do tema. São as caracterizações e funções da Rede, uma espécie de suporte capaz de reunir elementos primordiais e demarcadores do seu significado, tornando-se subsídio para a compreensão da mesma, a partir da sua inserção na sociedade contemporânea, das formas organizacionais no universo do trabalho e, por conseguinte, da forma como se organizam as instituições, organismos públicos, e políticas sociais.

Com o célere avanço tecnológico, a sociedade se transformou adotando formas inovadoras de comunicação, as quais colocam em xeque o entendimento adquirido sobre o tempo e espaço, uma vez que, a comunicação instantânea supera as barreiras geográficas, estabelecendo uma conexão entre pessoas, centros econômicos, localizados nas mais diversas regiões do globo. Esta realidade conectada produz e reproduz uma nova sociabilidade, como também impõe possibilidades inéditas de estruturação do trabalho.

A acumulação flexível, modelo de gestão produtiva adotado a partir de 1970, promove mudanças substanciais no interior das empresas. Com a introdução da tecnologia avançada na produção, o processo de qualificação profissional passa a selecionar, rigidamente, a força de trabalho, a qual será convocada a participar mais ativamente das decisões referentes à produção, assim como, do controle da produtividade. Esta nova medida adotada no ramo industrial e empresarial, de origem japonesa, modifica a relação estabelecida entre os funcionários e a gerência. A verticalização do poder, qualificadora da hierarquia a que se submetiam as relações empresariais no fordismo, é substituída pela horizontalidade (destas relações) no toyotismo, admitindo, nesse processo, a relativa autonomia dos

funcionários no andamento da produção, representando uma das principais características das estruturas em rede.

De acordo com Castells (1999), as estruturas em rede são capazes de se expandirem, assumindo novas formas de comunicação e integração.

Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio. Redes são instrumentos apropriados para a economia capitalista baseada na inovação, globalização e concentração descentralizada; para o trabalho, trabalhadores e empresas voltadas para a flexibilidade e adaptabilidade; para uma cultura de desconstrução e reconstrução contínuas; para uma política destinada ao processamento instantâneo de novos valores e humores públicos; e para uma organização social que vise a suplantação do espaço e invalidação do tempo (CASTELLS, 1999, p. 498).

A rede é uma estrutura organizacional antagônica à disposição hierárquica em que as empresas, em especial, se firmam. É uma forma de se organizar coletivamente, com vistas ao alcance de um determinado fim, através da participação autônoma e democrática de cada ente envolvido, sem admitir a centralização de poder. A estrutura em Rede representa um desafio para a conformação dos serviços, organismos e instituições sociais, configurados por meio da hierarquização do poder, historicamente determinada pela administração pública estatal. Tal desafio se coloca também aos serviços das diversas políticas sociais que se agrupam para a realização de parcerias, porém não atuam em grupo, proposta que mais se aproximaria da estrutura em rede.

Em se tratando da Rede de atendimento à mulher em situação de violência, a atuação envolve aspectos diversos que abarcam desde o combate às manifestações estereotipadas e discriminatórias direcionadas às mulheres, até às possibilidades de se desenvolver a intersectorialidade entre os organismos integrantes à estrutura. As ações que envolvem a coibição deste tipo de violência estão propostas na Política Nacional de Enfrentamento a Violência Contra as Mulheres - PNEVCM que, através dos documentos oficiais, propõem intervenções responsáveis por englobar as necessidades de todas as mulheres do território nacional.

Assim, a política para mulheres avança tanto na implantação de equipamentos sociais para atendimento à mulher em situação de violência, quanto na indicação do papel do Estado como interventor nesta questão. Sendo assim, a violência doméstica, uma expressão da questão social, deixa de ser um fenômeno puramente restrito ao âmbito privado, para ser reconhecido no âmbito público o que

exige uma gama de ações e propostas interventivas a se efetivarem por meio das políticas públicas.

Nesse sentido, as ações propostas pelo Pacto Nacional de Enfrentamento a Violência Contra as Mulheres (2011) e pela Política Nacional, buscam ofertar atendimento integral às mulheres, compreendendo os aspectos étnicos, sociais, econômicos e de orientação sexual que se referem às mesmas. Garantem, ainda, o acesso à assistência jurídica de forma gratuita, além da tentativa de desconstruir as concepções firmadas em estigmas sociais relacionados quanto à violência de gênero, tendo por objetivo promover a disseminação de atitudes igualitárias. Enfatiza também a atenção aos casos de abuso e exploração sexual de meninas, tráfico de mulheres, atenção à situação das mulheres do sistema prisional quanto à saúde, educação, lazer e profissionalização para reinserção no mercado de trabalho, após o cumprimento da sentença.

De acordo com o Pacto Nacional, a Rede de Atendimento é constituída através de um leque de serviços ofertados à mulher em situação de violência. Estes se organizam entre os serviços “não especializados” e os “serviços especializados”. Os primeiros fazem referência ao trajeto inicial, percorrido pela mulher, para obtenção de resposta a sua demanda e ingresso na Rede, são eles: hospitais, unidades de saúde, delegacias, Centros de Referência da Assistência Social – CRAS e Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS. Os segundos, por sua vez, qualificam-se como serviços específicos destinados à mulher em situação de violência e compreende, portanto, os Abrigos, Juizados, Delegacias e Defensorias Especializadas e a Central de Atendimento Ligue 180.

A Rede de atendimento é, portanto, composta por serviços de políticas sociais diversas, da Saúde, Segurança Pública, Assistência Social e Justiça, compreendendo o desenvolvimento das ações numa perspectiva intersetorial, mediante parcerias e articulação das mesmas em diferentes áreas. Nesse aspecto, busca-se abrangência territorial desses serviços para atendimento às necessidades específicas das diferentes mulheres (por recorte de etnia, classe social e orientação sexual), como também a operacionalização dos mesmos com o escopo de ofertar o atendimento de forma integral a este público específico.

A aproximação com a temática ocorreu, devido à experiência profissional no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, no município de Morro do Chapéu – BA. O CREAS é um serviço da política de Assistência Social



qualificado por desenvolver a Proteção Social Especial de média e alta complexidade. Dentre os atendimentos ofertados ao público, em risco social ou pessoal, que tiveram alguns de seus direitos violados ou que sofreram violência, a violência de gênero se destacou, exigindo que a equipe elaborasse projetos interventivos nesta área. Embora a existência da demanda justificasse a implantação de alguns dos equipamentos sociais, destinados ao atendimento das expressões da violência de gênero, o porte do município não permitiu tal ação, não havendo também possibilidades de firmar consórcios públicos com regiões vizinhas. Diante disso, o CREAS passou a ofertar – dentre as ações já previstas – o atendimento e acompanhamento específico a essas mulheres, contando com colaborações, por vezes, da Delegacia de Polícia Civil e do Ministério Público.

As restritas possibilidades de oferta de atendimento e acompanhamento às mulheres e suas famílias, caracterizadas no contexto mencionado, fez emergir o interesse pela pesquisa e o desejo de se aproximar dos debates atuais acerca da questão, além de apreender os conteúdos da literatura específica referentes a gênero e, especialmente, compreender o funcionamento de uma Rede de atendimento, ainda que a mesma não estivesse consolidada. Isto é, conhecer as propostas de atuação e objetivos de cada serviço, órgão ou instituição que compõe a Rede, para que dessa forma, se tornasse possível vislumbrar as possibilidades de atuação articulada ou, até mesmo, numa perspectiva intersetorial. É comum que, numa Rede de atendimento específica, como a rede sócioassistencial, haja profissionais que não conheçam, de fato, a natureza de cada serviço, o que dificulta a operacionalização dos atendimentos, a efetivação de encaminhamentos e ofertas de respostas condizentes às demandas solicitadas pelos usuários da política. O espaço ocupacional é repleto de significados capazes de transformar a prática profissional, além de representar um campo fértil de dados para pesquisas caracterizadoras dos usuários de uma determinada política pública.

É do desvendamento de específicas expressões da *questão social*, em suas múltiplas relações com o movimento da sociedade, enquanto totalidade histórica, e, em particular, no campo das políticas públicas, que podem emergir possibilidades de atuação, reconhecendo a trama de interesses nela condensados, impulsionando mudanças, segundo o direcionamento social impresso ao trabalho (IAMAMOTO, 2010, p. 241).

A partir dos pressupostos mencionados, o objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar a forma como os sujeitos (coordenadores e equipe técnica:

assistentes sociais, psicólogos/as) articulam os serviços da Rede de atendimento à mulher em situação de violência em Aracaju – SE para a oferta de atendimento integral. Como objetivos específicos, foram elencados os seguintes: identificar a concepção de Rede concebida pelos sujeitos que desenvolvem as ações nos serviços de atendimento à mulher em situação de violência; mapear os serviços que compõe a Rede de atendimento; verificar como os sujeitos (coordenadores/equipe técnica) articulam as ações entre os serviços, destacando as possibilidades e limites; averiguar o incentivo à qualificação profissional; distinguir as concepções de violência de gênero e os tipos mais recorrentes em Aracaju.

Em menção aos objetivos apresentados, têm-se as seguintes hipóteses. A primeira diz respeito ao seguinte: o avanço gradual em relação aos direitos das mulheres, a coibição da violência de gênero, o apoio para enfrentamento e possibilidades de superação desta situação, são ainda insuficientes, devido às possibilidades reduzidas de desenvolvimento de ações intersetoriais para oferta de atendimento integral, no âmbito das políticas sociais. A segunda hipótese indica que a ausência de qualificação<sup>1</sup> dos profissionais, responsáveis pelos atendimentos à mulher em situação de violência, implica negativamente no prosseguimento do processo, na efetivação dos encaminhamentos dos casos e inserção das mulheres nos serviços públicos que ofertam este tipo de atendimento.

A abordagem utilizada na pesquisa teve como suporte o método histórico-dialético, o qual pressupõe sucessivas aproximações com o objeto de estudo com a finalidade de desenvolver um conceito acerca do mesmo. De acordo com Triviños (1995), o método é histórico-dialético por perceber a dinamicidade da realidade, a qual é composta por contradições, que negam seus fundamentos e dá margem para as transformações da mesma. Ao tratar da Rede de atendimento a mulher em situação de violência e, compreendendo a violência como mais uma expressão da questão social, este método apresentou-se como mais adequado a análise dos dados coletados, como também contribuiu para a reflexão da pesquisa de forma geral.

---

<sup>1</sup> O conceito de qualificação adotado nesta pesquisa se aproxima daquele atribuído à capacitação profissional em funções e/ou áreas do conhecimento específicas, como gênero. A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres – PNEVCM, assim como a Lei Maria da Penha prevê a capacitação continuada dos profissionais, vinculados aos serviços de atendimento, como também os policiais, com a finalidade de desconstruir os estereótipos femininos, promover a sensibilização e reflexão acerca dos aspectos relacionados à violência de gênero.

Netto (2009) afirma que o método dialético permite também desnudar a realidade aparente ao passo que observa a singularidade, particularidade e universalidade dos fenômenos sociais. Tal fato ocorre no momento de apreensão da realidade e reflexão acerca desta, percebendo as mediações que perpassam os fenômenos, o que permite reconstruí-lo para além da imediatez, capturando-o na totalidade composta por múltiplas mediações.

O autor expõe ainda que a concepção do materialismo dialético de forma simplista provoca o entendimento do método, a dialética, como um elemento aplicável à realidade capaz de desvendá-la. No entanto, Marx não criou um método verificável, mas uma forma de compreender a sociedade, buscando conhecer os fundamentos e a essência dos fenômenos que a compõe.

Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou (NETTO, 2009, p. 8).

A pesquisa é do tipo exploratória com abordagem qualitativa. Exploratória porque tem a pretensão de proporcionar maior familiaridade com o problema e possibilitar a construção de hipóteses e novas pesquisas. Esse tipo de pesquisa, articulado com a abordagem qualitativa, possibilita desvendar conceitos que estão presentes na temática pesquisada em sua totalidade. A referida técnica possibilita maior aproximação com o objeto, além de facilitar o processo de interpretação dos dados coletados. De acordo com Minayo (2010), o método qualitativo é aplicado para o estudo de relações sociais, de elementos caracterizadores da vida dos indivíduos, de como se organizam, dentre outras questões que não são quantificáveis. Ao tratar dos serviços de atendimento à mulher em situação de violência, este método apresenta-se como o mais adequado para a pesquisadora.

Foram utilizados como instrumentos de coleta dos dados as entrevistas com coordenadores e equipe dos serviços pesquisados; análise documental das publicações oficiais da Presidência da República, legislações e de outros documentos pertinentes à temática; análise da bibliografia já publicada, através de livros, artigos acadêmicos, teses e dissertações. Ressalta-se assim, as legislações, normatizações, enquanto fontes primárias, as publicações online da Secretaria de

Políticas para Mulheres da Presidência da República e dados processados relativos aos índices de violência, como fontes secundárias.

A elaboração da pesquisa foi constituída da seguinte forma: inicialmente, foi realizado o mapeamento dos serviços que compõem a Rede de Atendimento à mulher em situação de violência, no município de Aracaju – SE, com a finalidade de conhecer quais desses serviços encontravam-se em funcionamento, ideia suscitada a partir de visita institucional à Secretaria Estadual de Políticas para Mulheres<sup>2</sup>. No decorrer do estudo foi realizada uma pesquisa online no site da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres - SPM, no intuito de obter uma maior apropriação dos conteúdos referentes ao Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência à Mulher (2011), bem como das legislações pertinentes a esta temática, visando à aproximação das determinações desta política, prioridades e avanços já alcançados. Também foram estabelecidos contatos informais, através de visitas técnicas e realização de entrevistas. Para a concretização dessa ação, fez-se uso de roteiro pré-elaborado, com os coordenadores e equipe técnica dos serviços que compõe a Rede de Atendimento, no âmbito da Saúde, Segurança Pública, Justiça e Assistência Social, objetivando conhecer as ações na dimensão intersetorial planejadas ou já desenvolvidas. É válido ressaltar que, a fim de resguardar o sigilo profissional e garantir a ética na realização dessa etapa da pesquisa, valeu-se do Termo de Livre Consentimento.

O universo da pesquisa foi constituído dos serviços ofertados pelas instituições vinculadas às quatro políticas já mencionadas, dentre os quais são encontrados serviços especializados e não especializados de atendimento a mulher em situação de violência. O mapeamento<sup>3</sup> possibilitou elencar o quantitativo de serviços e de instituições pertencentes a cada política mencionada. Nesta perspectiva foram localizadas instituições no âmbito da gestão, as responsáveis pela formulação da política para as mulheres; as vinculadas ao controle social da política;

---

<sup>2</sup>Secretaria Estadual de Política para as mulheres, assim como outras cinco secretarias, foram extintas na vigência do mandato do governador Jackson Barreto. Atualmente, a instituição mencionada, ganhou o status de Coordenadoria de Políticas para as Mulheres, entretanto, no primeiro contato informal, estabelecido após a definição da temática pesquisada, essa transição ainda não havia ocorrido.

<sup>3</sup> Ver Apêndice 2. Quadro com as instituições mapeadas.

e, por último as que realizam o atendimento direto às usuárias. Entre as primeiras, estão as Coordenadorias Estadual e Municipal de Políticas para Mulheres. Já em relação ao controle social, foi localizado o Conselho Municipal de Direitos das Mulheres. O atendimento às mulheres, por sua vez, é feito no âmbito das quatro políticas, com a presença de profissionais de Serviço Social e de Psicologia. Entre essas, há aquelas onde o atendimento é preferencialmente psicossocial, realizado simultaneamente pelo/a assistente social e psicólogo/a, em outras o atendimento pode ser feito por somente um dos profissionais, caracterizando o tipo social e/ou psicológico.

Após essa etapa foram estabelecidos critérios para selecionar as instituições e os sujeitos entrevistados. Como critério geral, buscou-se selecionar pelo menos uma instituição vinculada a cada uma das políticas, priorizando aquela em que são desenvolvidas ações direcionadas às mulheres em situação de violência. Quanto aos sujeitos entrevistados foram utilizados dois critérios: a disponibilidade em participar da pesquisa e a vinculação a um serviço desenvolvido no espaço institucional, podendo ser psicólogos/as, assistentes sociais. É válido ressaltar que, não houve intenção de estabelecer uma análise acerca da intervenção do assistente social neste âmbito, mas do conjunto de profissionais de diferentes áreas que, compondo equipes multiprofissionais, se qualificam como sujeitos articuladores da Rede de atendimento.

No âmbito de cada área pesquisada, os critérios para a definição das instituições/serviços foram sendo construídos, de acordo com a especificidade apresentada, a exemplo da abrangência da oferta do atendimento, como também por se destacarem no campo de uma política específica. No universo da Assistência Social, a amostra contemplou seis espaços sócio-ocupacionais, sendo dois CRAS, um CREAS onde foram entrevistadas assistentes sociais e psicólogas, a Coordenadoria Municipal e a Estadual de Políticas para as Mulheres, o Conselho Municipal de Direito das Mulheres, sendo entrevistadas as responsáveis por cada uma delas.

Na Segurança Pública foram encontrados dois serviços essenciais, os serviços da Delegacia de Atendimento a Grupos Vulneráveis - DAGV e o Instituto Médico Legal - IML, sendo que somente o primeiro fez parte da amostra, devido à oferta de atendimento social e psicológico. Inicialmente, o IML havia sido elencado como espaço para serem colhidos os dados estatísticos das mulheres submetidas

ao exame de *corpo delito*. Porém, após observar que aquelas atendidas na DAGV são encaminhadas a essa instituição, o IML foi excluído para que não houvesse repetição dos dados.

No âmbito da Justiça, a amostra foi constituída por três espaços, sendo dois vinculados à oferta de atendimento: o Núcleo Especializado de Defesa e Proteção dos Direitos da Mulher – NUDEM e o Juizado de Violência Doméstica contra as Mulheres (11º Vara Criminal). E um à gestão da política judiciária, a Coordenadoria das Mulheres do Tribunal de Justiça. Em relação à Saúde, a amostra foi constituída pelo Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher – CAISM, o Hospital de Urgência de Sergipe – HUSE e a Maternidade Nossa Senhora de Lourdes – MNSL, referência no estado pelo atendimento às vítimas de violência sexual. Todos os serviços mencionados nessa política se qualificam pela oferta do atendimento social e psicológico às mulheres. O CAISM, assim como o IML, inicialmente havia sido incluído na amostra, mas foi retirado, devido as dificuldade de acesso, mantendo-se o HUSE pela abrangência do atendimento e a MNSL por se caracterizar como serviço especializado à mulher em situação de violência.

No total, a amostra foi formada por 12 espaços sócio-ocupacionais que representam os principais serviços da Rede de atendimento à mulher em situação de violência, em Aracaju. Foi realizado um total de dezessete entrevistas, uma vez que, em algumas delas os profissionais, (assistentes sociais e psicólogos/as), vinculados/as ao mesmo serviço, foram entrevistados/as separadamente, devido à ausência de disponibilidade para a entrevista conjunta.

No que concerne à realização da pesquisa de campo, verificou-se uma série de obstáculos para a efetivação das entrevistas programadas, obstáculos estes que versam sobre diversas origens, especialmente, quanto ao acesso aos profissionais de cada serviço, uma vez que, em alguns deles se fez necessário à espera da autorização por parte dos/as coordenadores e Secretários/as, a fim de viabilizarem o ingresso da pesquisadora no serviço e/ou instituição. Além desse aspecto, é válido ressaltar que a expressiva demanda de atendimentos solicitada aos assistentes sociais e psicólogos/as, assim como a própria dinâmica da realidade institucional, reduziu as possibilidades de extensão do tempo de análise no local. Não foi permitida a apreciação dos documentos, assim como dos projetos dos serviços, restringindo a ação às entrevistas. Considerando o curto período de realização da

pesquisa de campo, estas questões aqui apresentadas representaram alguns dos limites para a concretização da ação em tempo hábil.

Quanto à organização da pesquisa, para melhor compreensão do estudo aqui proposto, a dissertação é apresentada em três capítulos, sendo os resultados da pesquisa de campo incorporados a cada um deles, de acordo com a temática abordada. No primeiro capítulo é elucidada a categoria gênero como estrutura central, por meio da qual se desenvolvem os aspectos históricos, conceituais a respeito da desigualdade de gênero que determinam as atribuições e funções sociais designadas a mulheres e homens em sociedade. A estrutura patriarcal e a dualidade das esferas pública e privada são ressaltadas, no intuito de caracterizar a subalternidade e domesticidade feminina na história. Em seguida, é apresentado o conceito de gênero, propriamente dito, a partir da apreciação dos significados abordados entre os autores da literatura específica, ressaltando a complexidade do mesmo. A violência de gênero e as conquistas feministas também são aclaradas neste capítulo introdutório, o qual é finalizado com o retrato da violência de gênero no país, através da ilustração de alguns dados divulgados por institutos de pesquisas nacionais. Logo após são apresentadas as reflexões acerca da violência de gênero, partindo da perspectiva dos profissionais que nela se encontram inseridos.

O segundo capítulo aborda a categoria central dessa pesquisa, a rede. Com a finalidade de introduzir a temática em destaque, são abordados os modelos organizacionais de trabalho para, a partir daí contrapor as estruturas piramidais com a nova estrutura em rede. Destaca-se o toyotismo como aquele em que mais são percebidas características que se aproximam da formação das redes. Dando prosseguimento à discussão, elencam-se as principais características, os subtipos e o debate acerca de dois tipos de rede de atendimento: a rede sócioassistencial e a Rede de atendimento à mulher em situação de violência. Por último, são abordadas a concepção, os limites, avanços e possibilidades de atuar nessa estrutura organizacional em Rede em Aracaju – SE.

No último capítulo, são apresentados os aspectos conceituais da proteção social, citando os diferentes modelos implantados em países capitalistas desenvolvidos, além de especificar aquele com que o sistema protetivo brasileiro se identifica. Ressalta-se que cada um deles é condicionado pelos diferentes estágios de desenvolvimento do capitalismo e da relação mantida entre o Estado, mercado e

sociedade civil. Sendo assim, a proposta desse capítulo tem como foco localizar a possibilidade de oferta de atendimento integral às mulheres, no universo da proteção social sob a influência do neoliberalismo. Para concluir a discussão, são incluídas as ideias dos profissionais acerca desse tipo de atendimento.



# CAPÍTULO I

---

## **RETRATOS DA OPRESSÃO FEMININA E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO BRASIL**

Tratar de questões que envolvem a categoria gênero implica em observar uma pluralidade de abordagens que aludem à dimensão das relações sociais, especialmente, quando se concentra nas análises das relações de gênero. Diante disso, torna-se imprescindível se reportar aos aspectos intrínsecos e caracterizadores dessas relações fundamentalmente desiguais. Para introduzir a temática da violência de gênero, neste estudo, se fez necessário localizar, historicamente, as razões que incitam as desigualdades de gênero na sociedade. Compreende-se que a subalternidade, a domesticidade da mulher, bem como a maneira que as relações sociais entre os sexos estão organizadas tanto na esfera pública como na privada representam um reflexo das desigualdades de gênero, juntamente com a reafirmação das relações patriarcais nos diferentes campos sociais. Sabe-se, portanto, que são os valores originados nestas práticas, responsáveis por desencadear a violência de gênero.

É no universo das desigualdades que a violência de gênero se localiza, esboçando uma estrutura de dominação, poder e subordinação arraigada à composição da sociedade. Diante do exposto, para atender aos fins aqui propostos, inicialmente e através de um percurso histórico, discute-se a relação dicotômica entre as esferas pública e privada, caracterizada pela hierarquização e posições atribuídas ao feminino e ao masculino, pertencente ao patriarcado. Em seguida, pretende-se esclarecer o conceito atribuído à categoria gênero e as expressões da violência de gênero. Dando prosseguimento, são expostas algumas das lutas feministas em prol da garantia de direitos femininos e combate à violência de gênero no país, seguida da apresentação de alguns dados estatísticos referentes às pesquisas de abrangência nacional, acerca da violência, com a finalidade de ilustrar a temática. E, para finalizar, o debate sobre concepção de violência de gênero, através da ótica dos profissionais da Rede de atendimento em Aracaju.

## 1.1 O “LUGAR” DA MULHER NA SOCIEDADE: UM RETRATO DA SUBALTERNIDADE<sup>4</sup> FEMININA AO LONGO DA HISTÓRIA

Ao adentrar no campo de estudos de gênero, observa-se uma diversidade de teóricos que abordam a temática à luz de diferentes óticas. É comum se deparar com uma diversidade de conceitos, devido à densidade da temática proposta e complexidade das categorias abordadas. Entretanto, é válido ressaltar que, no universo de proposições, por vezes dissonantes, encontram-se questões fundamentais para a compreensão da desigualdade de gênero, as quais serão abordadas no decorrer do texto.

A diferença entre os sexos foi apresentada, desde a antiguidade, como sendo um fator negativo para somente um deles, isto é, para o feminino, lançando a posição de inferioridade e submissão que esse sexo deveria ocupar em relação ao masculino. Essas diferenças, de forma geral, se assentaram sob as caracterizações biológicas de ambos. No caso das mulheres, enfatizou-se o sistema reprodutor e, por conseguinte, as adjetivações incorporadas à maternidade, a exemplo do cuidado e sensibilidade, agregando elementos diversos que desencadearam a elaboração de um “imaginário feminino” responsável por as tornarem, em consequência disso, dependente dos homens. Desse modo, a existência do homem passou a ser soberana. “O homem é o sujeito, o Absoluto; ela é o Outro (BEAUVOIR, 1980, p. 10)”.

Para a apresentação das diferenças entre os sexos, Beauvoir (1980), parte da compreensão de que a realidade social é vista, através de proposições opostas, as quais emergem naturalmente por meio de relações dicotômicas, a exemplo do “bem e mal”, “direita e esquerda”, “certo e errado”, “nativos e estrangeiros” onde, talvez, também se encaixariam “brancos e negros”, “homens e mulheres”. O outro sempre fora visto com estranheza por aqueles pertencentes a um grupo no poder ou em

---

<sup>4</sup>O conceito de subalternidade foi utilizado a partir das reflexões de Yazbek (2003), na obra *Classes subalternas e assistência social*. Embora a análise da autora esteja relacionada, estritamente, aos usuários da Assistência Social e da relação dos mesmos com os profissionais da área, a subalternidade se refere, de forma geral, ao campo da opressão e exclusão de caráter social, político e econômico. A crítica estabelecida na obra mencionada aponta que tanto as instituições sociais, como o Estado, reproduzem valores excludentes, com a finalidade de se legitimar politicamente na realidade social, incorporando ao discurso projetos a serem aceitos por aqueles destituídos de autoridade ou poder. A partir desse pressuposto, torna-se possível o emprego do termo subalternidade, tendo em vista que as desigualdades de gênero perpassam o domínio das categorias raça/etnia e, sobretudo, classes sociais.

destaque, assim se sucedeu com os negros e com os judeus, em diferentes períodos históricos. Todavia, esse movimento diverso pode resultar numa relação harmônica como, por outro lado, se tornar um fator motivador do surgimento de sentimentos em razão de ódio e preconceito. Nessa análise, observa-se a prevalência de elementos como a dominação, exercida por um grupo (detentor do poder) sobre outro, geralmente, minoritário, destituído de autonomia sendo, portanto, envolvido numa relação de dependência e submissão determinada por um acontecimento histórico. Em se tratando de brancos e negros, a escravidão seria o marco em maior destaque.

Ao contrário disso, a mulher (qualificada como o “Outro”) não representaria um grupo minoritário, ainda que se encontre subordinada ao homem. De maneira diversa da exploração de classe e etnia, a diferença entre os sexos se configura de outra forma. A mulher não representa uma comunidade específica, conforme se percebe nas relações étnicas ou nas organizações das classes sociais, nem tampouco o seu envolvimento esboça, diretamente, razões econômicas ou políticas conforme se observa com os negros. Desse modo, não houve um fato histórico capaz de designar - às mulheres e homens - o desempenho de funções específicas e diferenciadas, assim como representou a escravidão para os negros. Porém, é no capitalismo que as relações sociais são reorganizadas, enfatizando o modo desigual em que as mesmas são estabelecidas entre os sexos. É importante destacar que a soberania masculina estivera presente nas diferentes formações sociais, em maior ou menor grau, de acordo com as particularidades de cada período.

De forma geral, a história foi escrita por homens, sejam cientistas, como também filósofos, delineando as faces da soberania masculina, enquanto a mulher foi excluída deste processo ao assumir o papel de coadjuvante. Desse modo, esse “título” de dominante, percebido pelo homem; o “Sujeito”; gerou a possibilidade de **usufruir-se** da situação de mando, privilegiando-se como se observa, a partir da elaboração de legislações, princípios, valores reproduzidos socialmente e reconstituídos a cada geração, os quais agregam novos significados ao dito “feminino e masculino”. Tendo, portanto, base no discurso filosófico, assim como na religião, os homens enalteceram as denominadas “fraquezas” femininas de forma arbitrária, fundamentando-se nos aspectos biológicos e subjetivos do ser, para então, promover a inferiorização da mulher na sociedade, restringindo as funções e atribuições dessa à esfera doméstica.

É sabido, portanto, que a especificação das funções atribuídas a cada um dos sexos não ocorreu num momento repentino, mas se constituiu na história ao passo que as sociedades se desenvolviam. Lamphere e Rosaldo (1979), em conformidade com o pensamento que se pauta nos fundamentos sociais e não biológicos para a classificação da desigualdade de gênero, questiona a posição feminina ao longo da história, apresentando o debate acerca de um período denominado de matriarcado, no qual as mulheres detinham destaque no meio social. Entretanto, não existem evidências capazes de confirmar tal questão, porém a possibilidade da existência de um período em que as mulheres protagonizaram os fatos sociais incita a reflexão de que a dominação masculina, além de não se consolidar como um comportamento natural, não seria também uma condição imutável, tendo em vista que a história não é linear, mas construída a partir de rupturas e transformações consubstanciais da realidade cultural, política e socioeconômica.

Ao confrontar estas perspectivas de cunho social com a concepção biológica, observa-se que as diferenciações acerca do sexo feminino e masculino se concentrariam tão somente nas particularidades que se referem ao macho e a fêmea. O papel que cada par desempenha diante da reprodução humana é diferenciado desde a antiguidade, ficando o homem, (o macho), responsável pela segurança e alimentação, enquanto que à mulher, (a fêmea), desenvolveria o afeto e cuidado, o que seria insuficiente para determinar socialmente o indivíduo. Essa divisão de tarefas ocorria sem imposição de um dos dois, diferente do modelo social repercutido nas sociedades modernas, capitalistas, com a implantação da divisão sexual do trabalho e do acirramento da desigualdade de gênero.

Nas sociedades primitivas havia certo equilíbrio entre as funções de produção e reprodução social. Esse equilíbrio se desfez, paulatinamente, no processo transitório entre os modos de produção, através das especificidades inerentes a cada período na história, abrangendo, desde as sociedades comunais, ao feudalismo até o capitalismo. De acordo com Sacks (1990), a família na sociedade comunal não se denominava como uma unidade política e econômica. Todos aqueles que faziam parte da comunidade, desempenhavam as funções necessárias ao desenvolvimento do grupo. Diferentemente do que foi instituída nas sociedades posteriores capitalistas, a “herança”, isto é, as posses das famílias, eram transmitidas aos membros da comunidade em geral, não necessariamente aos filhos, herdeiros do casal, uma vez que o que se produzia era destinado ao consumo

coletivo, à manutenção da sobrevivência de todos e, para tanto, contava com a colaboração de mulheres e homens, ainda que, exercendo atribuições diversas. Dessa forma, a atividade doméstica realizada pelas mulheres era tão respeitada, nas comunidades, quanto às tarefas cumpridas pelos homens, assim como a participação política era requisitada a ambos, especialmente para a tomada de decisões, com fins de realizar melhorias comunitárias.

Ainda em oposição à determinação biológica, observa-se na literatura que, diante da perspectiva do materialismo histórico, mulheres e homens são seres sociais e históricos, cuja consciência é definida por questões que vão além da sexualidade. No percurso histórico, é possível observar que ambos desenvolveram funções diferenciadas, atingindo certo grau de igualdade, sem propriamente representarem relações opostas. Entretanto, não há como não mencionar que a descoberta de alguns metais, conforme expõe Beauvoir (1980), bem como a expansão do território, a escravidão e o desenvolvimento de uma nova forma de produzir transformou a relação entre mulheres e homens.

O trabalho só passa a adquirir um novo significado para as relações sociais, a partir da introdução de recursos tecnológicos facilitadores da ampliação da produção. O quantitativo produzido, nestas condições, ultrapassa a necessidade de subsistência e, em decorrência disso, alguns grupos se destacam na comunidade. Estes passam a direcionar a situação e, à família, destina-se a função de manutenção e perpetuação da propriedade adquirida e considerada privada, a partir desse momento. Essa direção é também assumida por um dos membros familiares; o homem; qualificando as relações desiguais desenvolvidas dentro e fora da unidade doméstica. A mulher perde espaço na sociedade e as funções domésticas passam a ser realizadas não mais para o grupo, mas para a família, sob a tutela do esposo. “[...] a propriedade privada transformou as relações entre homens e mulheres dentro da *família* somente porque as relações políticas e econômicas também mudaram radicalmente (SACKS, 1990, p. 189)”.

Os valores e princípios morais insurgidos nos processos, resultantes das transformações sociais, definiram os papéis sociais que mulheres e homens desempenhariam. Ambos são explorados no contexto capitalista, através do trabalho que visa à criação de riqueza, contudo, são eles - os produtores dessa riqueza - destituídos da capacidade de apropriá-la. Há, portanto, neste contexto, uma relação

de dominação de uma classe sobre a outra e, por outro lado, a dominação sexual; de um sexo sobre o outro.

O trabalho manual, a produção artesanal de cerâmicas, cultivo da agricultura vão perdendo a relevância, num cenário em que o homem é proprietário da terra, dos escravos, dos meios de produção, da propriedade e da mulher. Socialmente, há um “incentivo” para que a mesma permaneça na esfera doméstica e, ideologicamente, o modelo de sociedade implantado nessa conjuntura, o patriarcado, se consolida usurpando da mulher a autonomia e “a opressão que sofre é consequência de uma opressão econômica (BEAVOUIR, 1980, p. 75)”. Nesse sentido, este modelo possui tanto razões culturais, como também políticas e sociais.

O patriarcado se afirmava, socialmente, qualificando os espaços sociais, a partir da subalternidade da mulher e sua restrita participação na sociedade em geral. Em termos da organização familiar, no século XIX, denominava-se de família tradicional aquela composta por todos os que habitavam a moradia, desde o homem (pai/esposo), a mulher (mãe/esposa), os filhos, aos empregados e escravos. Neste espaço familiar, as relações eram hierarquizadas, sendo o homem detentor do poder e proprietário. Esse poder era exercido tanto sobre os empregados em geral, como também sobre a mulher e filhos; era o cumprimento do “direito do pai”, comumente remetido ao modelo de família patriarcal e, especialmente, ao conceito do patriarcado. Contudo, tem-se que esta é uma concepção restritiva de uma estrutura fortemente consolidada nas diferentes sociedades. Partindo somente da perspectiva que alude ao direito paterno, a existência da outra parte, a qual esse sistema lança o seu domínio, seria negada, isto é, às mulheres. Antes mesmo de serem pais e mães, a mulher e o homem se relacionam, na esfera privada, como esposo e esposa, num contexto de subordinação desta última ao primeiro. O poder e a dominação masculina são desempenhados de forma legítima na esfera privada, porém estes aspectos são praticados, primeiramente, no universo da relação entre o homem adulto e a mulher adulta antecedendo, dessa maneira, a função de pai (o patriarca) e mãe. Logo, as práticas abusivas e os atos violentos cometidos pelos homens contra as mulheres ocultam-se no âmbito doméstico, naturalizando as desigualdades de gênero. Ao mesmo tempo, o espaço familiar vai se transformando num local “sagrado” e inviolável, já que se conforma antagonicamente à esfera pública.

A partir das leituras realizadas, observa-se que a maioria dos autores não delimita, historicamente, o período em que o patriarcado emergiu nas sociedades. Contudo, é válido ressaltar que, em consonância com o disposto por Saffioti (2015), o mesmo antecede o capitalismo, porém é nesse sistema econômico que as desigualdades de gênero são agudizadas, tanto na esfera privada, como na pública, concomitantemente à exploração das classes sociais. O modelo de família nuclear (casal e filhos), de acordo com Osterne (2001), entra em cena, a partir do advento da classe burguesa. Este novo modelo de “tamanho” reduzido, uma vez que não admite a participação de membros externos à base familiar, vai se configurando na sociedade gradativamente. A estrutura tradicional não se extingue, ao contrário disso, os ideais da vanguarda emergem em meio às formas tradicionais, coexistindo simultaneamente e reproduzindo os valores socioculturais pertencentes à mesma.

No cerne da questão, envolvendo as relações desenvolvidas na dinâmica familiar, Pateman (1993), retrata alguns aspectos do contrato original, introduzido na realidade social, com o advento da modernidade. A autora resgata que a sociedade moderna constituiu-se mediante o estabelecimento de contratos; o contrato original (social) e o contrato sexual. O primeiro, expressa a liberdade garantida aos cidadãos livres (homens), isto é, aqueles detentores de propriedade, assim como àqueles que têm o valor de sua propriedade incorporada em seus corpos (força de trabalho), a qual poderá ser “trocada”, “comercializada”, para fins de garantia da subsistência familiar. O segundo, o contrato sexual, era firmado a partir das uniões matrimoniais, sendo a mulher o objeto dessa transação, o qual garantia o livre acesso dos homens aos corpos delas, apoderando-se dos direitos que lhes cabiam. A tutela sob a qual as mulheres viviam fora somente transferida do pai para o esposo, qualificando a dependência e subordinação feminina ao homem. Foram essas relações desiguais amplamente difundidas no interior da estrutura patriarcal.

Em contrapartida, a esfera pública se configurou, em oposição à esfera privada, desde as sociedades pré-capitalistas, como espaço predominantemente masculino. Isto porque, a garantia de participação nessa esfera era proveniente da posse de bens materiais do indivíduo. Assim, eram classificados como cidadãos livres, os homens detentores de propriedade, capazes de transitar entre os dois espaços, tanto público, como privado, sendo o primeiro sinônimo de liberdade e o segundo, locus de sujeição e desigualdade. Na esfera privada, o homem assumia o cargo de chefe, estando todos ligados à sua propriedade, invariavelmente,



subordinados a ele. A mulher, por não possuir meios que lhe afiançassem o ingresso na esfera pública, permanecia sob o jugo do “chefe da casa”, desempenhando as tarefas domésticas. Dessa forma, o patriarcado consolidaria a separação entre as duas esferas; uma dimensão de cunho político e a outra de caráter familiar, ficando o homem dotado de capacidade de transitar entre ambas e a mulher, restrita tão somente a uma delas.

Tem-se, portanto, que o homem não precisou, no decorrer da história, afirmar a sua existência ou sua situação de superioridade, o desejo de se superar e de expandir a própria existência lhe garantiu espaço na sociedade. Ao contrário disso, a mulher aceitou, inicialmente, a condição e os encargos da maternidade, como um fardo que deveria carregar submetendo-se ao homem. Não houve na história um fato específico capaz de limitar as funções da mulher à esfera doméstica, na realidade, essa passou a desempenhar funções consideradas compatíveis com a maternidade.

[...] foram os homens desejosos de manter as prerrogativas masculinas, que inventaram essa divisão: entenderam inventar um campo de domínio feminino – reinado da vida, da imanência – tão somente para nele encerrar a mulher; mas é além de toda a especificação sexual que o existente procura a sua justificação no movimento de sua transcendência: a própria submissão da mulher é a prova disso (BEAUVOIR, 1980, p. 85).

Em conformidade com os aspectos relativos à estrutura patriarcal, Castells (1999) aborda questões alusivas às transformações societárias, as quais desencadearam uma série de mudanças na base das sociedades modernas e, sobretudo, nas relações entre os sexos, incidindo diretamente sobre o patriarcalismo. Tais transformações se referem ao processo de conscientização da mulher frente aos direitos sociais e políticos, fruto da inserção da mesma no mercado de trabalho, do conhecimento acerca do controle da sexualidade, dentre outras questões. Estes fatores, atrelados ao fortalecimento e expansão dos ideais do movimento feminista, possibilitaram um reordenamento social.

A reorganização da família tradicional mediante a introdução de um novo perfil feminino, consolidado a partir da inserção da mulher no mercado de trabalho, gerou condições para que a mesma participasse ativamente do orçamento doméstico, destituindo o “homem provedor” desta função. Fora isso, as inovações no campo da ciência, em matéria de reprodução humana, possibilitaram à mulher a

condução da própria vida, garantindo maior participação na esfera pública, permitindo-as de vislumbrar o exercício da autonomia.

No campo do trabalho, observou-se que o mercado sempre fora permeável à entrada de trabalhadoras femininas, entretanto, a vinculação destas, estivera relacionada à baixa remuneração. Não houve equiparação salarial (entre mulheres e homens), na maioria dos cargos e, quando são elas a assumirem os mais elevados postos, ainda são alvo de preconceitos, sendo julgadas, negativamente, por serem mulheres ocupando “cargos masculinos”. O mesmo ocorre com os cargos políticos, reforçando, portanto, os ideais do patriarcalismo responsável por reafirmar a dualidade entre o âmbito público e privado, destituindo o caráter político das relações na esfera doméstica.

O ingresso e permanência feminina nas atividades produtivas desencadearam profundas mudanças nas relações desenvolvidas no espaço público e no espaço privado, assim como entre ambas as esferas. O desempenho dessas atividades, pelas mulheres, permitiu a ampliação do leque relacional, admitindo a aproximação com a discussão política. O maior alcance do debate, encabeçado pelo feminismo, especialmente na realidade globalizada em que são múltiplas as alternativas de comunicação, favoreceu ao processo de conscientização feminina.

A trabalhadora feminina é requisitada, desde o início da industrialização, a desempenhar funções relacionadas às atividades manuais que exigiam, da mesma, atenção e precisão. Muitas dessas funções estariam delegadas às mulheres devido à suposta “capacidade inata” de desempenhar o trabalho “improdutivo” ou não remunerado, no âmbito doméstico. Na realidade, estas não são habilidades inatas, absolutamente, mas aprendidas desde a infância quando é exigida das meninas a contribuição no exercício das tarefas domésticas. São, na realidade, educadas dessa maneira.

A clara especificação de atribuições delegadas a mulheres e homens é apropriada pelo modo de produção vigente, no intuito de definir a organização dos postos e cargos de trabalho como femininos e masculinos, bem como as profissões destinadas, especialmente, a cada sexo, conforme se observa na proposição de que é o campo das ciências humanas, predominantemente feminino, enquanto que o campo das ciências exatas é composto por homens, em sua grande maioria, caracterizando aspectos da divisão sexual do trabalho, questão tratada por Hirata (2002).

As mulheres desenvolvem as atividades produtivas, representando um menor custo ao capitalista, uma vez que o trabalho feminino sempre fora classificado como complementar ao masculino. Por outro lado, com as transformações no sistema produtivo, ocorridas nos diferentes estágios do capitalismo - corporificando-se na fase atual da reestruturação produtiva, a partir da década de 1970 -, tornou-se mais “favorável” o emprego desta mão de obra feminina, tendo em vista que os contratos temporários e acordos de meio expediente adequam-se às múltiplas jornadas de trabalho realizadas pelas mulheres, já que as mesmas continuam responsáveis pelos cuidados na esfera privada. Diante disso, as funções e postos de trabalho assumidos por mulheres e homens, desde a industrialização incipiente à adoção de novas tecnologias presente na contemporaneidade, permanecem sendo definidos de acordo com a caracterização dos sexos, legitimando o patriarcalismo na organização do trabalho. Ou seja, o capitalismo incorpora o substrato designador das desigualdades de gênero para reorganizar a forma de produzir.

Já no âmbito privado, em decorrência das conquistas femininas, a base do patriarcalismo passa a ser questionada, isto é, a estrutura familiar tradicional. A organização familiar vem se transformando ao longo dos séculos. Castells (1999) apresenta, ao final do século XX, a expansão dos lares de solteiros, o surgimento daqueles formados por apenas um dos genitores com os filhos, acrescentando, neste ínterim, a circulação de crianças, as quais são criadas por avós e demais parentes, resultante do processo de divórcio e abandono familiar. Além desses novos arranjos familiares, se eleva o quantitativo de uniões estáveis, bem como de uniões homoafetivas. Todas estas novas estruturas familiares colocam em xeque o alicerce em que se construíram as relações patriarcais, além de questionarem o padrão da heterossexualidade.

A dificuldade em ter de lidar com todos esses papéis ao mesmo tempo, quando não mais se encontram fixados em uma estrutura formal institucionalizada como a família patriarcal, explica a dificuldade em manter-se relacionamentos sociais estáveis dentro de um lar cuja base é a família. Para que as famílias possam sobreviver, é necessário que se estabeleçam novas formas institucionalizadas de relacionamento social de acordo com as modificações ocorridas no relacionamento entre os gêneros (CASTELLS, 1999, p. 276).

Todavia, o que de fato vem-se transformando é a organização da estrutura familiar, a qual passa a ser constituída, também, através das identidades sexuais

diversas. Se o padrão familiar tradicional tinha como base a heterossexualidade, assim como a permanência da mulher no espaço privado, essa formação vai se moldando, de acordo com as novas configurações sociais. Porém, considerando que o patriarcalismo possui um caráter ideológico e cultural, observa-se que as relações de poder e dominação perpassam até mesmo as relações homoafetivas.

Não seria, portanto, o fim do patriarcalismo, conforme questiona Castells (1999), isto por que, este sistema patriarcal assume diferentes formatos na história, encontrando meios de se reproduzir, ao passo que incorpora novas expressões das relações sociais à sua base. É certo que, enquanto as transformações ocorrem, paulatinamente, verifica-se que a desigualdade de gênero se mantém firme, desdobrando-se por meio dos abusos e toda espécie de violência cometida contra as mulheres. Contudo, caso a família tradicional fosse extinta haveria possibilidade de serem recriadas novas formas relacionais, as quais se reproduziriam nas relações familiares, através das novas expressões das relações de gênero. Essas denominadas formas relacionais, poderiam emergir de um novo processo educacional implementado na criação dos filhos, objetivando a desconstrução das diferenças de gênero entre as crianças, por exemplo, com vistas a desconstruir os nomeados papéis sociais masculinos e femininos, como também o pensamento machista, o qual advém dessa discriminação de papéis, culminando na inferiorização da mulher na sociedade em geral.

Na verdade, embora a discriminação legal tenha, de certo modo, diminuído e a tendência seja que o mercado de trabalho venha a se equalizar à medida que o nível de educação da mulher aumenta, a violência interpessoal e o abuso psicológico tem-se expandido, justamente em virtude da ira masculina, tanto individual quanto coletiva, ante a perda do poder (CASTELSS, 1999, p.170).

Logo, a desigualdade de gênero, pode ser concebida no universo da história do poder em que a dominação fora relacionada à masculinidade. É no espaço privado que a violência permanece predominante, a violência de gênero, a qual retrata esse poder e dominação de uma sociedade, cujos resquícios do patriarcado se fazem presentes. Todavia, alcança também todas as esferas sociais, devido à naturalização das relações e comportamentos capazes de reafirmarem a subalternidade da mulher frente ao homem. Contudo, essa desigualdade de gênero,

assim como a de classe social e etnia são reafirmadas no contexto do capitalismo, exigindo das políticas públicas uma intervenção transversal a estas três dimensões.

## 1.2 VIOLÊNCIA DE GÊNERO: A ELABORAÇÃO DE UM CONCEITO

Antes mesmo de adentrar propriamente no domínio da violência de gênero, faz-se necessário apresentar a discussão acerca da categoria gênero. Observa-se, na literatura específica, uma diversidade de autores que abordam a temática, a partir de perspectivas distintas, as quais muitas das vezes, não se constituem de forma homogênea. Esta categoria estivera, inicialmente, relacionada à natureza, isto é, à determinação biológica que permite expor as singularidades existentes entre mulheres e homens. É possível, portanto, remetê-la às classificações sexuais, imbuídas pelo fundamento biológico (gênero masculino, gênero feminino), como, por outro lado, utilizá-la com a finalidade de colocar em evidência as manifestações das relações homoafetivas, isto é, deslocar o significado do termo gênero ao campo da sexualidade, além de ser empregada como sinônimo de “mulheres”. Todavia, essas são, tão somente, expressões dum conceito mais abrangente que não se reduz a uma ou outra perspectiva de análise, porém se combinam ao atribuir significado à categoria.

A apropriação do seu conceito tornou-se mais abrangente quando o termo gênero passou a ser utilizado pelas feministas, em meados da década de 1970, denotando as mais diversas expressões das relações estabelecidas entre os sexos. Desse modo, essa categoria passa a agregar um significado social e também histórico. Tendo como pressuposto esta utilização, torna-se imprescindível a realização de uma análise que possa abarcar tanto as elaborações teóricas acerca do feminino, como também do masculino sem, contudo, restringir-se a um desses campos, uma vez que a constituição das relações sociais e dos papéis sociais envolve ambas as dimensões. Assim, tratar das elaborações socioculturais acerca do masculino e do feminino, conjuntamente, como das relações mantidas entre mulheres e homens, visaria desconstruir as sentenças apresentadas, entre os gêneros, de maneira dicotômica e excludente.

O olhar acerca dos sujeitos envolvidos nesse contexto colocaria mulheres e homens num mesmo patamar, revelando desse modo a participação, como também

o protagonismo feminino nos processos históricos, dos quais elas foram subtraídas. Nesse sentido, ao adotar a premissa de que não somente os homens, mas também as mulheres são sujeitos históricos, designaria ao gênero um caráter político e social e assim, de acordo com Scott (1990), a história assumiria um novo caráter, seria uma nova história. Nesta reconfiguração, não seria proferida a ênfase nos grupos dominantes, pois incluiria o trajeto da classe oprimida, ressignificando as relações sociais. Mulheres e homens, enquanto criadores e produtos dos fatos históricos criam e recriam os hábitos e a própria cultura, renovada a cada geração. Assim, faz-se necessário compreender que o percurso traçado pelas mulheres – conquistas e avanços – não é matéria restritiva aos estudos feministas, mas assentada na história da humanidade.

Gênero, para essa autora, portanto, se refere a aspectos sexuais sem, contudo, se relacionar diretamente à sexualidade; adentra no campo ideológico, cultural e expressa relações de poder, as quais atribuem significado às diferenças entre os sexos. Revela, em seus expoentes, que as expressões do poder estão presentes nas normatizações, nas legislações, nos valores, nos aspectos culturais, reproduzidos socialmente, como fruto de um consenso, como resultante de relações harmônicas e não conflituosas e desiguais como ocorre na realidade. Esses valores e aspectos culturais que norteiam a sociedade atual – de caráter machista - encontram-se arraigados na estrutura social, em decorrência de manifestações naturalizadas em forma de comportamentos transferidos de geração a geração, adequando meninas e meninos aos papéis de subordinação e fragilidade, força e poder, respectivamente. São estas condutas que corroboram com a desigualdade de gênero até os dias atuais, vitimizando as mulheres, sobretudo, na esfera doméstica.

A violência é constituída como expressão da violação da integridade física, psíquica de todo e qualquer indivíduo, como aborda Saffioti (2015). Causa danos, muitas das vezes, irreversíveis devido ao trauma decorrente do ato violento. Tanto, as mulheres quanto os homens são acometidos pela violência urbana, amplamente localizada no espaço público, porém de maneira distinta. Os homens são vítimas potenciais deste tipo de violência que se relaciona a aspectos sociais e econômicos (desigualdade social, desemprego, intolerância às diferenças, dentre outras questões). Já a mulher, é atingida pela violência – em maior grau – na esfera privada, ambiente no qual se pressupõe a existência do afeto e respeito. Essa prática, denominada de violência doméstica, que tem as mulheres como um alvo,

expõe uma série de noções capazes de classificá-la enquanto uma prática distinta daquela em que os homens são as principais vítimas. Ou seja, noções de dominação, poder, subordinação e machismo, presentes numa estrutura social caracterizada como patriarcal e sexista.

Esse tipo de violência pode ser também denominada como uma violação dos Direitos Humanos, uma vez que, é a integridade física, psíquica, moral e sexual atingidas simultaneamente. Entretanto, Saffioti (2015), introduz a discussão de que historicamente os Direitos Humanos beneficiaram os indivíduos de maneira diversa, de acordo com o gênero, classe social e etnia, em inúmeras vezes sendo reportado à defesa de um grupo específico em detrimento de outro. Estas três dimensões, embora exibam uma gama de particularidades e contradições em seus próprios eixos, são estruturas pelas quais as desigualdades, como a de poder, perpassam. Para essa autora, tão somente a classe social fora classificada como categoria histórica, em detrimento do gênero e etnia. Todavia, não há como negar que brancos e negros; mulheres e homens são atingidos pela violência de forma peculiar. Diante disso, ainda que não haja uniformidade na abordagem da questão, compreende-se que, ao destacar apenas uma dessas categorias (gênero, classe social ou etnia), obscureceria a análise geral das estruturas sociais. A análise restritiva seria escassa para desnudar a complexidade envolvida na autodefinição dos sujeitos.

Todavia, é no universo dessas categorias complexas que se pretende, nesse trabalho, compreender as desigualdades de gênero presentes na sociedade, historicamente, sendo pilares das manifestações da violência de gênero. Ao longo de muitos anos, o crime cometido contra a mulher foi naturalizado no âmbito da relação conjugal. O estupro, por exemplo, era classificado como uma prática comum no matrimônio, sem haver prescrição alguma, no Código Penal, que responsabilizasse o agressor, esposo, por tal ato. A violência cometida no espaço doméstico era velada por ser, este âmbito, inviolável, em nome da privacidade, isto é, da suposta autonomia frente à esfera pública. A “apolitização” conferida ao âmbito familiar regulamenta a hierarquização entre ambas as esferas, tornando a família impenetrável à ação e intervenção estatal, capaz de garantir a liberdade, proteção e integridade dos membros familiares. “Violência de gênero, inclusive em suas modalidades familiar e doméstica, não ocorre aleatoriamente, mas deriva de uma organização social de gênero, que privilegia o masculino (SAFFIOTI, 2015, p. 85)”.

Alguns autores, ao se remeterem à violência, situam os termos “violência contra a mulher”, “violência doméstica” e “violência de gênero” num mesmo patamar, utilizando-os como sinônimos. Contudo, partindo do pressuposto de que a categoria gênero se refere a um conceito mais amplo do que aquele exposto pelo sistema binário (mulher e homem), permite englobar o universo das relações estabelecidas entre os homens e entre as mulheres. Desse modo, a violência de gênero se conformaria, também, no seio dessas distintas relações. Com essa colocação pretende-se sinalizar que este tipo de violência não ocorre, necessariamente, no centro das relações heterossexuais, ela pode ser observada entre mulheres e homens, entre dois homens, duas mulheres, estando elas na qualidade de agressoras ou na situação de quem sofreu a violência. Logo, fazendo alusão ao disposto por Saffioti (2015), a violência de gênero é cometida no âmbito de uma relação em que a dominação é o fator preponderante. Em suma, é a personificação do poder, exercida numa relação, pelo indivíduo dominante, o qual cumpra o “papel masculino”, seja mulher ou homem, que determinará a autoria da violência.

A modalidade da violência doméstica, por sua vez, é um termo utilizado para referenciar o tipo de violência cometido no âmbito doméstico, podendo se expressar tanto na forma física, psicológica, como sexual e patrimonial. Esse termo possui a peculiaridade de qualificar a mulher como principal alvo da violência, quando comparada ao homem, já que são eles as maiores vítimas no espaço público. Há, contudo, uma tendência em delegar ao homem a autoria da violência doméstica, já que representam a maioria, porém se considerar a violência praticada na esfera privada é possível admitir que a mesma possa ocorrer nos diversos formatos de relações, inclusive a homoafetiva.

Sabe-se que é a violência, ocorrida no âmbito doméstico, o tipo que apresenta os índices mais expressivos no país. Porém não é a única manifestação da violência, a qual é observada em todos os espaços da sociedade e reproduzida, por meio das instituições religiosas, educacionais e, sobretudo, familiares. A Lei 11.340/2006, denominada de Lei Maria da Penha, tornou-se o maior instrumento em defesa dos direitos das mulheres e, dentre todas as prerrogativas propostas em seus artigos, possibilitou a formulação da tipificação das distintas expressões da violência de gênero, possibilitando às mulheres se reconhecerem nestas, ao passo que incentiva as mesmas a efetivarem a denúncia dos seus agressores. Dos tipos de violência mais facilmente listados pelas mulheres, encontra-se em destaque a



violência física, no entanto, a violência psicológica, sexual, patrimonial, o assédio sexual, assédio moral, assim como a violência institucional, tem visibilidade no cenário social. De acordo com a (CPPM, 2007, p. 10 – 12) os diferentes tipos de violência são caracterizados assim:

**Violência física:** é toda ação que produz dano à integridade física da pessoa: tapas, murros, empurrões, pontapés, puxões de cabelo, chicotadas, arranhões, mordeduras; provocar queimaduras; arrancar a roupa, amarrar, arrastar e deixar em lugares desconhecidos [...];

**Violência sexual:** é toda ação na qual a pessoa por meio de força, ameaça, intimidação e mesmo sedução, obriga uma outra a presenciar, a manter, ou a participar de relação sexual não desejada, da qual o agressor tenta obter gratificação, tais como carícias indesejadas, comportamento indecente, exibicionismo e masturbação forçada; sexo forçado [...];

**Violência psicológica:** é toda ação ou omissão que causa ou visa causar dano emocional e diminuição da autoestima ou que prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar, controlar as ações da pessoa, seus comportamentos, crenças e decisões;

**Violência patrimonial:** é qualquer ato destrutivo ou de omissão que afeta o bem-estar e a sobrevivência da pessoa, tais como roubo; destruição parcial ou total de documentos e objetos pessoais ou de trabalho; apropriação indevida de rendimentos, salários, pensões, ou outros bens materiais, recusa em pagar pensões ou dividir gastos que devem ser compartilhados;

**Assédio moral em local de trabalho:** é toda e qualquer conduta abusiva manifestada, sobretudo, por meio de comportamento, palavras, atos, gestos, que possam trazer danos à personalidade, à dignidade ou à integridade física, sexual ou psíquica da pessoa ou degradar o ambiente de trabalho;

**Assédio sexual:** tem adquirido maior visibilidade nas relações de trabalho com o crescimento da entrada das mulheres no mercado formal de trabalho. A dependência econômica, o receio de ser desacreditada e a vergonha são os fatores que impedem a pessoa assediada a denunciar a situação. Com frequência, o assédio sexual é feito de forma dissimulada, a portas fechadas, com comentários indiretos, sussurros, olhares maliciosos;

**Violência institucional:** é a violência praticada nas instituições públicas. Por ação ou omissão destas instituições, a pessoa que busca ajuda se vê exposta a situações, tais como: peregrinação por diversos serviços até ser atendida; não ser escutada ou acolhida; ser atendida às pressas; de maneira rude ou negligente; não receber informações que ajudem na resolução de seus problemas; não ter sua intimidade preservada; ser julgada e tratada de modo preconceituoso [...].

As consequências dessas práticas, listadas acima, implicam desde dores, hematomas e abortos à insegurança, ansiedade, redução da autoestima, prejuízo

financeiro, danos à saúde e desemprego. Em conformidade com o encadeamento das ideias apresentadas acerca da violência de gênero, Bourdieu (2014), introduz a percepção de que os elementos que retratam esse tipo de violência encontram-se imbricados nos indivíduos, não somente nos homens, mas também nas mulheres, processo resultante de uma espécie de simbologia presente nas relações sociais.

O autor aponta que a diferença estabelecida entre os sexos esta relacionada a um sistema de oposições (duro/mole, grande/pequeno, frio/quente, etc), o qual pode ser reportado aos ditames tratados nas análises de Beauvoir (1980). Bourdieu explicita que o sistema de oposições eterniza a ordem social, revelando-a como androcêntrica; uma ordem que se reafirma masculina sem, contudo, necessitar de justificativas para tanto, já que ela mesma se naturaliza na dinâmica social. O processo legitimador dessa tal ordem decorre da reprodução de uma estrutura social, cujos valores revelam-se na linguagem, no comportamento, sendo capazes de resgatar a dominação masculina.

A dominação masculina é vivenciada tanto por homens (dominadores) como por mulheres (dominadas), através duma espécie de simbologia elaborada em torno dos aspectos sexuais de cada indivíduo. Evidenciar tais aspectos não representaria, para Bourdieu, o fundamento em que se assenta a desigualdade de gênero. Na realidade, o autor se reporta à existência de conteúdos de cunho moral e cultural que são elaborados acerca dos órgãos sexuais, convergindo sobre as exigências da afirmação do comportamento másculo e viril direcionados aos homens – leia-se poder – e, às mulheres a castidade e pureza – leia-se subordinação.

A partir dessas perspectivas são criadas e recriadas imagens afirmadoras e, sobretudo, excludentes acerca do significado do feminino e masculino. Desse modo, a anatomia sexual se inseriria na discussão do poder e dominação masculina por ser fonte de criação de expectativas acerca dos sexos ou, até mesmo, de determinações delegadas aos comportamentos de mulheres e homens. Esse “perfil masculino”, bem como o “perfil feminino” direcionaria, por exemplo, a escolha dos parceiros sexuais. Se o falo colocaria em evidência a posição dominadora do homem, exposta por meio da agressividade, da conquista e defesa da masculinidade, a mulher, por sua vez, símbolo de pureza e cuidado, caberia defender a própria sexualidade. Isto estaria representado no comportamento social, nas vestimentas, na maneira de caminhar e no tom de voz. Todas essas exigências, inculcadas na condição feminina e masculina, revelaria o exercício da dominação

masculina, transmutando-se sob as distintas expressões da violência simbólica em que as mulheres e homens são atingidos. Logo, ao se formular um conceito a respeito da violência de gênero, faz-se necessário compreendê-la, fundamentalmente, como uma prática de origem social, tendo em vista que se expressa num processo resultante de valores e determinações culturais renovados sempre nesta mesma perspectiva.

### 1.3 AS LUTAS FEMINISTAS E O COMBATE ÀS EXPRESSÕES DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Num breve resgate histórico, tendo como base os pressupostos elencados por alguns dos autores que abordam a temática da evolução do feminismo, a exemplo de Castells (1999), compreende-se que este movimento insurgiu na cena pública internacionalmente em meados da década de 1960, destacando as feministas norte-americanas como precursoras deste projeto. É certo que, grandes conquistas foram galgadas num período que antecedeu a década mencionada (o direito ao voto em 1920, no âmbito internacional e, no Brasil, em 1932), entretanto, estes processos eram resultantes de lutas femininas ainda não caracterizadas como movimento social organizado.

O feminismo foi despertado no universo dos movimentos sociais classistas em defesa de bandeiras de lutas mais gerais, de teor anticapitalista, nos quais mulheres e homens enfrentavam a exploração social econômica atribuída à luta de classes. O caminho percorrido após a dissociação desses movimentos, predominantemente masculinos, como também detentores de pautas destituídas do recorte de gênero, motivou a busca pela constituição da identidade própria do feminismo. Embora o direito à participação feminina na política tenha representado um marco, este acontecimento não desencadeou o processo de garantia de cidadania plena às mulheres. Significou, portanto, o primeiro passo para saltos ainda mais largos no campo dos direitos sociais, como apresenta Costa (1998). Para a autora, em concordância com o disposto por (Grossi, 1997; Castro, 2000), a busca pela identidade do próprio movimento se revelaria de acordo com o desenvolvimento de amplas e diversas possibilidades de ação, articulação e unificação das lutas sociais, cujo objetivo se refere à transformação das relações humanas de forma

geral, mobilizando os aspectos étnicos, geracionais, com vistas à igualdade de oportunidades entre os gêneros.

Entre as formulações teóricas subjacentes à elaboração da base política feminista, destaca-se uma variedade de manifestações ideológicas, de cunho conservador e crítico, representado pela corrente liberal e a corrente marxista, respectivamente. Ambas conviveram e convivem simultaneamente, embora formulem projetos societários antagônicos. No entanto, entre as décadas de 1980 e 1990, a conjuntura política e econômica internacional – marcada pelo fim do socialismo e queda do muro de Berlim - torna-se menos favorável à perspectiva crítica que embasou, amplamente, os movimentos sociais da época, enfraquecendo as diferentes organizações no Brasil. Com a nova configuração do capitalismo (pós-crise de 1970), a estrutura dos partidos políticos, sindicatos, organizações e movimentos sociais passa a representar inclinações favoráveis aos aspectos relacionados à diversidade, pluralidade, retirando da cena pública o debate das contradições sociais, levantado pelos movimentos sociais de esquerda, incluindo parcela das feministas, conforme trata Castro (2000).

Para essa autora, esses novos elementos trazidos à tona por uma conjuntura social diversa, conformam as variadas concepções ideológicas do feminismo, ao tempo que, adiciona novas questões para o centro do debate. Questões estas, caracterizadas pelo pós-estruturalismo, o qual evidencia os aspectos culturais e identitários dos sujeitos, fragmentando a luta pela transformação societária. Castro (2000) afirma ainda que, esta fragmentação reduziria as chances de avanço do feminismo que, caso incorporasse as demandas envolvendo, por exemplo, a precarização do acesso aos serviços públicos, que atingem a todos os sujeitos, famílias e mulheres, diante das ínfimas possibilidades lançadas pelo Estado neoliberal, obteria maior representatividade, assim como, maior adesão de novos adeptos ao movimento feminista.

A abertura para a articulação com os demais movimentos sociais deságua na expansão do ideário feminista a segmentos específicos de mulheres. As mulheres negras, lésbicas, camponesas, com vínculo institucional, jovens e de idade mais avançada, paulatinamente, são incorporadas ao movimento feminista, mesmo que não se identifiquem inteiramente com o mesmo. As próprias demandas individuais geram a necessidade de ingressar na luta pela defesa e expansão dos direitos das mulheres e pelo fim à desigualdade de gênero, a exemplo dessas demandas têm-se

a ascensão profissional de mulheres negras e assédio no ambiente de trabalho. O ingresso de novas adeptas torna-se imprescindível para destacar que dentre o agrupamento das mulheres existem incontáveis particularidades, especialmente, quando se trata das múltiplas formas de opressão de base étnica/racial, de classe social, de geração, de fins sexuais, etc. Essa diversidade de demandas, por outro lado, contribui tanto para o feminismo como para as instituições em que as mulheres estão inseridas, pois elas se tornam multiplicadoras das questões que envolvem diretamente a desigualdade de gênero, introduzindo-as em cenários predominantemente masculinos e, por conseguinte, fomentando reflexões em ambientes que se encontram inseridas.

É com a institucionalização do feminismo - ocorrida no Brasil em meados das décadas de 1980 e 1990 - que as pautas diversas são incorporadas pelo Estado e demais instituições sociais, como as Organizações não Governamentais - ONGs. A luta se redireciona a criação de políticas públicas para as mulheres, tendo por finalidade a equidade de gênero, uma vez que a luta pela igualdade não provocou transformações nas relações sociais. As políticas identitárias são aquelas mais estimuladas por estas instituições, as quais, de acordo com Castro (2000), promovem o desmembramento das lutas feministas. Por outro lado, é também neste período em que se observa uma maior relevância atribuída aos estudos de gênero e violência, tanto no campo acadêmico, como também nas dimensões institucionais.

Uma das pautas defendidas pelo feminismo se refere à viabilização do direito à privacidade, no sentido da garantia dos direitos individuais das mulheres, os quais permitiriam desenvolver a autonomia feminina. Todavia, a privacidade estivera relacionada ao exercício da dominação masculina, especialmente na legitimação dos direitos dos “chefes de família”, como expõem Miguel e Biroli (2014). De acordo com os autores, somente uma parcela das mulheres é capaz de usufruir da relativa autonomia originada das possibilidades advindas do desempenho das atividades remuneradas externa ao lar, enquanto que as demais se mantêm fadadas a realizarem a função de “dona de casa”. Nestas condições, o direito à privacidade estaria relacionado à classe social em que a mulher pertenceria. Porém, tanto as mulheres da classe média, como as mulheres pobres não dispõem das mesmas condições para usufruírem dessa privacidade se comparadas aos homens, em qualquer razão social. Isto porque, estes últimos, não participam ativamente da administração do lar, permanecendo desse modo, com um espaço de tempo livre

para investir na carreira profissional, em atividades de lazer ou, simplesmente, devotar ao ócio, acirrando nestes termos a divisão sexual na família. Dessa forma, esse direito à privacidade deve ser apreendido de maneira mais abrangente, sendo sinônimo da afirmação da autonomia feminina em ambas as esferas; pública e privada.

Nessa proposta de análise, os direitos individuais são também remetidos à afirmação do controle da mulher sobre o seu próprio corpo e sexualidade. É neste campo que, segundo Miguel e Biroli (2014), o feminismo expõe a discussão acerca da legalização do aborto e da criminalização do estupro no contexto da violência doméstica, ou seja, quando ocorrido numa relação afetiva e/ou matrimonial. Dessa maneira, a garantia da autonomia plena das mulheres viabilizaria a construção de relações mais igualitárias na esfera privada, as quais necessitam da atuação interventiva do Estado, por meio das instituições e aparelhos da Justiça; Segurança Pública para oferta de proteção às mulheres, criminalizando a violência doméstica, através da responsabilização dos agressores pela prática de comportamentos socialmente tolerados.

No que tange a defesa do aborto, os limites de base religiosa e normativa impedem de contextualizar essa discussão no centro das manifestações da violência de gênero, isto é, na expressão da violência sexual. Nessa situação específica, o aborto se caracterizaria como parte integrante das iniciativas de proteção à mulher em situação de violência, evitando a gravidez decorrente de estupro, com a finalidade de impedir a revitimização da mulher. Contudo, sabe-se que são inúmeras as variáveis envolvendo esta questão, todavia o propósito dessa análise concentra-se na demarcação da trajetória das lutas feministas que convergem na proposta de constituição de relações democráticas de gênero e pelo fim da naturalização da violência. A descriminalização do aborto somado à denúncia do estupro à esfera pública, naturalizado numa relação matrimonial ou não, significa situar essas práticas como uma questão política em oposição à questão de “origem pessoal” propagada na sociedade. Foi a trajetória do feminismo responsável pela afirmação dos direitos das mulheres, em todas as áreas, assim como pela criação de serviços destinados ao atendimento do público feminino.

Essas instituições ou serviços seriam compostos por feministas para oferta de atendimento às mulheres em situação de violência, a fim de que o conteúdo acerca da categoria gênero fosse apropriado por aquelas responsáveis pelos serviços. Foi

a partir do fortalecimento das ações propostas pelas lutas feministas que surgiram campanhas em torno do enfrentamento da violência doméstica, revelando à esfera pública os abusos e as agressões cometidas no âmbito familiar. Em decorrência disso, essas denúncias se concretizaram na cena pública, exigindo do Estado a intervenção no espaço privado.

A implantação da primeira Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM) em São Paulo, em 1985, representou um marco para as ações de enfrentamento à violência de gênero no país, destacando a necessidade da criação de outros equipamentos sociais em diversas áreas, além da segurança pública, para a implementação dos direitos das mulheres. Neste período, funcionavam juntamente com as Delegacias, as Casas Abrigo, para as quais as mulheres eram encaminhadas em caso de ameaça à vida, conformando, naquele período, a rede de serviços em atenção à violência de gênero. No entanto, ambas as instituições eram insuficientes diante da crescente demanda e da necessidade da criação de organismos diversos destinados à oferta de atendimento, acompanhamento e garantia dos direitos sociais femininos, mediante a operacionalização de ações preventivas e protetivas. O escopo dessa ação estivera relacionado à garantia da efetivação da proteção às mulheres para além da punição devotada aos agressores, ou seja, que a demanda da violência de gênero não se configurasse somente como matéria restritiva à Segurança Pública. Portanto, ressalta-se a participação fundamental do feminismo para a constituição de uma Rede de atendimento à mulher em situação de violência, partindo da necessidade de iniciativas mais efetivas neste campo, evidenciando a violência de gênero como uma questão social e de saúde pública.

#### 1.4 RETRATOS DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO CENÁRIO NACIONAL

Ao efetuar o levantamento dos dados estatísticos a respeito da violência de gênero no país, observa-se uma gama de instituições responsáveis por realizar pesquisas, com a finalidade de elaborar um quadro geral acerca desse tipo de violência. É importante sinalizar que a ausência de um único instrumento, destinado a esse fim, compromete a elaboração de projetos e programas das políticas públicas, uma vez que, a organização dessas informações subsidia a criação e

aplicação de medidas interventivas por parte do Estado<sup>5</sup>, através dos diversos organismos sociais. A unificação de um sistema proporcionaria o acesso mais facilitado a esses dados, pelos profissionais que prestam atendimento às mulheres em situação de violência, bem como pelos agentes da administração pública. Além disso, publicizaria os aspectos caracterizadores das desigualdades de gênero.

Dentre algumas das fontes, reveladoras desses dados têm-se a Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, o órgão de pesquisa do Senado (DataSenado), o Mapa da Violência, o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher - RASEAM, os serviços da Saúde, (mediante o preenchimento da notificação compulsória), o sistema judiciário (por meio dos Juizados e Varas Criminais), a Segurança Pública (através das Delegacias), além dos demais serviços das políticas sociais, no âmbito da proteção, para onde as mulheres são encaminhadas, a fim de garantir os direitos sociais e o atendimento e/ou acompanhamento da situação apresentada.

Dito isso, a fim de expor alguns dos elementos presentes na análise da violência de gênero, apresentada através da discussão proposta neste capítulo, foram consultadas somente duas dessas fontes: o DataSenado, e o Mapa da Violência, em dimensão nacional. E, para situar a análise em Aracaju, local onde a pesquisa se realiza, foram utilizadas as informações consultadas na Delegacia de Atendimento aos Grupos Vulneráveis – DAGV, referentes ao quantitativo de Boletins de Ocorrência – B.O efetuados, conforme exposto no Apêndice 5.

Cada uma dessas fontes, além de constituir um panorama geral da violência no país, possui uma orientação específica para a realização das pesquisas. O DataSenado, por exemplo, desde a promulgação da Lei 11.340/2006 - Lei Maria da Penha - realiza a cada dois anos uma pesquisa de opinião intitulada de "Pesquisa Violência Doméstica contra a mulher", cujo intuito se define na apreciação do grau de conhecimento populacional acerca da legislação mencionada. Para tanto, são expressos, através de dados estatísticos, os tipos de violência mais recorrentes, o

---

<sup>5</sup>De acordo com Behring (2006), o Estado se modificou estruturalmente na história, como reflexo dos períodos de expansão do capital e crise econômica. Estando alinhado hegemonicamente com o desenvolvimento do capitalismo, o Estado ao exercer o seu papel na reprodução social e do capital, abarca em sua formação a sociedade civil, devido às negociações e correlação de forças entre esses segmentos. De acordo com a concepção gramsciana, este é o Estado ampliado, assim "[...] Estado e sociedade civil compõem uma totalidade, donde não se pode pensar o Estado sem a sociedade civil e vice-versa (BEHRING, ano, p. 02)". Não haveria, portanto, possibilidades de restringir ao Estado a função de provedor, como por outro lado, responsabilizá-lo pelas crises econômicas estruturais ao sistema econômico, proclamando a ampliação do mercado em detrimento da responsabilização estatal com o social, a qual, segundo a premissa neoliberal, necessitaria ser mínima.



sentimento envolvido em relação à efetuação das denúncias junto aos órgãos competentes, a causa da violência, de acordo com a perspectiva das mulheres entrevistadas, visando analisar o impacto da legislação para a proteção das mulheres em situação de violência. Ao delimitar o estudo aqui proposto dentre o período de 2007 a 2015, foram analisados alguns dos dados referentes às pesquisas realizadas nos anos 2007, 2009, 2011, 2013 e 2015, divulgadas pelo DataSenado.

A Lei 11.340/2006, que representa o grande marco no enfrentamento à violência contra as mulheres, transformou a forma como esse crime foi encarado na sociedade e no sistema judiciário, preconizando a realização de ações mais efetivas em termos de punição ao agressor, bem como a proteção à mulher. Em termos de punição, o crime contra a mulher abandona a avaliação anterior em que se denominava como crime comum para ser julgado em instâncias especializadas. Deste fato, se compreende a não substituição da sentença por penas de cesta básica e pagamento de multa, por exemplo. Já no que tange a proteção, têm-se a aplicação das medidas protetivas de urgência, como o afastamento do lar, proibição da aproximação do agressor a uma distância, a ser fixada, da mulher, dentre outras questões, como a criação de serviços de atendimento e acompanhamento especializados à mulher no âmbito das políticas sociais.

Todas as inovações, levantadas pela própria Lei, são instrumentos de debates e discussões em diversos espaços da mídia, tendo em vista a necessidade de informar a população sobre o conteúdo da mesma. Esta ação é motivada no intuito de promover um maior esclarecimento acerca dos direitos que as mulheres detêm, além de apresentar os mecanismos existentes para o enfrentamento da violência de gênero no país. Fora isso, incentiva a efetivação da denúncia do agressor aos órgãos competentes, uma vez que, qualquer cidadão poderá efetuar-la, caso tenha conhecimento de algum episódio de violência sem, necessariamente, estar envolvido com o fato ou possuir algum vínculo com os agentes desse processo. Esta é mais uma forma de garantir e ampliar o alcance da proteção às mulheres em situação de violência, evitando o receio à exposição e revitimização das mesmas.

**Tabela 01. Percentual de mulheres que sofreram violência (2007 a 2015)**

<b>2007</b>	15,4%
<b>2009</b>	19%
<b>2011</b>	19%
<b>2013</b>	19%
<b>2015</b>	18%

\*Tabela criada pela autora com base nos dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa do Senado.

Nota-se, portanto, que embora as mulheres declarem o aumento da violência, os dados permanecem estáveis. Uma a cada cinco mulheres confirmam ter sofrido algum tipo de violência, o que ainda representa um índice expressivo, de acordo com o DataSenado. Divulga-se que a razão dos índices, anunciados pela mídia, terem aumentado está relacionada, diretamente, tanto à maior apropriação das medidas protetivas apresentadas na Lei, tendo em vista que as mulheres (de todas das classes sociais) já são capazes de indicar uma das formas de proteção contida neste documento, como à maior publicidade dada à questão, devido à facilidade e diversidade de acesso aos meios de comunicação em uso. Desse modo, um número maior de mulheres poderia afirmar que tiveram conhecimento de outras que já vivenciaram algum episódio violento, o que não significa, por outro lado, que isto tenha resultado na ampliação das denúncias nas Delegacias Especializadas. É preciso devotar uma atenção maior a essa situação, pois o conhecimento dos mecanismos protetivos ainda não foi suficiente para provocar a redução dos índices de violência no país, nem tampouco garantir que as denúncias sejam apuradas nos órgãos especializados. Supõe-se que o conhecimento da Lei Maria da Penha seja somente o ponto de partida para o alcance da proteção aos direitos femininos, ou seja, parte de um conjunto de medidas articulado e direcionado ao enfrentamento da violência de gênero.

Segundo elas, as principais causas motivacionais da violência são o uso do álcool e a manifestação do ciúme.

**Tabela 02. Principais causas da violência**

	<b>Álcool</b>	<b>Ciúme</b>
<b>2007</b>	45,5%	22,8%
<b>2009*</b>	—	—
<b>2011</b>	27%	27%
<b>2013</b>	28%	25%
<b>2015</b>	21%	19%

\*\*Tabela criada pela autora com base nos dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa do Senado. Ressalta-se que, em 2009 não houve apresentação dos percentuais relacionados à motivação da violência.

As razões do ato de violência revelam, nas entrelinhas, a cultura machista arraigada nos indivíduos de todas as classes sociais, a qual absolve o agressor por ter cometido uma “falta justificada”. Os papéis convencionais de gênero corroboram para esse tipo de justificativa, uma vez que, sendo a mulher hierarquicamente inferior ao homem, no centro das relações familiares, o exercício do domínio passa a se evidenciar na relação. Provavelmente, considerando que a manifestação da violência física é a mais citada nas pesquisas, atribui-se aos “excessos” masculinos a vinculação a essa prática. É possível supor que, nas demais relações mantidas externamente à esfera privada, o homem não se comporte agressivamente, todavia, no âmbito doméstico assume o controle da situação. Contudo, há razões para acreditar que, no contexto de uma relação marcada por agressões de diversas ordens, a violência se qualifica como um ciclo, o qual se renova independente da sobriedade do indivíduo. O domínio, a posse e subordinação permanecem ocultos desse processo, diante da naturalização dos aspectos da desigualdade de gênero.

Anteriormente à criação da Lei Maria da Pena, acima mencionada, as mulheres já sinalizavam a necessidade de haver uma lei específica para a proteção em caso de violência doméstica. Em 2007, apenas 13,3% das entrevistadas pelo DataSenado, sentiam-se protegidas, porém não respeitadas na sociedade. A separação das esferas pública e privada retirou a dimensão política das relações desenvolvidas na família, expressas através do afeto, do caráter íntimo e pessoal,

como tratam Miguel e Biroli (2014). Essa constituição desigual e dicotômica entre os espaços, verdadeiramente entrelaçados entre si, significou a preservação da instituição familiar em detrimento dos indivíduos que a compõe. Nesse caso, são ofuscadas as agressões, os conflitos, o exercício da autoridade e poder masculino, contribuindo para a construção de uma barreira à proteção aos mais vulneráveis, compreendido aqui como as mulheres. Cabendo somente aos membros familiares a resolatividade dos atos praticados na esfera doméstica, a demarcação das funções atribuídas a cada sexo é fortalecida. Em vista disso, a liberdade e autonomia feminina são comprometidas, devido ao estabelecimento de relações menos democráticas no seio familiar. Assim, as mulheres permanecem vinculadas às determinações de gênero repletas de critérios sociais e culturais.

Na primeira pesquisa, após um ano da aprovação da Lei Maria da Penha, ainda não havia sido possível analisar a repercussão da mesma. Porém, após três anos, (2009), já se observou que uma ampla parcela da população feminina conhecia esse instrumento, bem como eram capazes de citar algumas das medidas protetivas, preconizadas nesta legislação. Cerca de 83% delas, alcançando o percentual de 98% e 99% nos anos subsequentes. Dessa forma, revela que tão somente a divulgação das medidas protetivas, afiançadas pela Lei, bem como a apropriação do conteúdo da mesma pelas mulheres, além da especificação da punição aos agressores ainda não se qualificaria como suficiente para coibir a violência no país, caso a aplicação destas não estejam atreladas a ações preventivas.

Mesmo reconhecendo o avanço da legislação, a efetivação das denúncias ainda é inexpressiva dentre aquelas em situação de violência. O medo do agressor é apontado pela imensa maioria como obstáculo para a denúncia, (em 2009 representou – 78% das respostas; em 2011 – 68%, em 2013 – 68%) destacando-se até mesmo em relação às outras barreiras, como a criação dos filhos e a vergonha. Em 2015, por sua vez, houve uma distribuição do percentual por diferentes causas, a respeito da crença no perdão, exposição na sociedade e preconceito. Na realidade, os obstáculos à efetuação da mesma são múltiplos e de origem social, configurando a complexidade da situação.

A violência física, em todas as pesquisas, se qualifica como o tipo mais recorrente e expressivo, destacando-se em 2007, o percentual de 58,5%. A tipificação da violência doméstica só se tornou possível, devido à implantação da Lei

Maria da Penha, já que a violência moral, psicológica e patrimonial não era mencionada e/ou reconhecidas como expressões de um ato violento, embora estivessem presentes, por meio de diversas manifestações. Este fato, já mencionado na análise desse capítulo, naturaliza e retira das mulheres a capacidade de identificar as injúrias, xingamentos e a desconstrução da sua identidade social como violência. De acordo com o DataSenado, em 2007, cerca de 10,6% apontaram ter sofrido violência psicológica, 8,9% moral, 4,6% sexual e 17,1% todos os tipos. Já em 2009, a violência física representou o percentual de 55% e a psicológica 15%. Em 2011, por sua vez, os dados apresentados se referem a 78% física e 26% psicológica. Em 2013 a violência física foi representada por 83,2% e psicológica 27%. Percebe-se uma oscilação entre os percentuais indicados ao longo dos anos. Na primeira pesquisa houve especificação de todos os tipos vivenciados, já nas demais se seguiu a tendência de expor os dados mais expressivos, sendo assim a violência física e psicológica se destacam entre as demais.

Ao longo dos anos, percebe-se uma variação no quesito violência psicológica, atingindo o percentual de 48%, em 2015, enquanto o tipo físico alcançou 66%. Todavia, embora sejam qualificados separadamente, há uma tendência para se deduzir que quando a violência física ocorre, a mulher já havia sido violentada psicologicamente, através de insultos, ameaças, as quais se repercutem negativamente sobre a autoestima feminina. Porém, este é o tipo de violência mais difícil de ser qualificado ou diagnosticado pelo público feminino, uma vez que, o dano não é causado fisicamente. Quando se verifica a elevação dos índices desse tipo de violência, observa-se que foi dado um passo a mais rumo ao empoderamento feminino, considerando que já é perceptível, para uma parte das mulheres, que essa é uma conduta violenta.

Ao utilizar alguns dos dados explicitados pelo Mapa da Violência 2015, ressalta-se que, desde 2012, o Mapa retrata a evolução da violência de gênero no país, através da exposição de índices, discriminando a faixa etária, questões étnicas, o espaço em que o ato é praticado, especificando os dados por municípios e capitais. Com a aprovação recente da Lei 13.104/2015 do Feminicídio, a qual trata como crime hediondo os homicídios cometidos contra as mulheres, em razão de gênero, surge mais um instrumento de proteção feminina que, somado à Lei Maria da Penha, traça um novo desenho às iniciativas de prevenção, proteção, ofertadas pelas diferentes instituições vinculadas às políticas públicas, bem como a punição

dos agressores. No período que antecede à criação da Lei 11.340/2006, a taxa referente ao número de homicídios femininos representava cerca de 7,6%. Já, após a sanção da Lei supracitada, houve uma queda dos índices, os quais atingiram a marca de 2,6%, segundo Waiselfisz (2015).

Em 2006, Sergipe apresentou a taxa de homicídio feminino de 3,6%. Já em 2013, esse dado atingiu a marca de 5,1%. O crescimento se deu em todos os estados com destaque para Roraima que duplicou os dados referentes a essa taxa, passando de 6,6% para 15,3%. É importante ressaltar que, as particularidades de cada unidade da federação repercutem sobre esses índices, podendo ser remetidas ao grau de vulnerabilidade e desigualdades sociais, como às garantias de proteção à mulher e segurança efetivadas em cada localidade. Observa-se na Tabela 04 que nos dados colhidos na DAGV, em Aracaju, a variação do índice de homicídio (no período de 2008 a 2015) é mínima se comparada ao estado.

**Tabela 03. Quantitativo de inquéritos efetivados em Aracaju**

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Injúria</b>	382	475	560	497	565	536	387	387
<b>Difamação</b>	32	25	34	33	36	45	32	37
<b>Estupro</b>	17	33	17	19	18	20	16	17
<b>Violência Doméstica</b>	105	61	83	92	155	262	225	170
<b>Homicídio</b>	1	4	2	1	1	2	1	2
<b>Quantidade de inquéritos/ano*</b>	2.339	2.782	2.918	2.808	2.707	2.965	2.633	2.538

\*\*\*Tabela criada pela autora com base nos dados estatísticos colhidos no DAGV.

O ano de 2013 obteve o maior quantitativo de inquéritos efetivados, sendo o ano em que a violência doméstica se destacou como a mais significativa. Dentre as alternativas referenciadas, a violência doméstica estaria qualificando a violência física, enquanto a violência psicológica é verificada por meio da designação da injúria e difamação, podendo ou não ocorrer no espaço doméstico. Estas últimas foram mais expressivas em Aracaju, ao longo do período sinalizado.

O Nordeste teve um crescimento superior das taxas de feminicídio (79,3%), de acordo com Waiselfisz (2015), se comparado aos estados do sul, sudeste e centro-oeste. Sergipe esteve na 20ª posição com a taxa de 5,1%, em relação aos estados da Roraima, Espírito Santo e Goiás, em primeiro, segundo e terceiro lugar (15,3%, 9,3% e 8,6%, respectivamente). Já Aracaju, no âmbito das capitais, apresentou a taxa de 6,6%, ficando na 13ª posição, atrás de Vitória, Maceió e João Pessoa (11,8%, 10,7% e 10,5%) as três capitais com taxas mais expressivas.

A população negra é a mais atingida pela violência. Enquanto que os índices que atingem a população branca tendem a cair, as taxas envolvendo as mulheres negras se elevam, ampliando a vulnerabilidade e vitimização dessa população. Em Sergipe, no período de 2006 a 2013, o índice referente aos homicídios de mulheres brancas representou 11,1%, já em relação às mulheres negras, o índice teve um aumento de 54,2%. Em 2013, a taxa de homicídio de mulheres brancas atingiu, em Sergipe, o percentual de 2,6%. Quanto às mulheres negras, essa taxa representou 6,0%, ilustrando o entrelaçamento da questão com aspectos de base étnica e social.

Em todo o território nacional

O índice de vitimização negra, em 2003, era de 22,9%, isso é, proporcionalmente, morriam assassinadas 22,9% mais negras do que brancas. O índice foi crescendo lentamente, ao longo dos anos, para, em 2013, chegar a 66,7% (Waiselfisz, 2015, p.34).

Quanto à idade das vítimas, os dados revelaram que na infância as meninas são mais atingidas pela violência. Contudo, ressalta-se que na faixa etária, comprometida entre dos 18 aos 30 anos, há um crescimento da violência, a qual reduz as suas expressões com o aumento da idade. Considerando que as mulheres são vítimas em potencial na esfera doméstica, pode-se relacionar a faixa etária destacada à domesticidade feminina, no contexto das uniões estáveis, matrimoniais. Esse cenário atribui um significado à forma como se organizam as relações mantidas entre mulheres e homens. A violência, conforme trata Saffioti (2015) atinge a ambos de maneira diversa. São eles vítimas da violência urbana, geralmente causada por armas de fogo em 73,2% dos casos, contra elas em 48,8% delas. Em contrapartida, as mulheres são vítimas de estrangulamento, armas brancas e instrumentos cortantes com maior incidência na esfera doméstica (27,1%), enquanto eles são vítimas em (10,1%) dos casos.

Nota-se ainda que, em diferentes etapas da vida, são as mulheres (crianças, adolescentes, adultas e idosas) mais atingidas pela violência se comparada aos homens. Os dados de atendimento de saúde se aproximam na infância (54,1% meninas e 45,5% meninos), contudo na fase adulta há uma preponderância dos atendimentos destinados às mulheres (71,3%) e homens (28,6%). Após os 59 anos, os índices de violência entre ambos os sexos são equiparados. Em relação a esses atendimentos, são as mulheres que mais os procuram. Em Sergipe 821 mulheres e 278 homens, em 2014.

Todos estes dados convergem para a questão da domesticidade feminina que destitui a autonomia da mulher. Por ocupar posições demarcadas no casamento e/ou uniões estáveis, o estabelecimento de novos vínculos sociais e de trabalho, o exercício das potencialidades da mulher são reduzidas, enquadrando - as em diferentes graus de vulnerabilidade. A ausência de renda origina a dependência financeira, logo em caso de divórcio as mulheres pobres encontram-se desamparadas. E, quando exercem o trabalho remunerado externo ao lar, geralmente, passam a acumular vínculos de baixa remuneração, sendo insuficientes para a garantia da sobrevivência de forma independente. É este tipo de dependência responsável também por mantê-las em relações violentas.

A reprodução de representações hierarquizadas do masculino e do feminino não se esgota, socialmente, em suas expressões eróticas e sexualizadas, mas ganha forma de constrangimentos, desrespeito e discriminação que podem ser sutis e mesmo invisíveis, mas têm impacto nas oportunidades e nas escolhas possíveis para as mulheres, assim como em sua integridade física e psíquica (BIROLI, 138, p. 2014).

Diante disso, para a oferta de atendimento que supra as distintas necessidades das mulheres de forma integral, considerando a heterogeneidade do grupo feminino, as ações de prevenção, proteção, responsabilização do agressor e, sobretudo, a garantia dos direitos sociais e reprodutivos devem ser articuladas entre equipes e gestão das políticas públicas. Desse modo, a proposta de expansão de serviços de atendimento a esse público constitui uma alternativa para o enfrentamento à violência de gênero no país.



## 1.5 O CONCEITO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA PERSPECTIVA DOS PROFISSIONAIS DA REDE DE ATENDIMENTO EM ARACAJU – SE

A fim de desenvolver a proposta apresentada neste capítulo introdutório, conforme sinalizado, tornou-se imprescindível à utilização de um arcabouço teórico composto de autores clássicos, fundamentais ao estudo de gênero. A escolha por desenvolver a análise, a partir de um percurso histórico, se deu pela possibilidade de apresentar o lugar ocupado pela mulher na sociedade, ressaltando as expressões originadoras da violência de gênero. A intenção dessa proposta se mostra na necessidade de discorrer acerca dos elementos caracterizadores da Rede de atendimento, em análise, e categoria central da pesquisa, agregando significado à mesma.

A partir dessa perspectiva, as entrevistas forneceram informações para ilustrar a compreensão da temática abordada. Isto foi possível porque, no bojo das ações referentes à realização das entrevistas, foi utilizado um formulário contendo oito questões elaboradas no formato de tópicos, correspondentes aos objetivos específicos da pesquisa. Os tópicos ou temas apresentados para os/as entrevistados/as foram os seguintes: o Conceito de violência de gênero e tipos enfrentados no serviço; Concepção de Rede; Atuação em Rede; Limites da atuação em Rede; Possibilidades e avanços; Serviços acionados pela equipe e gestão; Qualificação profissional e, por fim, Atendimento integral. Este mesmo formulário foi utilizado tanto nas entrevistas com a equipe técnica (assistentes sociais e psicólogos/as), como também com os coordenadores de alguns serviços pesquisados.

A exposição em tópicos permitiu que os/as entrevistados/as discorressem mais livremente acerca das proposições apresentadas. Considerando que foram trabalhadas categorias complexas, como gênero, rede e violência de gênero, as quais demandariam uma fundamentação teórica para a elaboração de um conceito, verificou-se que as falas giraram em torno de uma contextualização situacional do problema. As falas dos/as entrevistados/as, em geral, tomaram por referência as demandas do cotidiano, sem recorrer aos conceitos presentes na literatura. Quando solicitados/as para discorrer sobre concepção de rede e violência, as respostas giraram em torno de procedimentos e ações desenvolvidas no dia a dia profissional.

O cotidiano é um espaço rico de atuação, isso porque é nele que se desenvolvem as tramas sociais, e onde se materializam as estratégias dos grupos sociais minoritários em busca de respostas do Estado às suas necessidades, (NETTO; CARVALHO, 2005). É neste domínio que o assistente social se revela como mediador entre o Estado e população usuária das políticas sociais. Juntamente com os/as psicólogos/as, este profissional se constitui enquanto sujeito articulador das iniciativas que envolvem as etapas do atendimento e acompanhamento das mulheres em situação de violência, seja na área da Assistência Social, seja na Saúde e demais políticas sociais que conformam a Rede de atendimento.

A opção pelo emprego do termo violência de gênero em relação à violência contra a mulher, nesta pesquisa, se justifica por se tratar de uma visão mais abrangente acerca da questão, a qual menciona a ocorrência desse fenômeno no contexto de uma relação em que o poder é o fator preponderante. Assim, é possível verificá-lo tanto dentro dos padrões heterossexuais, como no contexto das uniões homoafetivas. É certo que, dentro desse contexto amplo, compreende-se que, historicamente, a mulher é submetida à autoridade e poder masculino, dando vazão à desigualdade de gênero nas distintas sociedades. Em consequência disso, verifica-se a criação e reprodução de estereótipos e estigmas sociais que, se renovam com o passar do tempo, enfatizando a domesticidade feminina e, por outro lado, a politização do homem, reflexo da dicotomia entre as esferas pública e privada, como expõe o debate de alguns dos autores consultados para a elaboração deste capítulo: Beauvoir (1980); Pateman (1990); Saffioti (2015); Bourdieu (2014); Miguel e Biroli (2014). E, partindo desse entendimento que a pesquisa buscou se desenvolver.

Quando foi abordado o primeiro tópico, concernente ao conceito de violência de gênero e os tipos enfrentados no serviço, verificou-se a utilização de diferentes caminhos para a elaboração desse conceito. As falas dos entrevistados/as giraram em torno de uma contextualização desse tipo de violência, no âmbito nacional, citando elementos que analisados conjuntamente se remetem ao significado presente na literatura.

*A categoria gênero é uma categoria muito complexa e muito polêmica, não é? Existem vários tipos de reflexões que envolvem o gênero e a violência de gênero, porque tem gente que acha que discutir gênero pra fazer a análise*

*das relações sociais é discutir, por exemplo, a defesa da homossexualidade ou combate a homofobia. Não, isso é apenas uma coisa de gênero. Na realidade, a violência de gênero é considerar que um sujeito de uma relação social ou de uma relação afetiva submete o outro à sua vontade ou submete o outro ao seu comportamento e que isso é agressor, isso vai agredir o outro. Nessa violência de gênero, a gente pode encontrar casais heterossexuais ou homoafetivos, a gente pode encontrar uma mãe que submete seu poder a filha ou ao um filho, a gente pode encontrar um namorado que agrediu a namorada ou um rapaz que agrediu a irmã ou uma avó ou uma tia (...). Sempre a vítima é quem exerce o papel feminino. Pode ser do sexo feminino, pode ser do sexo masculino (E. 6)<sup>6</sup>.*

*Acho que é a partir do momento que ela sinta que está sendo discriminada, que está sofrendo em virtude de ser mulher, de ser do sexo feminino. É um tipo de violência você não respeitar ela no seu espaço, na sua vontade. Tem vontade de fazer alguma coisa, mas não faz porque tem outra pessoa do sexo oposto que está lhe reprimindo, suprimindo seus direitos, suas vontades. Creio eu que seja uma grave violência você não conseguir desenvolver o seu eu (E. 11).*

Conforme já fora tratado, esse tipo de violência possui razões tanto sociais como culturais, as quais são reproduzidas por meio das relações mantidas entre os indivíduos. Tais relações têm como alicerce o poder de um sobre o outro, especificamente, do homem sobre a mulher, ou daquele que exerce esse poder numa relação homoafetiva. Emerge das questões que aludem à categoria gênero, isto é, do significado social atribuído ao feminino e masculino. É interessante destacar a impossibilidade de construção do eu feminino, isto é, a elaboração da identidade feminina. Na manifestação da violência de gênero, a mulher se encontra tolhida dessa possibilidade, devido à subalternidade frente ao homem, classificando a base numa relação não saudável. A autoimagem e a autoestima são desconstruídas, a partir de verbalizações de teor negativo projetadas, com a finalidade de restringir os espaços de socialização da mulher, incidindo sobre a forma que a mesma irá se portar na relação familiar, assim como nas atividades desempenhadas fora do espaço doméstico.

*A violência não atinge uma classe apenas, o nosso público é mais de mulheres vulneráveis, porque é a mulher que chega até nós. Quando há um nível econômico maior ou um nível de escolaridade mais alto, não mandam encaminhamento para a gente, então fica meio camuflada a questão do quantitativo real. É essa concepção histórica de que prevalece a submissão da mulher; de tipo de família, que a mulher tem que manter os laços familiares, mesmo que ela não esteja se sentindo bem (E. 12).*

---

<sup>6</sup> Para garantir o sigilo dos profissionais e a ética na realização da pesquisa, os/as entrevistados/as foram identificados/as, através da letra “E”, seguida pelo número equivalente a ordenação das falas.

Os dados revelados pelo Mapa da Violência 2015 caracterizam a violência de gênero, a partir da classe social e etnia, uma vez que são as mulheres pobres, negras, assim como de baixa escolaridade, as mais atingidas por essa violência. Esse perfil traçado remete à discussão da necessidade de incentivar a autonomia plena feminina, especialmente, a financeira, a qual daria margem à superação do estado de vulnerabilidade social em que a maioria se encontra. As mulheres de classe média e alta, geralmente, não buscam os serviços da Rede de atendimento para acompanhamento psicossocial. Tal fato implica na quantificação dos dados referente ao número de mulheres atingidas, bem como nas especificações e características das mesmas, isto é, no perfil socioeconômico.

As demais falas, por sua vez, relacionaram a questão com as manifestações da violência contra a mulher no país, estabelecendo um panorama geral com destaque para a violência doméstica, além de apontar o machismo como uma das causas dessa prática.

*Na realidade, a violência de gênero, é milenar. Entretanto, hoje, esta violência esta mais visibilizada. Existem ainda várias distorções, vários silêncios, várias omissões [...]. Então a violência contra a mulher é uma violência que assume diversas molduras, tanto no âmbito público, como no âmbito privado. Ocorre que, a violência doméstica vitima as mulheres diferentes dos homens. O homem é mais vítima no espaço público, a mulher, no espaço privado. A violência que nós enxergamos a que é mais visível, mais colocada é a violência física (E. 1).*

*A violência que a gente percebe aqui, ainda é a violência conjugal, né? Marido que faz uma violência contra a esposa, o namorado, o companheiro, e a maioria dessas relações conturbadas que aparecem aqui, tudo envolve a dependência (E. 2).*

*A violência de gênero, infelizmente, está crescendo. É o machismo muito arraigado. Os homens machistas não aceitam o crescimento da mulher, tanto profissional, como a autoestima, o crescimento social mesmo, eles não aceitam. Aí cria um ódio neles, porque ela não está mais submissa, não é ele que manda, ele não é mais o dono. A gente vê que é por aí essa questão dos homicídios. Cresce mais a violência física, pelo menos é o que aparenta mais (E. 3).*

Observa-se que são levantados três elementos presentes na discussão acerca da violência de gênero, os quais se referem ao machismo, à dicotomia existente entre o âmbito público e privado e a dependência (seja psicológica ou financeira). Estes aspectos são fundamentos caracterizadores do modo como se instaura a desigualdade de gênero, além de salientar a maneira como mulheres e homens são vitimizados pela violência em ambos os espaços. Essa é uma questão

abordada pelos autores, mencionados ao longo desse capítulo, e central no debate acerca do gênero. Remete a reclusão da mulher à esfera privada, espaço familiar, como principal responsável pela administração do lar e cuidado como os membros familiares. Diante dessa atribuição devotada a ela, as possibilidades de realização da atividade remunerada externa ao lar ficam restritas, devido à dificuldade em conciliar ambas as atividades, isto é, de trabalho externo e trabalho doméstico, ou de trabalho remunerado e trabalho não remunerado. Sendo assim, muitas delas dependiam financeiramente do homem/esposo. Ocorre que, essa característica permanece presente atualmente, entre as mulheres pobres, por conta das dificuldades de inserção no mercado de trabalho e a presença enraizada dos valores culturais. As mulheres inseridas no mercado de trabalho, por sua vez, precisam adequar as múltiplas jornadas de trabalho (carreira e família), relacionando-se desigualmente com os homens, especialmente, quanto à remuneração percebida, uma vez que esta – a esfera pública – sempre representou o espaço próprio ao homem.

Em relação às demais falas, houve apenas uma exceção nesse grupo, que manifestou o vínculo do conceito de violência de gênero aos atos praticados também contra os homossexuais, como se observa abaixo:

*A violência de gênero é muito gritante. Não chega para nós diretamente, mas nós trabalhamos com as ONGs e a sociedade civil e nós trabalhamos com a violência de gênero quando nos deparamos com os transgêneros e travestis. Entretanto, não há um atendimento em Aracaju direcionado a esse público (E. 9).*

Com efeito, a violência de gênero abarca um conceito mais amplo, implicando a ressignificação do poder nas relações sociais. Exibe, ainda, uma complexidade em sua manifestação conceitual, tendo origem na categoria gênero, constituída por múltiplas significações sem representar, contudo, um consenso na elaboração do seu conceito. A categoria gênero, como trata Scott (1990), retrata expressões da sexualidade, sem se limitar a elas, além de expor aspectos da identidade e a valoração atribuída as funções sociais designadas a cada um dos sexos. O caráter histórico e social foi atribuído à categoria recentemente, possibilitado pelas ações do movimento feminista que, em sua trajetória, se opõe às determinações de cunho biológico. Dessa maneira, considerando ainda a ausência do debate da categoria e, especialmente, dos elementos classificadores da desigualdade de gênero no espaço

escolar, além de não ser ofertada como disciplina obrigatória em grande parcela dos cursos superiores, a apreensão acerca do conteúdo expresso na categoria, torna-se restrita a alguns profissionais. Desse modo, podem ocorrer equívocos quanto a sua análise. Relacionar gênero a violência de gênero não é tão comum quanto tratar da violência doméstica ou violência contra mulher. Todavia, sabe-se que estas são manifestações da primeira. Não há, portanto, dissociação do significado, mas uma ampliação do mesmo, possibilitando visualizar a origem da violência em que a mulher é vítima.

A subordinação feminina, sendo naturalizada, induz a dependência tanto financeira como psicológica. Discute-se, em diferentes espaços societários, a relevância da autonomia plena da mulher, considerando a independência econômica como um dos degraus importantes para alcance dessa situação. É a partir de uma condição financeira favorável que a mulher reconstrói a própria vida e faz escolhas por motivações profissionais ou pessoais. Entretanto, considerando que a maioria dos serviços de atendimento à mulher presta assistência, predominantemente, àquelas em vulnerabilidade social, essas escolhas possuem menor probabilidade de ocorrer. Somado a isso, a conjuntura de desemprego e retração dos direitos sociais repercutem sobre a vida das mulheres, como também sobre a atuação dos profissionais na oferta da proteção a esse público, fazendo-os questionar acerca da efetividade dos atendimentos em prol do enfrentamento à violência de gênero.

*Violência física não rompe laços afetivos, então de que forma a gente está trabalhando? Fazemos o trabalho, orientamos, acompanhamos, encaminhamos para a justiça, pra Defensoria Pública, estimulamos a mulher, mas ela volta para o companheiro, então de que forma devemos trabalhar? De que garantias nós estamos falando? É só material? A gente trabalha para que ela possa ser protagonista da própria história, mas a gente sabe que é difícil, que tem uma conjuntura que não é favorável (E.11).*

Os questionamentos apresentados colocam, no centro do debate, a necessidade da organização dos atendimentos na estrutura de Rede, uma vez que, embora haja uma conjuntura desfavorável para a afirmação de direitos sociais, a demanda da violência perpassa pelas diferentes áreas das políticas sociais. Diante disso, as intervenções necessitam ser complementares para que a proteção à mulher seja assegurada. Tendo segurança quanto à oferta de proteção, a mulher em situação de violência terá maiores possibilidades de enfrentar a situação, inclusive abandonando ou não a relação na qual é reprimida.

Ainda que a explanação dos entrevistados/as tenha girado em torno da elaboração de um panorama da violência contra a mulher no país, sem definição de um conceito propriamente dito, os mesmos aludiram à temática, citando por vezes a Lei Maria da Penha como instrumento de luta pela afirmação dos direitos femininos, além de representar um grande avanço em termo de legislação.

*[...] a violência contra a mulher tem diminuído de um lado com as leis que existem e as sanções jurídicas pra punir quem pratica, mas também a gente vê que ela não diminuiu significativamente; a violência continua existindo. Tanto fazia o marido bater na mulher, como também a vizinha que brigava com a outra. Elas iam para a mesma delegacia, fazia aquele mesmo procedimento e depois a mulher ia lá e retirava a queixa. Não existia ainda um questionamento sobre o porquê acontecia isso com aquela frequência. Da implicação disso na vida em sociedade. Aí a Lei Maria da Penha resgatou a nossa liberdade de não aceitar certas condições que nos são impostas (E. 8).*

A Lei mencionada surge em cena com o potencial de desvendar as relações abusivas ocorridas no âmbito privado - impenetrável de intervenções políticas - com vistas à proteção dos membros familiares, dentre eles a mulher. A manutenção da instituição familiar era priorizada em detrimento da integridade física e pessoal dos indivíduos que as compunham. O sentimento de posse, o exercício do poder e dominação masculina colocam-se no centro do ciclo de violência, como razão norteadora dessa prática. Enfatizar esse ato denominado de violência doméstica, de que trata a Lei Maria da Penha, significa realçar a desigualdade de gênero mantida na esfera privada.

Estas relações, puramente hierarquizadas, preservaram e ainda preservam, em muitos casos, o exercício da autoridade masculina em detrimento da autonomia feminina. Essa autoridade se mostra até mesmo no controle da sexualidade quando as mulheres necessitavam de autorização, dos seus respectivos esposos, para a realização do procedimento da laqueadura, além da não aceitação, por parte dos homens, do uso de preservativos na relação sexual. As agressões de todas as ordens, a exemplo do estupro na união matrimonial, eram também classificadas como uma postura individual e privativa; uma expressão do direito do homem, mantida ainda na contemporaneidade.

Logo, representa um grande avanço para o país possuir uma Lei específica destinada à proteção da mulher, através da prevenção e punição do agressor, porém a violência doméstica se constitui de apenas uma das expressões, pois se

sabe que as mulheres são vitimizadas, pela violência, em todas as esferas sociais. Em resgate aos tipos enfrentados nos serviços, a violência física, foi citada por todos os/as entrevistados/as - com exceção do serviço de atendimento às vítimas de violência sexual. Para os/as entrevistados/as, não há dissociação entre a violência física e psicológica, isto porque, quando a primeira ocorre significa afirmar que já havia manifestação da segunda.

*Os tipos de violência são os mais variados; queimaduras, facadas, abuso sexual, estupro; uma diversificação [...] a maior demanda é física e psicológica. A violência praticada pelo homem não vem só pela parte física, vem à psicológica e a verbal que eu acho que tem um potencial imenso de mexer com a autoestima da mulher. A mulher que sofre violência doméstica tem uma interrupção total na vida, porque a mulher tem uma coisa com a autoimagem, aí ela vai pra o espelho e está toda mutilada, então isso aí tem que trabalhar (E. 4).*

Há falas que enfatizam a relação entre a violência psicológica com a patrimonial mostrando que a primeira sempre está associada a outro tipo de violência como estão ilustradas nas falas a seguir:

*E a violência a gente observa, nos atendimentos, que são violências, significativamente, de cunho psicológico, ameaças, torturas psicológicas ou patrimoniais. Por exemplo, eu sei que você gosta desse batom aí eu quebro esse batom ou jogo no lixo esse batom ou perfume, ou rasgo um documento importante seu, que é violência patrimonial. Não, necessariamente, eu roubei o seu carro ou tirei a sua casa de você, mas são coisas de poder aquisitivo ou de poder monetário menor, mas que gera um sofrimento grande para a pessoa (E.6).*

*No geral, é violência física com a moral, com a injúria. Nunca vem só um tipo, nunca tá separado, no geral são vários tipos juntos. (E.7).*

A violência patrimonial, psicológica e moral são admitidas como comportamentos comuns numa relação afetiva, pois foram naturalizados no centro das relações entre os sexos. A expressão da violência patrimonial, não necessariamente, envolve a retirada de um bem material, como foi tratado numa das falas. Aproxima-se mais da questão valorativa e simbólica depositada num objeto que compõe a identidade feminina. Esses comportamentos velados pela “sutileza” encobrem o sentimento de posse, na relação, sendo confundido com ciúmes. É a repetição deles que motivará a mulher a caracterizá-los como abuso e controle de



seus atos. Diante disso, vê-se a dificuldade em classificar os tipos de violência, num cenário favorável à masculinidade, de poder e autoridade.

A demarcação dos papéis sociais femininos e masculinos é evidenciada, favorecendo a naturalização de tais comportamentos. A tipificação da violência, na Lei Maria da Penha, representa um salto para a identificação das demandas solicitadas aos profissionais nos serviços de atendimento, como também para a formulação de ações de caráter interventivo por parte da gestão da Política para as mulheres em todo território nacional. Por outro lado, auxilia a mulher a se perceber inserida no processo cíclico de violência.

*As pessoas não percebem que aquilo é violência! Quem sofre não percebe, quem pratica não percebe, é uma coisa muito arraigada no dia a dia da gente, e a gente não percebe (...), é desde quando você vê um menino chorando e diz: não chore não, porque você tá parecendo uma mulherzinha. Essas coisas bobas que reforçam essa cultura (E. 1).*

A injúria, o assédio moral, a inferiorização feminina correspondem às caracterizações das relações mantidas na sociedade patriarcal, transmutada por meio de valores cultuados culturalmente e reproduzidos, através das gerações. O dano psicológico provoca variadas consequências para o equilíbrio emocional da mulher. Embora, as pesquisas de abrangência nacional, revelem a violência física como o tipo mais expressivo, já se devota uma atenção diferenciada à violência psicológica.

Outro ponto em destaque menciona a multiplicidade de expressões da questão social apresentadas a todos os profissionais que prestam atendimento direto aos usuários das políticas sociais, dentre elas a violência. Embora, estejam compondo os “nós” da Rede de atendimento, (sejam eles: médicos, enfermeiros, assistentes sociais, advogados e psicólogos), a violência de gênero se mostra de maneira diversa para cada um deles, dependendo do espaço sócio-ocupacional em que os mesmos se encontram inseridos. Por vezes, a violência se mostrará claramente, por outras só será identificada, a partir de uma sequencia de encontros com a usuária, no decorrer dos acompanhamentos.

Nesse sentido, a maior ou menor aproximação com a temática gênero e a violência de gênero, pode ser atribuída ao fato de que muitos dos serviços pesquisados não se denominam como serviço especializado de atendimento à mulher em situação de violência, assim, não haveria priorização de uma demanda

específica, já que são ofertados atendimentos a todos os públicos. Quando este é destinado à mulher, na situação aqui especificada, acaba por exigir do profissional, responsável pela oferta do atendimento, leituras e reflexões a respeito, a fim de qualificar a prática.

Para o Serviço Social, denominado como profissão generalista, isso se torna ainda mais claro, já que não há como concentrar a intervenção numa única expressão da questão social, mesmo porque ela já se exhibe através de infinitas maneiras. A fragmentação dessas expressões e, conseqüentemente, das intervenções destinadas a elas, é decorrente da setorização das políticas sociais, mediante os serviços designados à população, seja por faixa etária (criança, adolescente, idoso), seja por situação, denominada de risco social ou pessoal (população de rua, por exemplo), dentre outras questões. No universo da Assistência Social, tanto o CRAS, como o CREAS, prestam atendimento à família na sua totalidade, nesta, as mulheres se encontram, juntamente com as crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, conforme será tratado no segundo capítulo ao referenciar a rede socioassistencial. A solicitação do atendimento à situação de violência surge num contexto de uma série de intervenções, nem sempre sendo o atendimento prioritário requisitado ao serviço.

Constata-se que a reprodução social dos valores e comportamentos qualificados como machistas mantêm-se presente na realidade social contemporânea e demanda, portanto, o desenvolvimento de intervenções de diferentes atores lotados nas instituições/serviços pertencentes à Rede de atendimento, visando à desconstrução dessa postura que vitimiza as mulheres diariamente. A violência de gênero não deve causar estranhamento para qualquer que seja o profissional ou serviço, pois se configura como uma situação real que surge nos mais diferentes espaços ocupacionais. Mesmo que a identificação com a questão seja de ordem subjetiva, a mulher em situação de violência só espera respostas. Essas respostas, ainda que sejam complexas, necessitam ser realizadas com acolhimento necessário e respeito ao desejo das usuárias. Para tanto, é imprescindível a escuta qualificada, proporcionando a participação ativa das mulheres no andamento do acompanhamento, respeitando os seus anseios.

*Aí a gente precisa saber como que a mulher se vê nessa situação e o que ela aceita de apoio, porque eu vejo muitos profissionais fazerem um encaminhamento, de imediato para um órgão, isso é muito válido, mas eu*

*acho que a gente não pode ignorar o que a vítima quer em relação à situação, tem que respeitar o processo dela. Pode fazer uma denúncia? Claro, eu acho que é até mais comum, prudente mesmo. Lidar com a situação é muito mais complexo do que prever os protocolos (o algoz tem que se afastar da vítima, tal) pra quem trabalha na comunidade, com as pessoas mesmo, sabe como é difícil dessas coisas se concretizarem se na cabeça deles, da vítima e do algoz, se essa relação não tiver outro significado. Não ter o entendimento de que essa relação é de violência (E. 13).*

A participação da mulher no atendimento e acompanhamento, no qual será inclusa, é fundamental para avaliar os resultados futuros da intervenção praticada. Esse é um exercício que tem início na realização da escuta qualificada, momento no qual a usuária do serviço apresentará sua demanda e a expectativa frente ao atendimento. Esse momento deve ser repleto de atenção, respeito e livre de preconceitos. Qualifica-se como o momento fundamental para a reflexão do profissional, visando elaborar o plano de acompanhamento o qual será composto por uma série de ações de cunho interventivo. Nesse caso, antes mesmo da efetuação de um encaminhamento, a escuta qualificada deve ser proferida. Os protocolos previstos pelo governo federal, no âmbito dos Ministérios de Educação ou de Desenvolvimento Social, são componentes da estruturação das políticas sociais, representando tão somente um direcionamento das ações, as quais serão desempenhadas pelos profissionais não devendo limitar-se a esses documentos. Logo, conhecer os aspectos que envolvem a violência de gênero, assim como as suas causas é determinante para o conjunto de profissionais responsáveis pela prestação do atendimento em diferentes instâncias, níveis de proteção social, exigindo intervenções capazes de proporcionar o enfrentamento desse tipo de violência, as quais serão efetivadas por meio da atuação conjunta, em Rede, como será discutido no capítulo a seguir.

## CAPÍTULO II

---

## **AS REDES NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: CONCEPÇÕES, CARACTERÍSTICAS E PARTICULARIDADES DA POLÍTICA PÚBLICA PARA MULHERES.**

Este capítulo, disposto em cinco itens, tem por objetivo estabelecer uma discussão acerca do termo rede, apresentando os conceitos caracterizadores da temática. Nesta feita, o ponto de partida aqui elencado, a saber, trata-se dos modelos de organização do trabalho, os quais surgiram através de disposições hierárquicas de poder, que com o emprego de tecnologias avançadas nos ramos empresariais, passa a adotar um novo padrão organizacional, a partir do qual é possível visualizar as estruturas em redes. Assim, compreende-se a disposição hierárquica e/ou piramidal e a rede, como estruturas organizacionais do trabalho com caracterizações específicas capazes de diferenciá-las. Dando prosseguimento, são abordadas as características principais que permitem elaborar o conceito de rede, seguida pelos subtipos, e a particularizações de dois modelos de Rede de atendimento no âmbito das políticas sociais: a socioassistencial e a Rede de atendimento à mulher em situação de violência. Ao final do capítulo serão apresentadas as discussões acerca das questões envolvendo o conceito de rede, atuação, limites e possibilidades, através da ótica dos profissionais entrevistados.

### **2.1 TRABALHO E REDE: ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

Para se conceituar o termo rede é imprescindível compreender que a sua definição perpassa diferentes áreas do conhecimento (Administração, Informática, Serviço Social) sem, contudo, limitar-se a uma delas. Por transitar entre os diversos campos do saber, as denominações assumem caracterizações específicas e subtipos, os quais serão abordados nos tópicos que compõem esse capítulo. Entretanto, vale frisar, que há um ponto de partida comum entre as definições existentes acerca do termo supracitado que merece destaque nesse trabalho, isto é, a concepção de rede como uma estrutura organizacional. Na tentativa de contextualizar essa proposta, seguiu-se a tendência de analisá-la, a partir dos

modelos organizacionais do trabalho; o taylorista/fordista e o toyotismo, o que acabou possibilitando o exercício comparativo entre ambos.

Na dinâmica dos modelos de trabalho, são redefinidas as estratégias interventivas do Estado. Este se expressa, nesse contexto, através de funções como a de regular a produção, a acumulação de capital, bem como a reprodução social dos trabalhadores, na criação de políticas sociais e salários indiretos à população, na oferta de medidas protetivas num cenário de desemprego e pobreza, ao tempo em que incentiva o padrão mínimo de consumo. Desse modo, a regulação social apresenta a relação entre o aparato estatal, o mercado e a sociedade civil (MOTA, 2009).

As medidas de proteção social podem expandir o provimento das necessidades sociais da população, assim como restringi-la, como foi observado em decorrência da ofensiva neoliberal, a partir de 1980, na maioria dos países ocidentais e, em 1990, no Brasil. Sabe-se que, anteriormente à sanção da Constituição Federal do Brasil (1988), algumas ações de cunho protetivo já eram executadas, porém é só com a aprovação da carta magna que essas passam a estruturar o sistema de proteção social brasileiro. É neste modelo que as políticas sociais são distribuídas, aglutinando serviços e instituições sociais, governamentais e não governamentais, através de Redes de atendimento. Diante do exposto, vão ser apresentados aspectos básicos que ilustram os modelos organizacionais do trabalho e sua vinculação com as propostas de concepção de rede.

Nesse sentido, a fim de apresentar este elemento que atravessa os diferentes entendimentos acerca das redes, torna-se de suma importância, situar a temática no contexto da mundialização do capital, retratando os impactos sobre o universo do trabalho. Isto porque, as questões políticas e socioeconômicas, expressas na conjuntura atual, incidem diretamente sobre a forma como se desenvolve a estrutura dos organismos, serviços e instituições sociais, implicando sobre as relações de trabalho.

A organização dessas instituições, conforme se apresenta na atualidade, emerge do modelo organizacional do trabalho desenvolvido, ao longo dos períodos históricos, através de estruturas complexas. O modo de produção capitalista modernizou os ramos industriais, através da inserção de novas tecnologias, as quais ora exigiram maior emprego de mão-de-obra para o seu manuseio, ora menor quantitativo desta. Mas, sobretudo, exerceu o controle sobre o tempo de

produtividade, definindo a intensidade do ritmo em que as atividades seriam desenvolvidas pelos trabalhadores.

De acordo com Pinto (2007), que realiza uma explanação acerca desses modelos organizacionais do trabalho, foram utilizadas inúmeras estratégias aplicadas no exercício das atividades, desempenhadas no interior das indústrias, para ampliar a produção com custos reduzidos e garantir a qualidade dos produtos. O modelo taylorista/fordista (no final do século XX) foi responsável por introduzir, no sistema produtivo, a divisão sócio técnica do trabalho, objetivando alcançar maior produtividade num curto espaço de tempo. Exigia-se do trabalhador todo o dispêndio de energia na realização das funções para as quais fora designado, contudo a qualificação dos mesmos não era prioridade, já que o modelo se caracterizava pela elevada especialização no trabalho. Especialização esta que subtraía do empregado o conhecimento acerca da produção como um todo, além das habilidades próprias, as quais são aproveitadas na execução de ações únicas e repetitivas.

A empresa detinha o controle da produção, padronizava as funções dos trabalhadores e fazia uso de técnicas que garantiriam a maior extração da mais-valia. A produção em série era organizada numa estrutura linear e a esteira automática representava o instrumento que possibilitaria o controle do tempo em que a mercadoria deveria ser produzida. Este controle da produtividade representava um dos atributos desta forma em que o trabalho era executado e a hierarquização do poder era fundamental para estabelecer a subordinação dos trabalhadores aos capitalistas. Porém, esse modelo foi se esgotando na medida em que a produção, em larga escala e de excedente, além do rígido controle da produtividade, não atendiam mais às necessidades do capital, uma vez que, o consumo em massa não foi possível em período de crise econômica, além de outros aspectos. O toyotismo surge, em meados da década de 1970, provocando a flexibilidade na produção e transformações significativas no trabalho, as quais são questionadoras do modelo taylorista/fordista. Todavia, não substitui esse último, na realidade, o modelo japonês incorpora elementos presentes da estrutura anterior, adicionando-os a uma mais moderna.

Neste período, entre 1960 e 1970, havia uma gama de trabalhadores semiqualeificados nas indústrias, o que representava alto custo para o modelo toyotista, operado no Japão, mediante subcontratações de trabalhadores e equipes reduzidas. Este modelo garantia o atendimento dos prazos estabelecidos, produzia

em larga escala sem excedentes e contava com uma força de trabalho denominada de polivalente. Isto é, o trabalhador detinha o conhecimento de todo o processo produtivo, além de desempenhar funções diferentes dentro da empresa, para as quais eram demandadas elevadas qualificações. Devido a esse quadro, não se fazia necessário à contratação de grande contingente de força de trabalho, contrapondo-se, assim, ao taylorismo/fordismo.

A combinação entre a reestruturação produtiva e a acumulação flexível, conforme expõe Pinto (2007), provoca o desemprego estrutural, decorrente da polarização da classe trabalhadora e, conseqüentemente a desarticulação enquanto classe social engajada politicamente. Os trabalhadores se subdividem entre os qualificados e os contratados, semiquualificados, possuidores de vínculos temporários, terceirizados, vinculados à economia informal que sofrem com a desregulamentação dos direitos trabalhistas. A introdução de tecnologias mais modernas, no processo produtivo, desqualifica a mão de obra, utilizando um menor quantitativo de trabalhadores superqualificados.

O sistema toyotista superou em produtividade todos os demais sistemas de organização flexível até aqui apresentado, sobretudo, por não buscar eliminar ou minimizar os confrontos entre a classe trabalhadora e o empresariado nos locais de trabalho, mas sim, por aproveitar-se dessa situação e, através da manipulação da subjetividade dos trabalhadores, extrair-lhes o acúmulo de conhecimentos tácitos que adquirem, a favor da acumulação capitalista (PINTO, 2007, p. 72).

Este modelo organizacional caracteriza-se pelo emprego de mão-de-obra qualificada para operar os novos equipamentos de tecnologia avançada, como a microeletrônica, por exemplo. Cada trabalhador é designado a operar mais de uma máquina, agregando funções distintas ao cargo. Ao contrário do taylorismo/fordismo, o toyotismo – aparelhado nos moldes da acumulação flexível – exerce um maior controle do tempo da produção. Se no primeiro havia um supervisor destinado a desempenhar este controle da produtividade, no segundo, o controle é repassado ao próprio trabalhador. A estrutura das empresas também se modifica superando a disposição linear anterior em que os trabalhadores eram organizados. Exigem-se empregados qualificados que “compartilham” as responsabilidades empresariais; são os denominados “colaboradores”. A “celularização”, que substitui a estrutura industrial fordista de organização, concentra um líder que será responsável pelo desempenho daquele grupo de funcionários, como também da demarcação do



tempo de execução das atividades, visando atender as metas prescritas pela empresa. É nesse cenário que se realiza a “gerência pelo estresse”, como trata Pinto (2007).

O trabalhador adere ao discurso patronal, devido à ameaça de desemprego, em ascensão nas décadas de 1980 e 1990, em consequência da introdução da política econômica neoliberal. Exige-se um perfil ideal de empregado capaz de compartilhar os objetivos empresariais, propor, sugerir mudanças, sinalizar possíveis erros e repará-los sem, no entanto, ter participação nos lucros empresariais. Uma gerência compartilhada significa, na realidade, a maior intensificação do trabalho e, conseqüentemente, maior extração de mais-valia relativa, transmutada sob as formas diversas de “melhorias” na organização da produção, a exemplo de auxílios variados, promoções e abonos salariais.

De forma geral, observa-se uma transformação na estrutura organizacional do trabalho, implantada para melhor adequação à fase do capitalismo, num cenário global. O controle do tempo e sobre a mão-de-obra são intensificados ampliando a produção; a flexibilidade nas contratações e subcontratações reduz o ônus empresarial com a mão de obra, retraindo os direitos trabalhistas; a qualificação é exigida para a execução de variadas funções, provocando no espaço empresarial o aumento da competitividade e, por outro lado, no cenário social, o desemprego estrutural. Não somente o desemprego estrutural torna-se consequência desse processo de reestruturação produtiva e acumulação flexível, mas, sobretudo, acentua a fragmentação da classe trabalhadora, promove o enfraquecimento das lutas sociais e, por conseguinte, a vulnerabilidade dos grupos minoritários, nos quais as mulheres encontram-se inseridas, como retrato da flexibilização da força de trabalho.

Em consonância com o exposto, tratando da qualificação no contexto de reestruturação produtiva, Hirata (1996) amplia a análise realizada por Pinto (2007), introduzindo o recorte de gênero à discussão da qualificação profissional, exigida pelo modelo flexível do trabalho na atualidade. A autora afirma que a organização do trabalho se pauta no desenvolvimento de ações centralizadas no ponto de vista masculino. Isto é, nas diferenças biológicas que são retomadas e apropriadas pelo capitalismo para organizar e especificar o modo como se daria a ocupação dos cargos na esfera produtiva, qualificando-os como “femininos e masculinos”, o que reforça a divisão sexual do trabalho. O estereótipo construído sobre a

desqualificação das mulheres se fortalece no momento em que a elas são delegadas as atribuições em ascensão no taylorismo/fordismo, ou seja, atividades manuais pouco qualificadas, justificadas pelas ações desempenhadas pelas mesmas, no âmbito doméstico, sejam de natureza econômica (economia familiar a baixos custos e baixa remuneração) seja de natureza familiar (afazeres domésticos), como se tratando de habilidades próprias à natureza feminina.

O impacto dessas tecnologias sobre a mão de obra feminina e masculina desqualifica a primeira até mesmo em espaços predominantemente femininos, uma vez que, as qualificações solicitadas a ambos são distintas. A microeletrônica moderniza o desempenho da função, tornando-a mais simples às mulheres e mais complexas aos trabalhadores masculinos requisitados a desempenhá-las. Fica a cargo dos homens, a montagem, a mecânica, quanto a elas designam o controle e atividades ainda manuais “o sexo da mão-de-obra varia de acordo com o nível de automação e de qualificação (HIRATA, 2002, p. 201)”. É o reflexo da atribuição das funções sociais, requeridas a mulheres e homens, entre o âmbito público e privado, postas em exercício no trabalho; na divisão sexual do trabalho.

São, as mulheres, marginalizadas por esse processo produtivo, assim como a classe trabalhadora, de forma geral, por não se perceber enquanto parte integrante de uma classe social. Este processo é decorrente do fato de que se inserem no mercado de trabalho, num cenário de homogeneização na execução das funções de um grupo seletivo mantido pela heterogeneidade de vínculos contratuais, remunerações e qualificações. As mulheres tornam-se mais “adeptas” ao trabalho flexibilizado em termos de contratações temporárias e parciais, devido à adequação às jornadas extras no âmbito privado.

Somado a essa nova organização do trabalho, em que mulheres e homens se inserem de forma diversificada, verifica-se que a acumulação flexível possibilitou ainda o ressurgimento de antigas práticas de trabalho, como o trabalho artesanal e doméstico. As atividades deslocadas das grandes indústrias são, geralmente, exercidas por grupos familiares e de mulheres, em sua maioria, o que se torna favorável ao capital em dois aspectos: desloca as lutas de classes a outro patamar, enfraquecendo-as, tendo em vista que as relações de trabalho são familiares e, por outro lado, reforçam a subjugação da mulher restringindo-a ao âmbito privado, local em que desenvolverá a atividade remunerada. Este é o quadro que qualifica a

flexibilização da força de trabalho no cenário atual, fruto do deslocamento geográfico do capital.

Harvey (1996) assim como Pinto (2007), em contextos históricos distintos, analisam os modos de organização do trabalho, colocando em pauta elementos que traduzem as especificações dos modelos já citados, bem como a repercussão dos mesmos nas relações sociais do trabalho. Harvey afirma que é esse deslocamento que promove a expansão geográfica do capital e, conseqüentemente novas formas de exploração da força de trabalho. O capital se desloca por meio da efetuação de empréstimos às economias em ascensão, desmembrando a produtividade em diferentes países e setores industriais diversos, pela implantação de grandes indústrias nos países periféricos - empregando mão-de-obra barata com vínculos precarizados - como estratégia para conter a superacumulação, o que resulta no acirramento da competição entre os países e o enfraquecimento da força de trabalho.

A atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores centrais e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins (HARVEY, 1996, p. 144).

Estes trabalhadores centrais representam o grupo seletivo qualificado, detentores de cargos de chefia e ocupações de liderança. Os demais são vinculados às funções de menor impacto da organização do capital, entretanto, imprescindíveis a ele. Ambos os grupos, qualificados e desqualificados, (temporários e subcontratados) são submetidos a um regime de disciplinamento que objetiva a homogeneização da força de trabalho. O controle da produção, sendo realizado pelos trabalhadores, expressa o compartilhamento das responsabilidades entre empregados e empregadores. Anteriormente, no modelo taylorista/fordista, observava-se a centralização do poder e controle rígido sobre a produtividade. A rigidez passa a ser substituída pela possibilidade do exercício da participação e autonomia dos trabalhadores, agora classificados como colaboradores.

Esse reordenamento das relações de trabalho, também permite a transformação na estrutura da esfera produtiva, a fim de atender as novas necessidades apresentadas na realidade contemporânea. A relação antes estabelecida, no universo empresarial, ocorria através de disciplina, subordinação e

concentração de poder nas mãos de um grupo. Esta é a definição utilizada para se denominar uma disposição hierárquica de organização, designada de estrutura piramidal. Todavia, esta estrutura se modifica ao passo que os dirigentes compartilham com os subordinados a responsabilização das atividades que envolvem a produção, conforme já tratado anteriormente.

Uma estrutura piramidal se fundamenta na representação do poder (de direção e gerência) por um grupo restrito que, prevalecerá sobre um grupo maior (empregados) estabelecendo, entre si, uma relação de obediência e subordinação legítima. Não obstante, a partir do momento em que a flexibilização do trabalho exerce tal controle, de maneira compartilhada, molda-se a composição do trabalho em termos de organização, e da estrutura de poder que passa a ser mais horizontal.

É certo que, a disposição horizontal da organização nas empresas, neste contexto, não qualifica a estrutura em rede, uma vez que o poder permanece concentrado na gerência. Para qualificar a rede, compreende-se a participação autônoma dos entes envolvidos e a descentralização do poder, numa perspectiva democrática, como será tratado nos próximos tópicos. No entanto, essa forma de organizar a produção no modelo toyotista, seja através da celularização, da maior participação dos funcionários na empresa, seja por meio da desconcentração do poder, ainda que de maneira relativa, facilitará a concepção das estruturas organizativas das instituições e organismos sociais vinculados a administração pública.

Diante disso, a esfera econômica é a pioneira na realização dessas mudanças criando as novas formas organizacionais do trabalho e, conseqüentemente, um reaparelhamento nos organismos e instituições sociais. A própria realidade globalizada impõe mudanças na realidade socioeconômica e política, internacionalmente. Parte da necessidade de desenvolver a comunicação, entre as nações, o compartilhamento do conhecimento, além de facilitar a circulação do capital.

As transformações no mercado de trabalho, portanto, não se restringem aos espaços produtivos, uma vez que, se expandem para a sociedade de forma geral, criando uma nova sociabilidade. Os produtos assumem um curto tempo de vida útil que reduzirá o tempo de giro do capital, isto é, o período necessário para a materialização da acumulação de capital, mediante a realização das trocas. Essa transitoriedade das mercadorias, articulada a efemeridade e uniformização da moda,

gera um novo padrão cultural e de consumo desencadeado nesta sociedade globalizada, Harvey (1996).

O consumidor acaba por se localizar em todas as partes do globo, mediante a rede de computadores. Nesse movimento, a comunicação torna-se peça-chave para as transações financeiras, já que permite a integração entre os mercados localizados em regiões distantes. Com isso, se desenvolve a informatização, transformando-se num elemento fundamental para a adequação desse processo de contínuas mudanças. A internet amplia a comunicação entre os países, possibilitando que sejam efetuadas transações bancárias, em diferentes regiões, gerando nesse processo, resultados positivos para a obtenção da lucratividade.

Não existem, portanto, barreiras espaciais ou geográficas para o capital, que se dispersa por todas as localidades à medida que se fortalece. Essa integração entre as economias distintas se apresenta como uma expressão da fase atual do capital, o qual se internacionaliza. O intercâmbio econômico ocorre mediante fusões, aquisições financeiras, industrialização dos países periféricos com a implantação de grandes indústrias e empréstimos de capitais por organismos financeiros internacionais, assim como a descentralização da produção. Ou seja, uma dada mercadoria tem sua fabricação repartida entre ramos industriais instalados, em localidades distintas, com emprego de tecnologias variadas, não se restringindo a produção de um produto de uma única empresa e/ou país, constituindo amplas redes ou cadeias empresariais.

Tomando como pressuposto o movimento da globalização, percebe-se, a partir dele, uma nova lógica imposta no âmbito da organização social. O meio produtivo é o primeiro a se modificar, em sua estrutura interna, com a finalidade de atender às necessidades impostas pelas novas possibilidades de comunicação e interesse em facilitá-las, mediante a integração dos mercados, na esfera econômica. É evidente que as mudanças econômicas e no sistema produtivo interferem na dinâmica social, uma vez que este último cria e recria a sociabilidade dos indivíduos. Mas, sobretudo, essa nova dinâmica impõe o encadeamento dos serviços públicos, reorganizados numa estrutura que permite o entrelaçamento dos objetivos para maior alcance dos fins propostos, obtendo, dessa forma, melhores resultados.

As formas de organizar o trabalho se transformam de acordo com as mudanças empregadas na conjuntura política e econômica, como pode ser observado por meio da explanação acerca dos modelos taylorista/fordista e da

ascensão do toyotismo, especialmente, com a acumulação flexível e reestruturação produtiva. Diante disso, a organização pode ocorrer tanto de maneira mais hierarquizada, como também descentralizada, sendo o poder distribuído vertical ou horizontalmente na estrutura. Quando hierarquizadas, essas estruturas concentram a direção das ações em um único segmento. Assim, fica evidente que as cadeias empresariais e ramos industriais representam a disposição hierarquizada no formato piramidal. Por compor um quantitativo expressivo de empresas, eles formam grupos ou blocos interligados e vinculados a uma gerência e a relação é mantida entre matrizes ou grupos corporativos e suas filiais.

Essa hierarquização também é possível de ser verificada no âmbito das instituições vinculadas à administração pública e organizadas numa estrutura oposta àquelas de base piramidal, Isto é, em rede. Nesse contexto, a hierarquia nas relações é percebida quando se trata da forma de gerir as políticas sociais, ou seja, na coordenação e execução dos serviços dispostos em Redes de atendimento, os quais serão tratados nos tópicos posteriores. Contudo, colocando essas duas estruturas lado a lado (piramidal e rede), observa-se que são as particularizações dessa última que as diferenciam da primeira.

O aparelhamento dos serviços em rede é comum ao modo de executar as políticas sociais, as quais necessitam articular os diversos segmentos que as compõem, visando o atendimento das necessidades sociais e vulnerabilidades de todas as ordens, assim o mero agrupamento de instituições seria insuficiente nessa proposta. Logo, a participação autônoma, a comunicação facilitada, planejamento coletivo, avaliação, monitoramento, descentralização são características próprias à rede e o modo de operacionalizar as ações, nesse propósito, qualifica a sua estrutura.

É a partir do pressuposto da efetivação da comunicação, interconexão entre equipes de trabalho, em sistemas informatizados, que se localiza a discussão acerca dessa forma organizacional da estrutura em redes. Esta representa um desafio para a operacionalização das atividades nos diversos segmentos empresariais e sociais, uma vez que, questiona composições, historicamente instituídas na administração estatal, as quais se caracterizam através de relações de dominação, subordinação e centralização de poder.

## 2.2 ESTRUTURAS EM REDES E CARACTERÍSTICAS ELEMENTARES

Rede compreende, dentre outros conceitos: “o conjunto entrelaçado de fios, cordas, uma malha; Fig. sistema complexo e interconectado de circuitos; conjunto de estabelecimentos de uma instituição que presta serviços; interligação de dois ou mais computadores a seus periféricos ou à internet”. (AULETE, 2011, p. 530). Nota-se, a existência de significados variados que, em contrapartida, são atravessados pelo mesmo ponto de vista, requerendo a compreensão de rede como uma expressão de conexão entre elementos distintos entre si. A finalidade, portanto, é estabelecer e facilitar a comunicação entre eles.

Ao pensar sobre o entrelaçamento de fios, imagina-se um sistema que conecta suas partes, pontes amarrando cada ponto ou nó para que se transforme numa rede forte e consolidada. Esse sistema representa, aqui, as instituições, programas e serviços sociais de um dado território, atribuindo aos pontos amarrados às estratégias estabelecidas entre eles, com fins de articulação. Esta será a abordagem adotada neste estudo, o qual compreende a rede, enquanto uma estrutura organizacional, na qual os elementos são aparelhados para o alcance de metas traçadas coletivamente, conectando instituições distintas para alcance desse fim. Para referendar esta proposição, faz-se necessário, destacar a contribuição de alguns autores quanto à elaboração do conceito de rede para, então, serem destacadas as características elementares.

No debate do que é e não é rede, Martinho (2003) expõe elementos significativos para a discussão sobre a temática supracitada, na atualidade. Estes elementos destacam o uso indiscriminado do termo rede para designar os agrupamentos de pessoas, equipes de trabalho, lojas, supermercados, que assim se denominam, somente, por manterem-se conectados através da internet. O autor exemplifica, ainda, algumas situações, como a de pessoas que, unidas desenvolvendo atividades específicas, poderiam ser caracterizadas enquanto um grupo ou equipe, todavia, caso estejam interconectadas, mediante uso da internet, representariam uma espécie de rede. Desse modo, a rede se reduziria à constituição de simples agrupamentos conectados entre si, principalmente através da internet.

A internet é um instrumento facilitador da comunicação entre pessoas, assim como, entre órgãos públicos, empresas, organismos sociais. Possibilita a integração

entre as atividades desempenhadas em diferentes instâncias e instituições, assim como a avaliação (por meio dos sistemas) e troca de informações que possam contribuir para o alcance de resultados mais satisfatórios. Entretanto, atribuir à internet a capacidade da composição das redes é uma afirmação insuficiente, conforme trata o autor.

Não são todos os grupos que se desenvolvem como uma rede, na maioria das vezes, estes são estruturas piramidais (supermercados, lojas) que se expandem, por meio das cadeias de empresas e suas filiais. E, embora a organização desses se aproxime das redes, estruturalmente, estabelecem, entre si, relações hierarquizadas. Portanto, é a forma de operar essa estrutura, que define a rede. Os elementos fundamentais e caracterizadores que detêm são imprescindíveis para a organização e a realização de ações na perspectiva dessa estrutura, ou seja, a participação autônoma e comunicação frequente entre os componentes e a distribuição horizontal do poder. Sendo assim, Martinho (2003) aborda o conceito de Rede enquanto uma organização ou padrão organizativo capaz de provocar transformações na realidade ou contexto em que se encontra inserido.

Há aqui um problema: quando tudo indiscriminadamente torna-se rede, essa vigorosa idéia-força perde brilho e poder explicativo e, o que é pior, deixa de ostentar algumas de suas características mais preciosas: seu poder criador de ordens novas e seu caráter libertador. Quando tudo é rede, estruturas velhas e novas, modos convencionais e modos inovadores de fazer, estratégias de opressão e estratégias de libertação confundem-se sob uma pretensa mesma aparência. Se não puder estabelecer algumas distinções, o conceito de rede deixa de ter sentido e passa a não servir para nada (MARTINHO, 2003, p. 9).

Marteletto e Silva (2004), por sua vez, partem da concepção de que as redes contemplam a formação de interações humanas, que não se reduzem a um agrupamento tão somente como Martinho chama atenção, porém representam uma espécie de *redes sociais* que interligam os sujeitos por algum tipo de relação e finalidade. É importante frisar que, as redes sociais aqui mencionadas, não correspondem às virtuais, pois se trata de formas relacionais e vínculos criados entre os indivíduos sem a presença de mecanismos informatizados. Trata-se, portanto, do “capital social”, ou seja, o poder de uma comunidade de se auto-organizar e fazer frente às necessidades comuns, objetivando promover transformações na realidade que vivem.



As *redes sociais* podem representar interesses coletivos e individuais ao mesmo tempo, ou seja, coletivamente partem da defesa de interesses comuns, porém os sujeitos demonstram, individualmente, necessidades diversas que emergem das relações do trabalho. São canais por onde passam conhecimento e informação. A construção dessas redes pressupõe a existência de valores sociais, políticos e culturais que se apresentam em consonância com a inclusão social. Quando se ampliam, conectam-se com outras comunidades facilitando a abrangência e expansão da informação, fortalecendo os grupos sociais.

Para além dessa abordagem de *redes sociais*, na literatura encontra-se também a de Amaral (2007), que conceitua e caracteriza a rede, simultaneamente, situando o debate no cenário mais geral. Apresenta a rede como um sistema aberto e fechado, o qual se define, de forma geral, pelo compartilhamento de objetivos, definição de metas e facilitação da comunicação entre os envolvidos. A rede se denomina enquanto sistema aberto por considerar diferentes abordagens acerca de um mesmo objeto, o que as capacitam a apreender os elementos, que se apresentam à realidade, de forma ampla, ou seja, através das mais diversas nuances. As mudanças resultantes desse processo de abertura a diferentes concepções possibilitam transformações estruturais neste sistema. Em contrapartida, classifica-se como sistema fechado, devido à definição clara de regras, idealização de perfis para os integrantes inseridos, neste sistema, especificação da forma de vínculo dos mesmos e consolidação da interação entre eles.

É nesta perspectiva que Amaral (2007) denomina esse modelo de organização, como sendo social e, ao mesmo tempo, tecnológico. Isto porque, pressupõem a interação social e a conexão entre os integrantes, a partir de mecanismos informatizados facilitadores da circulação de informações. Em síntese, conceitua-se a rede, a partir da denominação de uma estrutura ou padrão organizacional em que indivíduos, organismos sociais e instituições encontram-se articulados, com a finalidade de realizar atividades conjuntas, cujos objetivos são comuns aos entes envolvidos no processo. É também um canal por onde circulam informações e conhecimentos substanciais ao desempenho dessas atividades fins.

Em relação às características elementares, as redes se definem pelo modo de funcionamento, desenvolvido na perspectiva da desconcentração do poder e participação dos integrantes de forma autônoma, isto é, numa estrutura não

hierarquizada. A desconcentração do poder significa que esse se encontra distribuído entre os membros da rede, horizontalmente. Desse modo, não há concentração em pequenos grupos e a estrutura passa a se consolidar num terreno dinâmico e democrático com a participação de todos os envolvidos. As decisões são tomadas por agentes empoderados, nesse processo, que desenvolvendo a autonomia e o protagonismo, produzem mudanças nos rumos de uma política pública, por exemplo, ao propor iniciativas garantidoras do acesso aos direitos sociais.

Amaral (2007) acrescenta, ainda, que o funcionamento das redes pressupõe o intercâmbio de necessidades, interesses, habilidade de negociação e integração das ações, resultantes da participação efetiva dos integrantes, elemento caracterizador da descentralização das gestões desse modelo organizacional. Nessa relação descentralizada, o poder é distribuído a todos os participantes que contribuirão de forma integrada, ao exercício das atividades com fins comuns. A descentralização da gestão, a partir da desconcentração de poder, possibilita a disposição horizontal deste, contribuindo para o estabelecimento de novas parcerias.

Ao contrário disso, há a estrutura piramidal, a qual prevê uma organização fundamentada na concentração de poder, representado pelos dirigentes ou gestores, grupo minoritário, que conduziriam o processo. A estrutura em rede é democraticamente organizada permitindo a circulação de informações sem serem apropriadas por nenhum dos membros de forma absoluta. A co-responsabilidade é um termo utilizado para esclarecer o nível de participação dos integrantes associados a esta estrutura. Seria, portanto, a rede, uma estratégia para concorrer com a estrutura piramidal de organização.

O padrão organizativo das redes possibilita uma maior abrangência das ações propostas, assim como a diversificação das mesmas, desenvolvendo-se em diferentes instâncias, simultaneamente. Sendo as decisões e ações tomadas na perspectiva emancipatória, torna-se impossível de serem realizadas caso houvesse a concentração do poder, o qual necessita, para esses fins, ser democratizado, assim como as relações políticas que o perpassam. A horizontalidade do poder permite, ainda, a responsabilização das instituições que compõe a rede com o desenvolvimento, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações e serviços. Nesse sentido,

O conceito de atendimento em rede traz uma melhor compreensão da importância da integração entre as organizações e instituições formais ou não, grupos e indivíduos às ações, com a finalidade de mobilização de recursos, troca de dados e experiências junto à efetivação de políticas públicas e projetos sociais (PEREIRA; SANTOS; INOCENTE, 2011, p. 56).

Diante do exposto, em termos de políticas públicas, as redes conformariam a importância da integração das ações que, mobilizando recursos, sujeitos e organizações sociais, alcançariam o escopo de ofertar atendimento integral a grupos minoritários e/ou vulnerabilizados, uma vez que, é este o público-alvo das políticas sociais. Em se tratando das políticas públicas, a articulação entre os sujeitos sociais, localizados numa comunidade ou organizados em associações, conselhos municipais, sobretudo, enquanto cidadãos usuários dessas políticas permitirá que as demandas sejam mais bem representadas, por meio da participação ativa. Sujeitos, os quais são compreendidos coletivamente, a partir da mobilização em prol da efetivação do acesso aos direitos sociais, formando diferentes redes para o alcance desses fins propostos.

Nesse sentido, a operacionalização da rede, como um sistema organizativo entre os segmentos sociais, nos mais diferentes níveis de instância (institucional, governamental ou não governamental), terá como pressuposto articular as ações, projetos, programas, serviços, estabelecendo parcerias para formulação de intervenções conjuntas, elaboradas coletivamente. Para tanto, faz-se de suma importância, desenvolver o sentimento de confiança e pertencimento no grupo, uma vez que, as medidas garantidoras dessa articulação versam sobre a possibilidade de realização de encontros, reuniões e diálogos frequentes- em nível institucional - com respeito às opiniões e propostas, por vezes contraditórias.

Esse movimento estimula o imaginário de uma coletividade, pois se trata do reagrupamento de ações planejadas e metas traçadas nesta trama. Ou seja, a articulação não se traduz na mera execução de ações conjuntas entre parceiros diversos. A articulação das ações ocorre no cenário da democratização dessas relações e fortalecem o protagonismo, assim como a autonomia em termos de participação de cada organismo. A cooperação e a descentralização se constituem como elementos basilares para a construção de intervenções estratégicas.

Assim, para a efetivação das necessidades de grupos sociais, usuários de políticas públicas, a integração entre os serviços torna-se peça fundamental. Além

da integralidade, a ausência de hierarquização permite a proximidade entre os programas sociais para a complementaridade das ações e desconstrução dos limites de participação nas atividades. Vale ressaltar que, o espaço de interlocução de ideias e projetos que as redes proporcionam, é marcado por uma pluralidade de propostas e diversidades de planos que, no entanto, almejam se constituírem em uma espécie de identidade única.

Pereira, Santos e Inocente (2011) afirmam existir alguns requisitos fundamentais para a constituição de uma rede. Tomando o exemplo de uma Rede de Atendimento, destinada à população, como as mulheres, objeto dessa pesquisa, o município apresenta-se como território em que as ações serão desenvolvidas. Pressupõe-se, para tanto, o exercício da gestão municipal e participação da sociedade organizada por meio de conselhos municipais e associações para o exercício do controle social. A elaboração do diagnóstico da realidade local é fundamental para a implantação dos serviços em consonância com as reais demandas sociais apresentadas pela população. A partir daí, são elaborados os projetos, destinando recursos e orçamentos necessários para os programas das políticas sociais. É neste exercício que, estas políticas, mediante os serviços que as compõem, devem integrar as suas propostas.

Ao expandir o conceito de integração, Schutz e Mioto (2010) abordam um grande desafio para a constituição dos serviços em rede, isto é, a intersectorialidade. Tal questão reporta os entraves observados no desenvolvimento das ações, em conjunto, das políticas sociais. Isto ocorre devido à setorialização dos serviços e fragmentação das demandas dos/as usuários/as, as quais não são analisadas na perspectiva da totalidade. Com isso, os/as usuários/as são levados/as, constantemente, à busca por atendimento em diferentes programas, transitando entre eles, para complementar a resposta à demanda solicitada.

As necessidades sociais são inter-relacionadas e necessitam ser, dessa forma, observadas na integralidade. As mulheres em situação de violência, por exemplo, demandam atendimento de políticas sociais distintas, sendo que a impossibilidade de acesso a alguns de seus direitos, operacionalizado nas políticas sociais, é determinante para a estagnação da situação apresentada. Precisam de um atendimento médico, porém a ausência de alimentação, saneamento básico na localidade e moradia inadequada influenciarão em seu “diagnóstico” negativamente.

A intersectorialidade seria, portanto, uma possibilidade de superação da fragmentação das políticas sociais, "[...] neste sentido, implica em compartilhar poderes e saberes, construir novas linguagens, práticas e conceitos" (SCHUTZ; MIOTO, 2010 p.64). A construção de novas práticas se daria, dentre outras formas, através da democratização da informação, compromisso social e com a operacionalização das políticas sociais e efetivação dos encaminhamentos na estrutura da rede de atendimento.

A democratização dos espaços públicos amplia a interação entre os diversos segmentos sociais, e aproxima dos serviços e políticas públicas, os indivíduos e a comunidade a quem esses organismos se destinam. A própria configuração das políticas sociais inserem os sujeitos no processo de construção de seus pilares, até porque, é também a participação dos indivíduos garantidora da legitimidade das ações.

Desse modo, ressalta-se ser necessária para a integração do atendimento em rede, a mudança não somente em nível de gestão, mas também de postura dos executores das políticas sociais, os servidores. Essa mudança de atitude compreende a qualificação de competências específicas, a importância do desenvolvimento de ações complexas com a finalidade de promover o desenvolvimento social, aspecto que denotaria o compromisso social com a ampliação de espaços participativos.

## 2.3 AS REDES E OS SUBTIPOS

Autores, como Bourguignon (2001), Gonçalves e Guará (2010), Neves (2009) classificam as redes em: redes sociais espontâneas; redes sócio-comunitárias; rede social movimentalista; redes setoriais públicas; rede de serviço privado; redes regionais e redes intersectoriais. Os conceitos utilizados são complementares possibilitando uma breve caracterização de cada um.

As **redes sociais espontâneas** se referem àquelas formadas pelos indivíduos ao longo de suas vidas. Geralmente, comportam a família, a vizinhança, os colegas de trabalho e firmam, entre si, uma relação baseada na confiança e na oferta mútua de subsídios que possam auxiliar, de alguma forma, os sujeitos que integram essa modalidade. No âmbito da Assistência Social, a rede configurada

espontaneamente é também tratada como *rede de apoio* aos indivíduos de uma comunidade, aqueles que se organizam e mobilizam suas ações em prol do bem-estar comunitário, como num movimento de auxílio mútuo entre as famílias. Essa rede de apoio pode ainda se reportar à família extensa, ou seja, as relações de parentesco mais distante (avós, primos, tios), juntamente com os moradores da comunidade (vizinhos e amigos).

Nessa perspectiva vale ressaltar as transformações pelas quais as famílias estão vivenciando, na atualidade, demandando outras intervenções sociais no âmbito familiar. São separações, divórcios, uniões estáveis, lares de solteiros e relações homoafetivas em confronto com o desemprego e a obrigação do cuidado com os filhos. Para as famílias pobres, estas situações - representação de rupturas - são ainda mais acentuadas, agravando a circunstância de vulnerabilidade social, isto porque, trata-se de indivíduos que necessitam de auxílios de diversas ordens para a manutenção dos vínculos familiares. Auxílios estes que versam tanto sobre valores pecuniários, quanto a materiais (de **construção**, gêneros alimentícios) e atitudes motivadas pela afetividade, em especial, no cuidado das crianças. A circulação de crianças entre diversos lares, até mesmo de não parentes, torna-se uma prática recorrente, entre essas famílias, o que permite a ampliação da rede de apoio. Todavia, estes vínculos apresentados no formato de rede, ao mesmo tempo em que representam uma fragilidade, por serem constituídos entre famílias em situação de pobreza, geram segurança para os sujeitos, sendo uma fonte primária de proteção, conforme expõe Gonçalves e Guará (2010).

Expandindo-se para além da esfera familiar e relações estabelecidas espontaneamente, as **redes sócio-comunitárias**, por sua vez, são representadas, por exemplo, pelas associações de bairro visando organizar o espaço em que vivem e incentivar a participação social. Estas redes são canais por onde se transmitem conhecimento e informação necessários ao desenvolvimento social e comunitário. Elas envolvem a organização entre os sujeitos de um território específico com as instituições locais, bem como com a própria comunidade (vizinhança e demais redes formadas por eles), gerando um sentimento de segurança e sensação de estarem protegidos, socialmente falando, pois a coesão mantida entre eles os fortalece. Tal fato, “facilita” até mesmo o enfrentamento às dificuldades surgidas na rotina da comunidade, além de favorecer a mobilização em prol do bem estar da localidade.

A formação dessas redes pressupõe a existência de valores sociais, políticos e culturais, os quais embasarão a elaboração de propostas, projetos, tendo por base a inclusão social. Quando se ampliam, conectam-se a outras comunidades facilitando o maior alcance das ações e circulação da informação, fortalecendo os grupos sociais. Contam com a formação das redes espontâneas e se aproximam das redes movimentalistas, em termo da articulação das atividades realizadas. Destaca-se, neste processo, a mobilização dos indivíduos e a responsabilidade entre os sujeitos na realização de ações que visam o bem estar da comunidade. É importante ressaltar também a relação dessas redes com o Estado, especialmente na formulação de políticas públicas, nas quais a participação social é imprescindível, tanto no âmbito do planejamento e execução das ações, como também na avaliação e monitoramento. As ações filantrópicas, pautadas na solidariedade, também se conformam nesse modelo, através da promoção de eventos culturais, de lazer, mutirões, dentre outros, executados pelos moradores da região.

Já a **rede social movimentalista** abrange os movimentos sociais organizados por melhores condições de vida da população e pela defesa dos direitos sociais, como à implantação de equipamentos sociais nas comunidades: creche, escola, postos de saúde, assim como a moradia de qualidade e saneamento básico. Dessa forma, é possível verificar o desenrolar do processo democrático, bem como a oportunidade para concretização do protagonismo social e empoderamento dos sujeitos sociais em espaços territoriais. Inserem-se nesta cena, os sindicatos, ONGs e associações comunitárias, desse modo, a organização dessa rede será o elemento diferenciador das demais supracitadas.

As **redes setoriais públicas**, através das políticas públicas, reaparelham suas funções na prestação de atendimento aos direitos básicos da população. Os fóruns, as conferências e os seminários transformam-se em espaços de busca de consensos e deliberações, com vistas ao incentivo à cidadania. Num outro âmbito, as redes públicas exibem a forma como se organizam os serviços das políticas sociais, no sentido de complementar as iniciativas propostas por cada organismo integrante, a exemplo da articulação entre alguns programas das áreas da Saúde, Educação e Assistência Social.

Em contrapartida, **as redes privadas** compreendem as cadeias de grandes empresas e corporações que terceirizam a produção e os distribuidores. As matérias-primas são fornecidas por diferentes empresas localizadas em partes

diversas do globo. Por outro lado, se caracteriza nesse segmento, a oferta serviços de maior abrangência para a população de baixa renda. Estes serviços são disponibilizados nas comunidades, a exemplo de escolinhas de futebol e clínicas médicas a "preço popular".

As **redes regionais** se constituem no exercício da articulação dos serviços entre os municípios. Estas são formalizadas por meio de consórcios firmados entre os gestores municipais. Alguns dos serviços da Política Nacional de Assistência Social – PNAS podem ser ofertados para mais de um município, geralmente vizinhos, quando um deles não fora contemplado com um dos equipamentos sociais, seja da Proteção Social Básica, seja da Proteção Social Especial, devido ao porte do território.

E, por último, as **redes intersetoriais**, apresentam articulações mais abrangentes envolvendo o âmbito estatal, as organizações governamentais e não governamentais, os setores privados, outros modelos de rede, com vistas à operacionalização de intervenção integral às necessidades da população Bourguignon (2001). É neste domínio que é possível verificar a interconexão entre políticas sociais (Saúde, Educação, Assistência Social, Habitação, etc.) e a possibilidade de apreender a demanda do usuário na totalidade. O desafio das redes se concentra em sua operacionalização o que demanda a dedicação dos integrantes, tanto na mobilização e incentivo à participação efetiva de todos, como também na definição do foco de ação.

Gonçalves e Guará (2010) pontuam algumas questões imprescindíveis para esta análise, como a existência de facilitadores neste processo de mobilização e participação, no sentido de manter encontros frequentes entre os integrantes, tanto na esfera do planejamento, como na execução de atividades em parceria. Nesse sentido, faz-se necessário organizar os registros dessas atividades; construir pautas e agenda de reuniões; incentivar o comparecimento de cada agente; realizar encontros presenciais; fomentar a comunicação através de diálogos com respeito às diferentes propostas na busca por estratégias de maior interação entre os participantes.

Diante do exposto, é importante salientar que as redes e os subtipos não são estanques e transitam entre cada um deles. As redes públicas, por exemplo, prestadoras dos serviços de obrigatoriedade do Estado, ou seja, as políticas sociais, comportam em sua formação as redes movimentalistas e, conseqüentemente,



aquelas formadas espontaneamente. Isto porque, são representações da organização e mobilização dos sujeitos sociais. Nesse raciocínio, esse conjunto de redes desaguaria nas redes intersetoriais, tendo em vista que, esta perspectiva intersetorial possibilita a efetuação de atendimentos de melhor qualidade, articulados nessa estrutura organizacional, porém numa perspectiva institucional. A Rede se classifica, portanto, enquanto um sistema organizacional em diferentes tipos que não se excluem, uma vez que, se completam promovendo uma maior abrangência de ações propostas e articuladas coletivamente.

No universo das redes de Atendimento, verifica-se a existência de dois tipos delas que, constituídas por agentes governamentais e não governamentais e, abarcando as formações dos subtipos já mencionados, prestam atendimento, proteção e apoio para afirmação dos direitos sociais da população, especialmente, em vulnerabilidade. Trata-se da “Rede de atendimento socioassistencial” e a “Rede de atendimento à mulher em situação de violência”, objeto de estudo da presente pesquisa. Embora detenham particularidades próprias e atendimentos a públicos específicos, ambas as Redes são transversais, no sentido de que a segunda comporta os serviços da primeira em sua estrutura. Os serviços sociais são inseridos na “Rede de Atendimento à mulher em situação de violência”, direta e indiretamente, representando a “porta de entrada” a essa, no intuito de ofertar a proteção e viabilizar o acesso aos direitos sociais, conforme se observa abaixo.

## 2.4 REDE SOCIOASSISTENCIAL E A PROTEÇÃO SOCIAL

A Assistência Social integra o sistema de proteção social brasileiro - Seguridade Social - juntamente com a Saúde e a Previdência Social. Embora constituam o mesmo sistema protetivo, a Assistência Social é a responsável pela oferta de atendimento, auxílio, concessão de benefícios, de forma gratuita, aos indivíduos em situação de vulnerabilidade social, motivada por questões diversas, seja por ausência de renda, como também por violação de alguns de seus direitos, a exemplo da violência.

A proteção social, portanto, visa promover a acolhida e atendimento das necessidades da população usuária, em suas especificidades, ao tempo que procura fortalecer e reconstruir vínculos familiares e comunitários. Conforme já fora

abordado, a comunidade fortalecida, enquanto uma organização consolidada, tanto favorece as relações entre os indivíduos, (localizados num território), como também entre eles e o poder público, visto que, são as demandas elaboradas pelos sujeitos, motivadoras das iniciativas de intervenção do Estado, por meio das políticas sociais. Iniciativas estas, que pretendem ser desenvolvidas numa ação articulada entre as demais políticas setoriais.

De acordo com Guará (2011), essa articulação, além de gerar uma maior qualidade às atividades promovidas pela proteção social, permite também a penetração de diferentes agentes sociais, no cenário político, a exemplo de organizações sociais não governamentais. “Nos parâmetros de funcionamento das redes socioassistenciais, o SUAS admite que, além dos serviços públicos diretos, as organizações comunitárias e as associações de diversas naturezas podem complementar as ações públicas” (GUARÁ, 2011, p.42).

Por outro lado, a Assistência Social articula-se também com as demais políticas, a exemplo da Saúde (no atendimento a criança, adolescente, idoso ou mulher que sofreu algum tipo de violência, ou foram acometidos pela insuficiência alimentar, negligência, drogadição, etc.); à Previdência Social (na operacionalização do Benefício de Prestação Continuada – BPC); à Justiça (em casos de adoção, destituição de guarda, cumprimento de medida socioeducativa, ação de alimentos, responsabilização do agressor e proteção à mulher em situação de violência); à Educação (por meio do Projovem adolescente e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, atualmente denominados de Serviços de Convivência e fortalecimento de vínculos) e a Segurança (em casos de punição de agressores), ampliando a Rede que se estende além do formato socioassistencial, alcançando a perspectiva intersetorial.

A rede socioassistencial representa a articulação entre os serviços, benefícios e programas sociais, assim como às organizações governamentais e não governamentais que atuam conjuntamente a essa política. Esta rede tem como objetivo gerar a proteção social aos usuários dos serviços sociais, no intuito de que acessem seus direitos na integralidade. Para que ela possa ser operacionalizada, faz-se necessário que a mesma esteja firmemente articulada, a fim de que seja possível a oferta de atendimento integral à população, considerando o território em que se encontram inseridos.

A Rede socioassistencial se configura de forma particular em cada região, tendo em vista, os aspectos socioeconômicos e políticos do território, como também as características culturais e modelo de gestão adotado pela política local. Esta Rede pode ser mais ou menos articulada, em decorrência da existência dos serviços sociais implantados nos municípios. O desenvolvimento das atividades é realizado em equipe tendo por objetivo primordial promover a transformação na realidade social dos usuários, capacitando-os para o enfrentamento das situações de perda e fragilização de vínculos (familiares e comunitários), responsáveis pelo agravamento da vulnerabilidade social.

Compreendem-se os usuários dos serviços sociais, enquanto sujeitos de direitos, nesta perspectiva a rede socioassistencial, visualiza as demandas levadas por esses, de forma integral, isto é, não fragmentada. A articulação, a que se propõe ocorre em nível de programas e serviços de convivência de ambas as proteções sociais, seja na básica, como também na especial. Isto é, a ação conjunta da rede socioassistencial abrange os serviços da Política Nacional de Assistência Social (PNAS): Centros de Referência (CRAS e CREAS), Programa Bolsa-Família, BPC na Escola, Serviços de Convivência de 0 a 6 anos, de 15 a 17 anos de idade e serviços para idosos.

A Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial, embora se caracterizem em diferentes níveis de complexidade, ambas são direcionadas ao mesmo público, isto é, aos usuários da Assistência Social. São indivíduos em situação de vulnerabilidade social, acometidos por múltiplas questões que, no entanto, dependem da execução dos serviços dessa política, assim como dos benefícios ofertados pela mesma. Na Proteção Social Básica, efetivada no CRAS, é desenvolvida a prevenção às ocorrências de risco social e pessoal, bem como o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Neste âmbito, encontram-se os Serviços de Acolhimento e Fortalecimento de Vínculos, o atendimento à pessoa idosa, acompanhamento dos beneficiários do BPC e BPC na Escola e dos beneficiários do Programa Bolsa-Família, inseridos no Programa de Atenção Integral à Família – PAIF.

A Proteção Social Especial, por sua vez, abrange a média e alta complexidade, sendo efetuada no CREAS. Neste serviço, são atendidas as famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco, devido ao abandono, maus tratos, negligência, em situação de rua, abuso, exploração sexual e qualquer tipo de

violência. Os Abrigos, Serviços de Acolhimento (para crianças e adolescentes, idosos e mulheres em situação de violência), juntamente com o cumprimento de medidas socioeducativas comportam essa Proteção.

As situações de risco demandarão intervenções em problemas específicos e, ou, abrangentes. Nesse sentido, é preciso desencadear estratégias de atenção sociofamiliar que visem à reestruturação do grupo familiar e a elaboração de novas referências morais e afetivas, no sentido de fortalecê-lo para o exercício de suas funções de proteção básica ao lado de sua auto – organização e conquista de autonomia (PNAS, 2004, p. 38).

Para garantir o atendimento às famílias, visando desencadear o processo da conquista da autonomia e reconstrução de vínculos familiares, o CREAS em suas funções, aciona uma rede que vai além daquela a qual o CRAS recorre (Saúde, Educação, etc.), isto é, o Sistema de Garantia de Direitos – SGD e os serviços da Justiça, Conselhos de Direitos (Criança e Adolescente, do Idoso), Conselhos Tutelares passam a ser incorporados no desenvolvimento das ações da Proteção Social Especial.

O CRAS e o CREAS, ainda que representem peculiaridades na execução de suas ações, são implantados nos municípios, com base na territorialização e pautam suas ações na centralidade familiar. O conhecimento do território indicará o nível de vulnerabilidade de uma dada região e, por conseguinte, as demandas reais dos indivíduos inseridos neste contexto. Permite, ainda, a aproximação dos serviços à comunidade, proporcionando medidas interventivas na perspectiva do empoderamento e autonomia dos sujeitos sociais. A centralidade na família exige, por sua vez, o acompanhamento das transformações internas, pelas quais essa vem passando, que a denomina enquanto arranjo familiar, isto é, não são os laços de consaguinidade que, necessariamente, irão determinar a formação familiar. Se a família não se constitui da mesma forma, ou seja, como um núcleo (casal e crianças), os atendimentos ofertados nos serviços da proteção social devem apreender as características da composição familiar, na atualidade, objetivando planejar ações condizentes com a realidade dos usuários.

Tendo em vista que, o atendimento nos programas e serviços sociais exige a constituição de vínculos entre equipe profissional (técnica) e usuários, torna-se de maior importância, a oferta contínua dos atendimentos. Os programas e serviços sociais sofrem o impacto da precarização do trabalho que se dispõe por meio da

inviabilização de vínculos empregatícios efetivos, de estabelecimento de contratos temporários e terceirização em todos os campos. Numa mesma equipe, inserem-se profissionais terceirizados, estatutários e temporários. Essa precarização, no universo do trabalho, repercute negativamente sobre a intervenção da equipe profissional, responsável pela oferta de atendimento nos serviços socioassistenciais e pela articulação da rede.

A questão fundamental condiz com as formas e os mecanismos utilizados, pelas equipes, para englobar todos os segmentos, que configuram a rede, numa única atuação conjunta. Rotineiramente, faz-se necessário acioná-los, a partir de estratégias fundamentais, como a elaboração de relatórios e utilização de instrumentais técnicos, requisitados para firmar parcerias. Os encaminhamentos se revelam, neste âmbito, como uma prática comum e necessária, interligando os serviços dessa rede de atendimento. Entretanto, devem ser utilizados apenas como um dos meios para a garantia de acesso dos indivíduos aos serviços e benefícios, evitando burocratizar a intervenção. É imprescindível a articulação dos equipamentos sociais em todos os níveis, uma vez que o envolvimento no planejamento das iniciativas e destinação de recursos orçamentários para os programas sociais dependem de processos operacionais compartilhados entre os entes envolvidos na rede. É neste cenário, que se localiza a participação autônoma, de cada integrante nos procedimentos decisivos, referentes às ações executadas e as metas traçadas em longo prazo.

A perspectiva de Rede valoriza a liberdade dos atores, agentes sociais e organizações, mas incentiva o planejamento e a busca de resultados coletivos para seus projetos de intervenção e ação. O desenvolvimento de projetos com gestão compartilhada é um dos caminhos que vem sendo seguido como estratégia de ação, no contexto da estrutura em rede. Nos parâmetros de funcionamento das redes socioassistenciais, admite-se a integração de organismos não governamentais e redes primárias (espontâneas e movimentalistas), com vistas a promover respostas às demandas sociais na totalidade que, se aproxime do modelo intersetorial.

## 2.5. REDE DE ATENDIMENTO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

A Rede de Atendimento a mulher em situação de violência pode ser compreendida no âmbito do Plano Nacional I e II, do Pacto Nacional e, especialmente, da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres - PNEVCM, documentos nos quais são expressas as diretrizes de ação e a indicação de reaparelhamento dos serviços para atendimento desses fins. A análise será concentrada, ainda que de forma geral, nas disposições elencadas por essa última, assim como nos desdobramentos apontados por esse documento, os quais são facilitadores da compreensão da Rede supracitada.

Em 2007, foi criado um acordo, a ser mantido entre os três entes federativos, para a consolidação da PNEVCM em todo o território nacional. Este acordo foi denominado de Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, revisado em 2011. Anteriormente à sua revisão, as ações nessa perspectiva versaram sobre a ampliação dos organismos especializados destinados ao atendimento e garantia dos direitos femininos. A revisão do Pacto possibilitou a elaboração dos eixos estruturantes da Política, orientadores dessa iniciativa, os quais direcionaram a formulação dos objetivos organizados no intuito de promover a articulação entre as políticas públicas, seguindo a premissa da intersetorialidade.

Os eixos do Pacto compreendem: aplicabilidade da Lei Maria da Penha; ampliação e fortalecimento da rede de serviços para mulheres em situação de violência; garantia da segurança cidadã e acesso à justiça; garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, enfrentamento à exploração sexual e tráfico de mulheres<sup>7</sup>; dentre outros. Entre os eixos estruturantes do Pacto, se destacam a ampliação e o fortalecimento dos serviços da Rede de atendimento, garantindo a qualidade da sua oferta. É, portanto, nesse documento que se apresenta a necessidade da organização dos serviços na estrutura de rede, tendo em vista a multidimensionalidade da violência de gênero, a qual mobiliza a atuação de outros segmentos e instituições sociais.

As ações formuladas no Pacto estão baseadas na transversalidade de gênero, ou seja, na introdução dessa categoria na formulação das políticas públicas; na capilaridade, visando atender a heterogeneidade do público feminino, mediante a

---

<sup>7</sup> Ver Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, 2011.

realização de iniciativas que possam abranger as necessidades das mulheres negras, lésbicas, jovens; e, por fim a intersetorialidade. Nesse sentido, o Pacto é respaldado por legislações internacionais, como também pela PNEVCM, a qual se consolida por meio da efetividade do mesmo.

A proposta da intersetorialidade possibilitou, ainda, a articulação com os serviços ofertados pela política de Saúde, gerando ganhos para o campo dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, além da assistência às vítimas de violência sexual. Nesse ponto, os serviços especializados para atendimento dessa demanda retratada foram ampliados quantitativamente, viabilizando a aceleração do diagnóstico de HIV e Doenças Sexualmente Transmissíveis – DSTs. Entretanto, ainda existem inúmeras barreiras para a implementação do Pacto em algumas regiões, essas barreiras se referem às questões culturais quanto ao entendimento da violência de gênero e proteção ofertada à mulher em situação de violência, como também o desenvolvimento do trabalho de forma integrada.

O grande marco para a elaboração de estratégias interventivas, no universo da violência contra as mulheres e, a partir do qual foi implementada a PNEVCM, foi a criação da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres - SPM, ocorrida no ano de 2003, vinculada ao Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos. Anteriormente a este período, as ações governamentais de enfrentamento a essa prática se localizavam na esfera dos atendimentos desempenhados pelas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher - DEAMS e na efetuação de encaminhamentos para a inserção de mulheres nas Casas Abrigo. Em termos quantitativos, estes serviços eram insuficientes para o atendimento, das variadas demandas solicitadas, e desarticulados entre si. Diante disso, a SPM emerge neste cenário representando um elemento definidor dos parâmetros adotados pela política para as mulheres, uma vez que, garante recursos destinados à criação de serviços especializados para o enfrentamento dessa violência, como também propõe aos governos estaduais e municipais, a implantação de políticas, visando à proteção integral a estas mulheres.

Com o advento da SPM, a política para as mulheres, em especial, ao enfrentamento da violência, assume um novo caráter, servindo de base para a elaboração da **PNEVCM e do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres**.

A atuação governamental, portanto, deixa de constituir apenas o apoio aos serviços emergenciais e a campanhas isoladas, avançando para uma atuação mais ampla que contempla – além do apoio aos serviços especializados – as seguintes ações: a capacitação de agentes públicos para prevenção e atendimento, a criação de normas e padrões de atendimento; o aperfeiçoamento da legislação; o incentivo à constituição de redes de serviços; o apoio a projetos educativos e culturais de prevenção à violência; e a ampliação do Acesso das Mulheres à Justiça e aos Serviços de Segurança Pública (BRASIL, Rede de Enfrentamento a Violência Contra as Mulheres, 2011 p. 10).

Nessa nova adequação das iniciativas de enfrentamento à violência cometida contra as mulheres, em 2005, a SPM cria a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, a qual representa um instrumento fundamental na prestação de orientação quanto aos direitos das mulheres, divulgação dos serviços e encaminhamento para as Redes de atendimento, localizadas nos territórios onde a demanda se origina. Tanto nos municípios em que os serviços encontram-se articulados, como também naqueles em que estes são insuficientes (em termos de operacionalização e quantidade), a Central funciona como um elemento unificador, uma vez que gera visibilidade aos organismos prestadores de atendimento, através das informações divulgadas.

Em 2006, é aprovada a Lei 11.340/2006 – a Lei Maria da Penha, a qual representou outro marco na instituição das estratégias de enfrentamento à violência contra as mulheres. A partir dessa Lei, é incentivada a criação de serviços especializados de atendimento à mulher e ampliação do quantitativo dos mesmos, alcançando as diferentes regiões do país. Devido ao caráter normativo, a Lei responsabiliza os governos pela implantação e execução dos serviços intersetorialmente.

A partir da breve contextualização do desenvolvimento das estratégias de ações para atendimento as mulheres no país, a PNEVCM apresenta o cenário de violência cometido contra este segmento, explicitando os órgãos e serviços fundamentais para o enfrentamento dessa prática. Parte do pressuposto de que este fenômeno compreende aspectos sociais e culturais afirmadores das relações desiguais entre os gêneros, atingindo mulheres de diferentes realidades sociais.

Por compreendê-las enquanto um grupo heterogêneo, a Política e demais documentos que versam sobre o enfrentamento dessa prática, utilizam o termo violência contra “as mulheres” no plural, com o objetivo de designar as múltiplas características e particularidades que abrangem o público feminino. Dessa forma, a

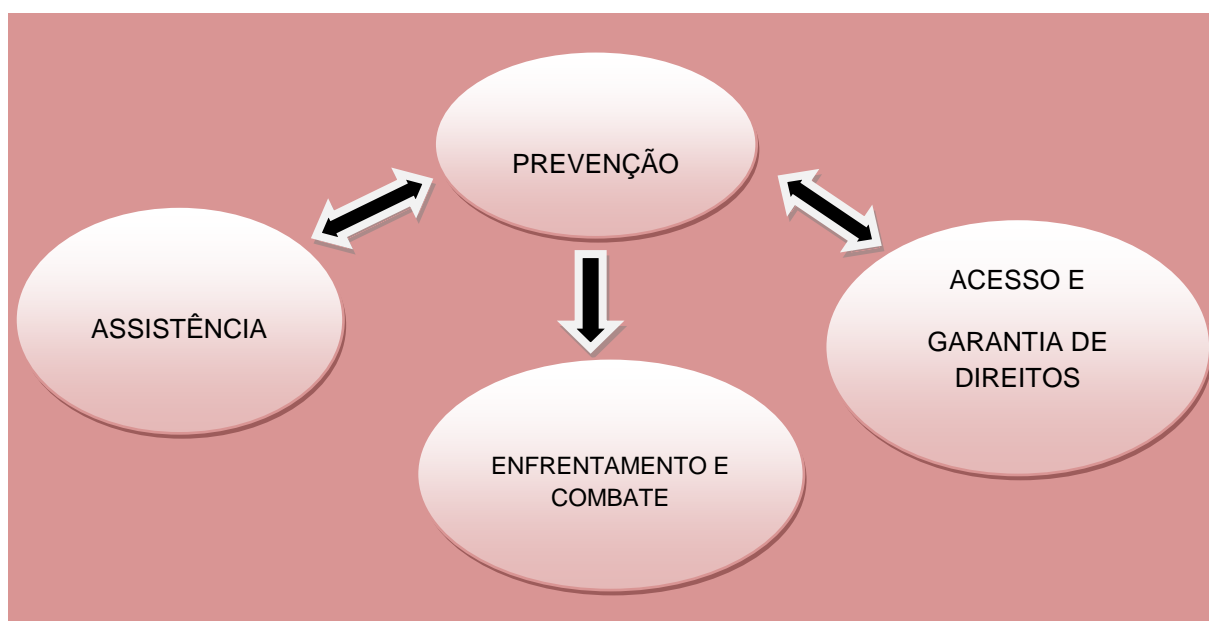


capilaridade das ações, como eixo de atuação, almeja atender a um grupo heterogêneo de mulheres abrangendo aspectos relativos à classe social, etnia, orientação sexual e territorialidade.

A referida Política adota um conceito amplo concernente ao enfrentamento desse tipo de violência. Tal conceito engloba a realização de ações articuladas dentre as diversas políticas públicas, com a finalidade de abarcar a complexidade a que se refere à questão, bem como as diferentes expressões desse tipo de violência. Logo, as ações destinadas às mulheres partem do pressuposto da necessidade de promoção da autonomia, empoderamento, atendimento qualificado, especialmente, nas áreas de saúde, justiça, segurança pública e assistência social.

O enfrentamento da violência cometida contra as mulheres envolve dimensões amplas que não se restringem a execução de atividades de cunho punitivo, restritas ao âmbito da Segurança Pública. Ao contrário disso, as iniciativas se expandem, incorporando aos seus objetivos, elementos que tratam do incentivo a uma nova cultura menos sexista, no escopo de garantir o atendimento integral às necessidades das mulheres e acesso aos direitos que detêm. Essa proposta é expressa, mediante os eixos estruturantes da Política Nacional: prevenção, assistência, combate e garantia de direitos sociais.

Figura 1. Eixos estruturantes da Política Nacional de Violência Contra à Mulher



Fonte: baseada na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (2011) e criada pela autora, 2015.

São, portanto, quatro eixos estruturantes da Política Nacional expostos no quadro elucidativo. Todavia, o encadeamento dessas ações não se apresentam dispostas num ciclo, porém, os eixos encontram-se imbricados, isto porque, trata-se de ações continuadas desenvolvidas quase que simultaneamente. O eixo da *Prevenção* perpassa a todos os demais, uma vez que se refere à desconstrução de estereótipos discriminadores contra a mulher, tendendo à mudança nos valores e padrões culturais, reproduzidos socialmente, repletos de posturas machistas e sexistas ainda presentes na realidade atual. Este eixo busca incluir ações de cunho educativo, realização de campanhas em defesa do respeito às diversidades de gênero e do fim da naturalização da violência contra as mulheres, nos mais diversos setores da sociedade e, especialmente, na esfera doméstica.

Todas as mudanças propostas almejam provocar transformações reais na estrutura social, partindo de uma discussão ampliada sobre a questão na sociedade, assim como, a introdução dessa temática em atividades educativas e informativas. Essas atividades podem ser apropriadas pelos conteúdos escolares, debatidas em palestras, seminários, como também nas Universidades, através dos cursos superiores; nos ambientes de trabalho, como na “sala de espera” realizada nas Unidades Básicas de Saúde; nas jornadas pedagógicas no âmbito da educação; nos grupos de convivência nos CRAS e CREAS, na esfera da Assistência Social; em espaços comunitários, e demais locais de socialização e participação popular.

A *Assistência*, por sua vez, abarca a necessidade de qualificação continuada dos agentes públicos, operadores do direito e demais técnicos, para o atendimento humanizado, às mulheres, especialmente, nos serviços especializados prestadores deste atendimento. Neste eixo, destaca-se o incentivo à criação e expansão de serviços especializados (Centros de Referência, Promotorias, Juizados, etc) e da constituição e fortalecimento da Rede de Atendimento nos três níveis de governos. Portanto, a Rede de Atendimento à mulher se localiza numa das propostas de ações, apresentadas por um dos eixos estruturantes da PNEVCM, aspecto que será retomado no decorrer deste estudo.

Dando prosseguimento aos eixos, o *enfrentamento e combate* envolvem a punição e responsabilização dos agressores, com ênfase na efetivação e aplicabilidade da Lei Maria da Penha. Foi com o advento desta Lei que ficou evidente a necessidade de criação de serviços especializados de atendimento à mulher, como os Juizados de Violência Doméstica. O quarto eixo, diz respeito à

garantia dos direitos, o qual deve ser executado tendo como pressuposto as legislações internacionais em defesa dos direitos das mulheres. Devem ser desempenhadas, nesse cenário, estratégias que promovam o empoderamento da mulher, mediante a garantia do acesso aos direitos sociais, sendo também motivadoras para as mudanças no perfil dessas mulheres que se transformam em sujeitos de direitos. É de fundamental importância que as ações, dos quatro eixos, sejam ainda avaliadas e monitoradas, sistematicamente, como uma forma de visualizar os impactos provocados pelas iniciativas aplicadas.

Diante do conteúdo exposto, pelos eixos estruturantes, compreende-se que a violência cometida contra as mulheres demanda uma ação abrangente capaz de mobilizar diferentes atores sociais, seja da administração pública, seja da sociedade civil. A compreensão de que este tipo de violência expõe aspectos sociais e culturais foi fundamental para a elaboração de uma política capaz de avançar, em suas proposições, na perspectiva preventiva e de garantia e acesso aos direitos das mulheres, não se restringindo, meramente, aos aspectos punitivos das ações. Isto não significa afirmar, que a atuação da Segurança Pública e Justiça apresentam questões menos importantes, absolutamente, porém estas necessitam se atrelar a atividades de maior amplitude, objetivando atender as demandas postas pelas mulheres, em sua integralidade. É nesse cenário, que se desenvolve a proposta da articulação dos serviços numa estrutura de Rede de Atendimento, cuja finalidade é superar a desarticulação e segmentação dos atendimentos voltados às mulheres.

O conceito de Rede de Atendimento refere-se à atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não governamentais e a comunidade, visando a ampliação e melhoria da qualidade do atendimento; à identificação e encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência; e ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção (PNEVCM, 2011, p.29).

Nesse sentido, a criação e consolidação da Rede de Atendimento promoveria a diminuição do percurso traçado pela mulher, quando esta se encontra em situação de violência. Ou seja, a busca por atendimento nos diferentes serviços, programas e órgãos, seja nos hospitais, delegacias, entre outros organismos que representam a “porta de entrada” desta Rede. Vale ressaltar, ainda, que em 2010, a Rede se expandiu ao incorporar atores sociais e segmentos governamentais e não governamentais que não haviam se inserido neste universo. Ao tornar-se mais

abrangente, esta estrutura passa a se denominar como Rede de Enfrentamento. Neste formato, encontram-se os organismos fiscalizadores e executores da política, ONGs, Núcleos de gênero, Ministério Público, dentre outros, com o objetivo de abranger as ações propostas pelos quatro eixos estruturantes da Política Nacional.

Desse modo, a Rede de Atendimento configura-se, enquanto parte da Rede de Enfrentamento, no entanto, abrange áreas específicas de atuação, são elas: a Saúde, Segurança Pública, Justiça e Assistência Social. O processo de criação, consolidação e articulação dos serviços da Rede de atendimento, é citado em todos os documentos e diretrizes de ação da Política Nacional. Conforme exposto em item anterior, a Rede de atendimento configura-se numa proposta de ação do eixo *Assistência*, que visa à melhoria da qualidade dos atendimentos prestados em serviços denominados de não especializados e especializados.

Os serviços não especializados são aqueles que ofertam atendimento a todas as mulheres, nas mais variadas demandas solicitadas. Comporta essa modalidade, as Unidades Básicas de Saúde, Hospitais, CRAS, CREAS, Delegacias de Polícia Civil e Militar, etc. Já os serviços especializados, por sua vez, são destinados, especificamente, às mulheres em situação de violência. São as instituições de abrigo (Casa Abrigo, Casa de Passagem), Delegacias especializadas, Promotorias, Defensorias e Juizados Especiais de Violência Doméstica, dentre outros.

A disposição desses serviços deve ser compreendida na esfera da política para mulheres que, através da SPM, conjugou as iniciativas do poder público, representado pelas três instâncias federativas. Estas estratégias de atuação no campo da violência contra as mulheres correspondem a uma política recente que vem se configurando no decorrer dos anos. Embora esteja em construção, à integração entre os organismos e instituições que prestam atendimento desse caráter, são proclamados a se desenvolverem na perspectiva intersetorial. Tal fato representa um grande desafio para os municípios, especialmente aqueles em que a Rede de Atendimento não se encontra consolidada.

No tocante à Rede de atendimento, em Aracaju, esta é gerenciada pela Coordenadoria Municipal de Política para Mulheres, vinculada à Secretaria de Assistência Social do Município. Considerando os serviços especializados e não especializados, no âmbito das quatro políticas sociais que compõe a Rede de atendimento, observa-se que no âmbito da Segurança Pública podem ser citados,

dentre os órgãos que compõe esta política, o IML e a DAGV, como instituições responsáveis pela oferta de atendimento às pessoas que sofreram violência. No IML, o procedimento caracterizador do tipo de atendimento ofertado, é o exame “corpo delito”. As vítimas são submetidas a tal exame, o qual é realizado por médicos-peritos, com a finalidade de constatar o ato violento e reunir provas ao inquérito policial.

Já o DAGV, presta atendimento às crianças e adolescentes, idosos, mulheres e demais grupos minoritários. Esta Delegacia surgiu, em 2004, como Delegacia especializada e, atualmente, concentra, em um único prédio, os procedimentos de inquéritos, investigações de denúncias efetuadas através do Disque-Denúncia 181, pelos Conselhos de direitos, como o Conselho Tutelar, assim como o atendimento psicossocial e a mediação de conflitos. Além da equipe de delegados e agentes, a DAGV conta também com duas assistentes sociais, uma psicóloga e um bacharel em Direito para a mediação de conflito. Em se tratando do atendimento à mulher, a própria estrutura física da DAGV torna-se mais favorável às solicitações de respostas às demandas apresentadas por este público específico, uma vez que o órgão não se caracteriza como uma Delegacia comum, isto é, a estrutura física é similar a um prédio administrativo de qualquer outro serviço público o que o torna, de certa forma, mais “acolhedor”. A DAGV tem ainda o status de polícia judiciária e desenvolve as ações juntamente com a polícia civil, porém não admite a escala de plantonistas aos finais de semana, tornando-se uma barreira para as mulheres em situação de violência, pois caso o ato tenha ocorrido neste período, elas terão que buscar orientação numa Delegacia comum.

Na esfera judicial, destaca-se o Ministério Público, através da Promotoria da Mulher; o Juizado da Violência Doméstica contra a mulher (na 11ª Vara), bem como o Tribunal de Justiça, por meio da Coordenadoria da Mulher e o Núcleo da Mulher na Defensoria Pública - NUDEM<sup>8</sup>. Na 11ª Vara criminal, há uma equipe de duas assistentes sociais e duas psicólogas responsáveis por elaborarem laudos, estudos psicossociais, sociais ou somente psicológicos, os quais comporão os processos judiciais. O juizado também firma convênio com o Centro de atendimento da Faculdade Pio Décimo, no qual ocorre o acompanhamento, com fins terapêuticos, à mulher em situação de violência. E, recentemente, a Faculdade FASE (Programa

---

<sup>8</sup> Ver quadro completo.

Viver Melhor) coordena e acompanha um grupo de homens réus de processos judiciais de violência doméstica, os quais necessitam participar compulsoriamente de 10 a 12 sessões desse grupo, com a finalidade de discutirem o ciclo de violência, estando essa ação interligada ao cumprimento de pena.

A Coordenadoria da Mulher do Tribunal de Justiça, regulamentada por meio da Lei Estadual 7.183/2011, é o órgão onde se desenvolve a política para a mulher no âmbito do judiciário. Neste encontra-se uma assistente social, uma psicóloga e a juíza coordenadora, compondo a equipe que visa realizar ações de cunho preventivo (campanhas, orientação às usuárias dos serviços da justiça) e de capacitação dos agentes envolvidos com a temática da violência contra a mulher (os operadores de direito e servidores do Tribunal), além de estudos, pesquisas e estabelecimento de parcerias com os atores da Rede de atendimento à mulher em situação de violência.

Na Defensoria Pública, por sua vez, o NUDEM composto por defensoras públicas, no qual há um setor denominado de Centro Integral de Atendimento Psicossocial – CIAPS, onde encontram-se lotadas uma assistente social e uma psicóloga responsável pela oferta de atendimento a todos os públicos da Defensoria, assim como às mulheres. Neste, a abrangência dos atendimentos abarca todo o estado em qualquer que seja a área, como família, crime ou cível, com possibilidades de expandir este núcleo para as cidades do interior.

Em se tratando da política de Saúde, ressalta-se, dentre os distintos serviços dessa dimensão, o Hospital Urgência de Sergipe Governador João Alves Filho – HUSE; a Maternidade Nossa Senhora de Lourdes - MNSL e o Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher - CAISM, identificados como serviços que prestam atendimento à saúde da mulher. O Hospital Maternidade presta atendimento à gravidez de alto risco e, em específico, às vítimas de violência sexual, sendo essa uma instituição de referência no estado. Tal serviço é prestado por uma equipe multiprofissional composta por 08 médicos (obstetras), 02 assistentes sociais, 01 psicólogo, 02 técnicos de enfermagem e a coordenadora enfermeira chefe. É realizado o acolhimento à mulher que solicita o atendimento espontaneamente ou, por encaminhamento do IML e/ ou DAGV e, em seguida são realizados os exames laboratoriais, ginecológicos. São administrados medicamentos, como a pílula do dia seguinte, podendo ser realizada a interrupção da gravidez decorrente de violência

sexual, conforme preconiza as normatizações do Ministério da Saúde<sup>9</sup>. A mulher atendida na Maternidade preenche uma ficha de acompanhamento e, passa a ser atendida por um período de seis meses. As ações prestadas por este serviço possuem natureza preventiva e, atua em parceria com o Caism, onde são realizados exames laboratoriais e consultas médicas.

E, por último a Assistência Social. Vinculados à mesma encontram-se o Conselho Municipal de Direitos das Mulheres, as Coordenadorias (no âmbito municipal e estadual), a Casa Abrigo Professora Núbia Marques, os CRAS e CREAS, que embora se localizem em níveis diferenciados de proteção social, estes últimos são serviços continuados que seguem o mesmo protocolo atendimento<sup>10</sup>.

## 2.6 REDE DE ATENDIMENTO EM ARACAJU: PERCEPÇÕES E ATUAÇÃO

Com a finalidade de adentrar na discussão referente aos conceitos de Rede, atuação, limites e possibilidades dessa atuação e serviços acionados no âmbito dessa estrutura pode-se verificar que os entrevistados explanaram suas ideias, através da elaboração de uma crítica a respeito da Rede.

*Sobre a rede, há quase quatro anos houve uma coisa interessante. Nós participamos de uma audiência pública em que a maioria dos componentes nem se conheciam, então é preciso entender que a violência contra a mulher não é, apenas, caso de polícia, não é a segurança pública responsável! Nós vamos ter necessidade imediata de uma união de esforços entre os vários integrantes da administração pública e, também dos movimentos sociais, no sentido de costurar uma rede de assistência, de proteção, de educação, mas também, sem dúvida nenhuma, de responsabilização deste homem autor da agressão. Então, isso exige um esforço conjugado dos vários segmentos da administração pública e temos tentado fazer isso, tanto com a administração municipal de Aracaju, como também com os movimentos sociais (E. 1).*

Ao analisar os meios e estratégias realizadas pelos profissionais que atuam nessa Rede, é de fundamental importância que, no mínimo, esses diferentes atores conheçam a organização dessa estrutura, os objetivos de cada serviço e, especialmente, os profissionais das diferentes áreas. Quando um deles se manifesta afirmando não haver possibilidade de associação da Saúde ou da Assistência Social, hipoteticamente falando, com a violência de gênero deixa claro que a

<sup>9</sup> Ver Lei Federal n. 10.788, de 24 de novembro de 2003.

<sup>10</sup> Ver Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Tipificação Nacional dos Serviços Sócioassistenciais.

intervenção se desenvolve individualmente. Tendo em vista que, o princípio da constituição da rede é o reaparelhamento dos serviços, com vistas a atingir as metas, traçadas coletivamente, subentende-se que essas estratégias são elaboradas pelo conjunto dos participantes, o que demanda compartilhamento de informações e conhecimento.

Observa-se em algumas entrevistas, mesmo atuando na perspectiva da atuação de abrangência individual, relacionaram ao conceito de rede os procedimentos realizados pelos profissionais da equipe do serviço, de modo a explicitar um desenho do fluxograma interno da instituição: acolhimento, triagem e atendimento sem, contudo, abordar a formação dessa estrutura organizacional.

*Aqui elas passam por uma triagem na recepção e se estiverem muito nervosas, a triagem passa para a psicóloga para acalmar aquela mulher que sofreu violência, para entender um pouco (...). Elas chegam muito alteradas, nervosas, gritando, aí a gente faz essa triagem para primeiro acalmar, conversar para depois encaminhar para os procedimentos legais (E. 2).*

Em outra fala percebe-se de forma nítida a compreensão de um dos (as) entrevistados (as) sobre as políticas que compõem à Rede e os encaminhamentos necessários diante da demanda de denúncia da violência, quando diz:

*A Rede é composta de saúde, educação, segurança pública, que é importantíssima e toda a parte de assistência. Quando a mulher denuncia, primeiro é o Boletim de Ocorrência aí depois é a rede; a saúde, a educação, a assistência social. Aí vem a parte da retaguarda que isso é uma falha nossa ainda, é uma meta. O que eu acho mais importante é a retaguarda, para onde essa mulher vai depois, vai voltar pra casa? O que a polícia faz? (E. 3).*

As três dimensões da prevenção, proteção e responsabilização, exibidas nos eixos estruturantes da PNEVCM, devem ser garantidas, justamente, no âmbito dessa relação entre os organismos que compõe a Rede, mediante a complementaridade das propostas de ação interventiva. O exercício dessa proteção integral à mulher, lançada desde a efetivação da denúncia, é preconizada na Lei Maria da Penha, por meio das medidas protetivas de urgência. Entretanto, sabe-se que a aplicação de tais medidas não é capaz de intimidar alguns dos agressores. É por esse motivo que, um quantitativo expressivo de mulheres, não efetua a denúncia, buscando no atendimento/acompanhamento orientação e apoio. Neste



caso, a insegurança frente a essa proteção integral permanece entre elas, é a “retaguarda” citada numa das falas, ou seja, a segurança de que a violência não se repetirá e a certeza da proteção, após a efetuação da denúncia.

Outros dois aspectos mencionados fazem alusão à referência e contrarreferência entre os serviços, isto é, a comunicação e articulação entre alguns segmentos e instituições sociais, porém inseridas numa mesma política social.

*Quando a mulher chega aqui, vítima de violência doméstica [...] nós temos o aparato total, porque aqui tem autonomia, uma independência. Você vai olhar o foco e tomar todas as providências; penal, criminal, a parte médica, tudo o que tiver ao alcance e a gente encaminha para o que for preciso. A gente trabalha em rede sim, mas eu quero dizer que a rede começa aqui, porque tem autonomia para fazer esses encaminhamentos, mas sim tem uma rede integrada [...] tem a Delegacia de Grupos Vulneráveis, Conselhos Tutelares, os hospitais, as próprias pessoas da família, líderes comunitários; todos eles têm a liberdade de vir trazer a demanda e a gente, do mesmo jeito, tem de acionar para fazer aquela proteção. Então a rede é bem ampla (E. 4).*

*A minha concepção de rede são serviços que devem estar articulados tendo referência e contrarreferência. Para mim rede deve ser um serviço articulado, então considerando um serviço articulado eu vejo a Secretaria de Segurança Pública que tem uma Delegacia da Mulher que esta articulada ao Tribunal de Justiça, por meio do Juizado de Violência Doméstica, que recebe o inquérito, que recebe a denúncia, isso é rede. De fato, o trabalho é articulado. O Ministério Público esta articulado, porque você precisa de um promotor de justiça pra lidar com um processo dentro da área criminal, as Defensorias Públicas, através dos Núcleos de Atendimento à Mulher. A Defensoria, o Ministério Público e o Tribunal de Justiça, representado pelo Juizado de Violência Doméstica, eu vejo que tem uma articulação, ou seja, dentro de um processo judicial você vê esse diálogo entre essas instituições e se elas não se comunicarem o processo judicial não vai ter resolução (E. 6).*

Nota-se a compreensão da Rede, expressa em algumas falas, como sendo aquela em que o profissional encontra-se inserido, ou seja, a rede de serviços da Saúde; a rede de serviços da Justiça; a rede de serviços da Segurança Pública e a rede de serviços sócioassistenciais. Em geral, as falas não mencionaram a articulação na rede de uma política com a outra. Desse modo, há uma articulação dos serviços no interior de cada área, entretanto a perspectiva intersetorial, a que alude a Rede de atendimento à mulher em situação de violência, não é atingida. Em contrapartida, são estabelecidas parcerias entre os diferentes segmentos sociais.

Por não se visualizar o desenvolvimento das características elementares dessa estrutura organizacional, julga-se a inoperância da mesma. Espera-se que

sejam implantados nos municípios todos os programas e serviços apresentados nos documentos oficiais, especialmente na PNEVCM. Porém, a Rede é um modelo em construção e expansão, logo é de fundamental importância reconhecer a relevância dos organismos já existentes, mobilizando-os nesta perspectiva, a fim de que a implantação de novos serviços não se reduza a sobreposição de um a outro. A fala a seguir mostra, simultaneamente, que há uma concepção ideal de articulação da rede, por um lado e por outro, retrata que de fato os serviços e programas não funcionam tal como idealizados.

*Quando a gente fala em rede, o entendimento é esse entrelaçamento; que as coisas possam tá funcionando bem. Tanto que tem toda uma crítica em cima da rede, que ela é furada, que ela não funciona, porque a ideia que foi construída de rede é que se tenham serviços para aquele público – alvo, a partir, justamente, dos programas que são criados. Então, a partir do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (...) de se criar creche, de se criar capacitação para profissionais da saúde, do judiciário, do empoderamento da mulher (...) a gente parte do princípio que essa rede deveria ter esses programas em funcionamento. E quando ela não tem, ela não existe ou tá furada (E. 7).*

O diagnóstico social justificará, paulatinamente, a necessidade da incorporação de outros serviços. É importante frisar que o conceito e a atuação, ressaltando os limites para isso, não são sinônimos, embora seja apreendido dessa maneira por grande parcela dos profissionais. Antes mesmo de exigir o entrelaçamento desses fios em Rede, é imperativa a compreensão do que de fato essa estrutura representa. Diante do exposto, os procedimentos tomados pelas equipes (técnica e gestão) compõem a operacionalização das ações de enfrentamento a essa modalidade de violência, podendo ser distintas em consonância com a área de atuação de cada profissional. No entanto, o principal objetivo da estrutura em rede, é a redução do trajeto percorrido pela mulher em busca de soluções, atendimento e respostas à situação apresentada. Esse objetivo só será alcançado, mediante a articulação dos serviços intersetorialmente, o que exige o conhecimento da rede local.

*Então, em relação à rede, nós estamos tentando organizar esse fluxograma de atendimento. A gente não quer que a população fique sendo jogada “ah, vá para a delegacia” “ah, vá para a maternidade, hospital”. Estamos pensando em fazer cartilhas e colocar nos locais de atendimento para ver se a mulher sabe para onde ela vai ser conduzida, às vezes se cansa. E*

*nós estamos vendo que os próprios profissionais desconhecem esse fluxograma. Então, a informação não é bem direcionada (E. 9).*

Outro ponto em destaque na fala das entrevistadas remete ao fato de que os próprios profissionais, inseridos na Rede, desconhecem os serviços prestados pelas demais políticas sociais, além de não deterem conhecimento acerca da trajetória percorrida pelas mulheres em busca do atendimento das solicitações. Se há um desconhecimento dos sujeitos da Rede, pode-se concluir a não concretização dos fundamentos qualificadores dessa, isto é, a participação autônoma de todos os entes envolvidos no processo, o planejamento conjunto das ações, realização de campanhas, debate de ideias, encontros frequentes e contribuições de cada área. Desconhecer os agentes partícipes dessa estrutura organizacional incitaria o debate acerca de que tipo de intervenção estaria sendo empregada frente à violência de gênero, a qual teria por base a punição e responsabilização do agressor, devotando a ação ao campo da Segurança Pública e Justiça.

É comum que os profissionais, ainda que sejam integrantes de uma Rede, ao pensar sobre a acepção da mesma, discorra sobre os seus significados por meio da execução das atividades desempenhadas no cargo a que se vincula. Dessa forma, a definição do conceito, pertencente à Rede, seria substituída pela operacionalização das ações em curso nesta estrutura, qualificando o modo de atuar e a conceituação como sinônimos, o que se configura como um equívoco. Embora seja o modo de operar a Rede, o aspecto capaz de qualificar a sua concepção, a atuação e o conceito são questões distintas.

A Rede é uma estrutura organizacional inovadora, pois se estabelece de maneira diversa das disposições piramidais, hierarquizadas, modelos predominantes, tanto na conformação das empresas privadas, como nas públicas. A hierarquização, embora seja mantida, mediante as coordenações dos serviços, bem como dos gestores de cada política social, permite a participação autônoma de cada envolvido na formulação de intervenções em prol da garantia da proteção integral. Parte-se do pressuposto de que as políticas sociais são complementares, exigindo ações conjuntas que vão além de parcerias. O conceito faz referência a uma estrutura que conecta diferentes organismos sociais, objetivando o alcance de fins comuns, sendo essa conexão o elemento facilitador da comunicação entre os atores envolvidos no processo. As falas seguintes retratam estes aspectos quando abordam:

*A rede de atendimento, no meu entendimento, é aquela que está disponível para a garantia de direito. De que forma esse direito vai ser garantido? Se houve violação, para onde você pode encaminhar? Vai ter uma rede de proteção à mulher que precisa de uma escuta qualificada, onde essa mulher vai ser ouvida? Precisa de um exame corpo delito, onde vai ser feito isso? Precisa de um acompanhamento durante um determinado tempo, onde ela vai ser atendida? Então, isso tudo deve ser muito articulado. Tem o DAGV que vai investigar a violência que ela sofreu, vai notificar o agressor, de lá encaminha ao IML. Tudo isso é uma rede; órgãos que vão fazer a acolhida dessa pessoa que sofreu a violência. Acho que precisa ser bem divulgado, bem estruturado, nem todas tem esse protagonismo de ir lá, de enfrentar. Que esteja disponível para ela sempre, os equipamentos precisam estar estruturados para que a política funcione; encaminhando um para o outro (E. 11).*

*Rede é uma estrutura de acolhimento, porque se você pensar nos direitos dos usuários, na perspectiva da integralidade, ele é um complexo de potências e necessidades. Então, isso supõe uma rede de diversos tipos de serviços que consigam prestar o acolhimento. Eu penso numa rede mesmo, rede de pesca, uma estrutura que acolhe. Pensando numa estrutura de rede mesmo, ela faz isso, ampara, acolhe. É um conjunto de equipamentos e várias políticas que tem esse objetivo comum de acolher variadas demandas que estão localizadas no mesmo sujeito. Tem várias políticas que estão interligadas nessa rede (E. 13).*

O acolhimento é sempre resgatado nas falas por se constituir como um elemento necessário à inserção e permanência da mulher numa determinada instituição de atendimento. É a forma como assistentes sociais, psicólogos/as, coordenadores/as dos serviços percebem a mulher, como sujeito de direitos, viabilizando um acesso facilitado, com respeito e atenção à demanda. A disponibilidade da Rede trata do acesso aos programas ofertados por esta estrutura, os quais necessitam ser divulgados, ininterruptamente, considerando o grau de complexidade devotado à violência de gênero. A divulgação deve ser incorporada às ações de prevenção e, por conseguinte, incorporada a todas as fases do processo, até mesmo quando a violência já tiver ocorrido. É, portanto, no domínio dessa estrutura acolhedora que o atendimento à mulher poderá ser ofertado na integralidade.

No tópico da Atuação em Rede, os entrevistados levantaram questões a respeito da necessidade da articulação dentre as ações. Foram citados projetos desenvolvidos conjuntamente, com outros organismos sociais, como canal que possibilita esse tipo de atuação, bem como a sensibilização dos diferentes atores desse processo.

*É preciso entender que não há possibilidade de uma ação isolada. A ação tem que está envolvida em estratégias de abordagens por todos os flancos.*

*Então, nós estamos trabalhando com a sensibilização, que não é uma tarefa fácil. Porque isso está tão impregnado nas pessoas, (que sempre foi assim, que é natural que seja assim, que a mulher provocou, que a mulher é culpada), para desconstruir essa história de culpabilização da mulher, é uma coisa que leva anos, mas nós estamos em parceria com as universidades, o que estava dando muitos frutos com várias monografias, algumas universidades com laboratórios de atendimento voluntário à mulher, a criança (...) a gente encaminha e eles atendem (E. 1).*

O desafio posto à atuação, parte de uma questão embrionária, sendo remetida à categoria gênero, isto é, de origem social e cultural. A desconstrução dos estereótipos femininos é o caminho tanto para o enfrentamento da violência, como para o desempenho das atividades realizadas pelos profissionais. A premissa de que não há mais possibilidade para o empenho de ações isoladas, no quesito enfrentamento da violência de gênero, é o ponto de partida para aglutinar mais adeptos à estrutura em Rede. Nesse ponto, a articulação dos segmentos diversos, torna-se a principal medida tomada para atuar em Rede.

*Na minha visão, a rede parte daqui. O DAGV manda para cá, mas aqui tem uma demanda bem maior do que vindo de lá pra cá e sim, partindo daqui, entendeu? Mas, é trabalhar em rede. Trabalhar em rede acho que é exatamente isso aí, é trabalhar com todos os órgãos, acionar e ter o feedback deles. A gente trabalha essencialmente em rede, porque a gente aciona todos os órgãos que você imaginar, todos (E. 4).*

*A gente tem que trabalhar em parceria, compartilhar, porque o objetivo é um só, é único, é defender a mulher que foi violentada. A gente participa de congressos, de reuniões em outras instituições, seminários que é feito pela Secretaria das Mulheres e em todos esses atos nós estamos presentes (...) nas campanhas, nas passeatas. A gente se une com os outros órgãos para combater essa violência (E. 5).*

Conforme já fora abordado, alguns dos/as entrevistados/as expuseram suas falas fazendo alusão à rede de serviços pertencentes à política social, na qual atuam. Nesse sentido, atuar em rede equivaleria a acionar os equipamentos sociais, instituições e setores mesma área. Nesta perspectiva, as reuniões e campanhas, conforme citado acima, são facilitadas por parcerias eventuais.

As parcerias são apontadas nas falas seguintes, como o meio para desenvolver essa atuação, mantendo a comunicação entre os profissionais, como também se aproximando da comunidade com vistas a desenvolver a prevenção, por meio da desconstrução dos estigmas sociais que inferiorizam as mulheres em sociedade.

*Como eu vejo que é trabalhar em rede em parceria? Veja, se eu vejo que a mulher sofreu violência eu procuro saber “a senhora vai à que posto de saúde fazer seus atendimentos habituais?” Então eu vou lá, procuro falar com a assistente social, com a gerente, ou com a enfermeira, com alguém da equipe que possa socializar o que for possível, respeitando o sigilo, para eu saber se aquela mulher já vinha apresentando um pedido de socorro para aquela unidade de saúde, se ela vinha aparecendo com mancha, ou registrado algum tipo de violência, (são lugares ótimos para a gente obter informações, as pessoas são muito colaborativas). A que ponto isso não é rede? Para mim não é pela falta dessa vinculação burocratizada, no sentido da obrigatoriedade da gente ter um retorno, não se tem essa postura (E. 6).*

*A atuação em rede é super positiva, desde que ela tenha esse funcionamento, esse trâmite, desde aquela mulher que foi para a delegacia prestar queixa, que ela tivesse uma assistência ou de um abrigo ou de um acompanhamento psicológico ou assistencial, não só a mulher, mas o homem também. Os projetos são continuados, há modificação de público-alvo ou de parceria, mas há sempre formação e criação de material educativo. Tem o trabalho educativo que a gente faz com as organizações da sociedade civil (trabalhar com pais e com os alunos) sempre em palestras com os alunos e oficinas com os pais, onde a gente acredita que vai desconstruindo (...) tentar levar novas possibilidades de conviver com as pessoas e desconstruir o conceito de machismo (E.7).*

A necessidade da elaboração e utilização de instrumentais técnicos para firmar o contato entre as diferentes instâncias sejam mediante encaminhamentos, relatórios, ofícios, revelam-se como suporte facilitador dos/as assistentes sociais e psicólogos/as. Todavia, não necessariamente, se qualificam como meio de garantir a articulação entre os serviços da Rede. Essa vinculação burocratizada, conforme abordado pela entrevistada, realiza-se através desses instrumentais, porém a articulação da Rede exige intervenções que não, necessariamente, devem ser limitada ao uso de tais instrumentos. Os projetos, em especial, o trabalho educativo, (previsto no eixo da prevenção da PNEVCM), detêm maior abrangência, tendo em vista que a introdução do debate acerca das desigualdades de gênero e, por conseguinte da violência, no âmbito escolar, fomentaria a construção de novas possibilidades de relações entre mulheres e homens. Além desse aspecto, os projetos desenvolvidos fora dos serviços facilitam a maior adesão da comunidade à determinada política e conhecimento da equipe que oferta os serviços.

*Você faz uma reunião com os equipamentos sociais, com as escolas, com o Conselho Tutelar, com os representantes comunitários (que não são os órgãos em si, mas tem uma representatividade na comunidade), então quando a gente consegue articular isso, planejar alguma intervenção que vai fazer ou discutir uma situação de uma família, evolui. A gente não consegue sozinho. A gente encaminha, a gente liga, tenta contato com alguém, mas infelizmente, a questão do trabalho em rede fica muito*

*vinculada a um profissional do outro equipamento, não fica com a equipe (E. 11).*

O destaque da fala acima se refere à vinculação da usuária com um profissional, em detrimento da equipe e serviço. É comum que as usuárias das políticas sociais vinculem-se àquele profissional que a acompanha, no entanto na ausência do mesmo, a intervenção, o encaminhamento, a viabilização de acesso a algum programa governamental, deixa de acontecer, devido à espera da concessão desse profissional. Isso ocorre não somente na dimensão da Assistência Social, em que os serviços de convivência incentivam a formação de vínculos entre usuário e assistente social, psicólogo/a, mas também nos organismos da Saúde. Na realidade, a equipe multiprofissional deve imprimir condições para a manutenção desse vínculo com todos os profissionais, respondendo às solicitações, prestando orientações e informações acerca do caso sem, contudo, personalizar a intervenção.

*É cada um estar consciente do seu papel nela. Os profissionais ficam esperando só protocolos para atuar: um fluxograma, alguma coisa formal que imponha responsabilidades, espaços, encontros. Mas, acho que para, além disso, a rede é composta pela iniciativa de cada profissional, de mobilizar e acionar a rede. Manter a rede aquecida é uma responsabilidade de todo mundo. E para mantê-la aquecida não é necessário só protocolo, porque na dinâmica do trabalho o protocolo não dá conta. Então, pra trabalhar em rede é isso, ter essa disposição de procurar a rede. Ela tá imposta, mas precisa ser acionada, se não fizer isso não vai funcionar, não vai haver encontro. A gente também está acostumada em fazer um encaminhamento para o usuário ir a um serviço e achar que está trabalhando em rede, porque tá fazendo isso; um mero encaminhamento! É um movimento que precisa continuar. Muito mais que papel, as questões são tão complexas que requer diálogo entre os serviços, entre os profissionais. Tem que estar vivo e para estar vivo tem que ter essa comunicação, esse contato (E. 13).*

Os protocolos, mencionados acima, relacionam-se às normatizações das políticas sociais, as quais têm as ações previstas Ministérios que informatizam os sistemas da política de Saúde, Assistência Social, Educação criando Tipificações, Prontuários, para serem utilizados nos atendimentos, conforme já mencionado anteriormente. Estes documentos devem, de fato, serem incorporados pelos programas e serviços de atendimento/acompanhamento sem, contudo, reduzir a abrangência da atuação aos preenchimentos dos mesmos. Isso vale também para a elaboração de encaminhamentos por serem estes instrumentais de livre utilização do profissional, cabendo a ele a forma como será empregado, em que contexto e nível de acompanhamento. O reconhecimento do lugar que ocupa nessa estrutura

organizacional e, por conseguinte, da responsabilidade que essa posição exige, expande o significado da Rede, de modo a se sentir parte desse contexto.

Nesse tópico que alude à atuação em Rede, fica evidente a necessidade da articulação entre os diferentes organismos sociais, com a finalidade de promover a aproximação entre os serviços, esclarecendo o caráter dessa atuação. Foram citados projetos de cunho continuado, como também iniciativas diversas que emergiram em decorrência de um tipo de atendimento, como da observação das demandas recorrentes à instituição. Atua-se em Rede por meio de projetos sociais elaborados coletivamente; de monitoramento continuado das ações em reuniões periódicas. Articula-se à Rede, mediante a adesão de segmentos sociais, capazes de contribuir com o andamento de um atendimento específico; a partir do diálogo e troca de informações a respeito do caso em destaque.

As redes de atendimento, como a de Saúde, a socioassistencial, de educação, dentre outras, já estão postas pelas normatizações que regem as políticas sociais. No entanto, é comum ao discurso dos profissionais que nela atuam pronunciar a necessidade de fortalecê-la ou articulá-la. Porém, antes mesmo de evidenciar esse fortalecimento, faz-se necessário consolidá-la enquanto tal, isto é, enquanto Rede de atendimento propriamente dita, exigindo desconcentração de poder, o qual deverá ser distribuído horizontalmente entre os integrantes dessa estrutura, num processo democrático de participação, avaliação e monitoramento das iniciativas promulgadas em prol das usuárias. É preciso reconhecer a necessidade de se integrar nessa Rede, de se perceber parte de um projeto maior em que as diferentes contribuições e iniciativas agregam mais valor, ampliando o alcance das medidas tomadas no quesito enfrentamento da violência. As intervenções profissionais ocorrem, segundo observações, em parceria, mesmo projetando ações continuadas. Desse modo, reúnem-se em prol de campanhas, de mutirões desenvolvendo-se em períodos específicos do calendário institucional, através das equipes multiprofissionais.

Todas essas questões incitam o debate em torno dos limites dessa atuação. Os limites são diversos, desde a própria atuação do profissional num determinado setor, no qual acredita não haver um ordenamento conjunto das ações realizadas, assim como a ausência de compromisso dos entes integrantes à Rede, além da elevada demanda de atendimentos solicitada à equipe técnica.



*o limite para mim é a motivação. Nós fazemos debates com várias áreas, mas será que incorporam? Há necessidade do compromisso de cada um de nós com a causa que é uma causa de todos. O feminismo não é o contrário do machismo, o machismo mata. O feminismo busca a igualdade entre as diferenças. É avançar com o envolvimento (E. 1).*

*Não se tem feedback. Se você me perguntar se tem interligação entre os setores eu vou dizer que sim, não vou mentir, sempre encaminho à psicóloga, tem casos que a gente vai à escola pra saber como vai o andamento daquela criança que, às vezes presencia a violência em casa. A criança está tão envolvida e nem quer mais estudar e conversar (...). Aqui, eu falo que eu posso encaminhar, contar, há uma falha na questão do feedback (...) eu resolver, eu encaminhar e não ter a resposta, não ter retorno do que aconteceu (E.2).*

A motivação, embora seja uma característica subjetiva, no contexto em que uma das entrevistadas colocou, constitui um elemento de análise pertinente a este estudo. O conjunto das características elementares atribuídas à Rede de atendimento implica na identificação do sentimento de coletividade entre os envolvidos, o que pressupõe envolvimento e motivação para se engajar nas relações complexas abarcando a violência de gênero. Mencionar a motivação no trabalho exhibe inúmeras barreiras próprias ao contexto da empregabilidade nos dias atuais, ou por assim afirmar, na conjuntura socioeconômica atual de precarização, mediante baixos salários, acúmulo de vínculos empregatícios, contratos temporários, crescimento da terceirização, elementos próprios à flexibilização do trabalho na fase da acumulação flexível, destacada no item 1 desse capítulo. O atendimento à mulher em situação de violência exige acompanhamento contínuo da situação, caso não haja permanência do profissional no serviço e, sobretudo, na equipe, haverá reduzidas possibilidades de continuidade da ação. Esse mesmo acompanhamento se desenvolve através da formação de vínculo entre o profissional e a usuária na medida em que essa última expõe a sua privacidade, tanto no desenvolver dos atendimentos, como também nas visitas domiciliares. Logo, o resultado da rotatividade da equipe técnica é negativo para o desempenho das atividades promovidas, prejudicando diretamente as usuárias do serviço. Essa ausência de garantia empregatícia coloca-se, também, como barreira ao estado motivacional de cada sujeito.

Dentre os limites citados, na fala a seguir foi mencionada uma barreira para essa atuação, no âmbito da Saúde.

*Têm muitos entraves, a atuação de cada política tem as suas dificuldades. Na saúde, por exemplo, nas maternidades, quando não é preenchido o protocolo de atendimento que tem que ser preenchido pelos médicos [...] não só os médicos, mas o pessoal da saúde que é o enfermeiro, o médico, eles não dão prioridade para preencher isso e é o que vai dar números para a gente trabalhar em cima disso (E.3).*

A notificação compulsória, a qual a fala acima faz referência, é regulamentada pelo Ministério da Saúde, através da Lei nº 1.778, de 24 de novembro de 2003. Nesta, os profissionais de saúde, da rede pública e privada, devem registrar a violência, seja qual for o tipo, cometida contra a mulher, podendo ter ocorrido na esfera doméstica, como em qualquer outro espaço. A obrigatoriedade da notificação é fundamental para reconhecer os índices de violência local, além de caracterizar as distintas manifestações dessa violência. Tais índices serão, ainda, imprescindíveis para a análise das intervenções no âmbito da saúde, contribuindo para fomentar novas ações neste campo.

Mais uma vez, é citada a necessidade de aproximação dos serviços e comunicação entre os profissionais vinculados aos mesmos.

*Então, esse limite da atuação em rede, eu vejo, que muitas vezes é a efetivação desses serviços, por exemplo, uma Casa Abrigo, eu me questiono muito para além da Casa Abrigo, o que pode ser feito? Eu sinto um limite da atuação em rede, que eu não sei até que ponto existe uma possibilidade de melhorar imediatamente (...). Nem sempre eu poderei ir a procura da equipe do posto, do CRAS, do CREAS, aí a gente dialoga por telefone (E. 6).*

As duas falas seguintes ressaltam como limites a contrarreferência e o acompanhamento da mulher quando focalizam:

*Não há a contrarreferência. Você que manda a mulher para um determinado local não sabe se aquela mulher foi, se aquela mulher não foi e as estatísticas nos mostram que as mulheres são direcionadas para um lugar e não chegam. É um grande desafio nosso é encaminhar e acompanhar essa mulher, então isso é um limite (E. 9).*

*O limite é fazer encaminhamentos, porque eu não ultrapasso as barreiras do serviço, faço só o atendimento mesmo. Então, a gente faz o encaminhamento e a mulher vai ser atendida em outro local. Ela fica vindo aqui a cada um mês, dois meses. A Rede nunca mandou retorno, na verdade ela volta aqui e vem contar o que aconteceu. (E. 10).*

Num outro viés, a contrarreferência, por sua vez, preconiza um dos princípios para a garantia do funcionamento das redes de atendimento de forma geral e, em

especial, à mulher em situação de violência. Se a proposta da organização do atendimento em Rede versa sobre o encurtamento do trajeto traçado pelas mulheres, quando partem em busca de respostas às suas demandas, espera-se o acolhimento dessa usuária em cada setor e, por conseguinte, o diálogo entre as equipes de trabalho ao se reconhecerem como parte integrante desse processo. Caso não haja conhecimento dos objetivos e funcionamento de cada serviço, pelos profissionais, conforme fora apontado na fala de alguns/as dos/as entrevistados/as, surge um limite para a atuação, qualificando a fragilidade dessa Rede. Acumulam-se, desse modo, os encaminhamentos dos quais não se obtém retorno, cabendo à mulher a repetição do relato a cada contato com um profissional diferente, postura revitimizadora.

Espera-se da atuação em Rede, o envolvimento, a motivação, o conhecimento e, sobretudo, a participação de todos os sujeitos. O próprio estabelecimento da Rede de atendimento à mulher em situação de violência já exhibe, por si só, um desafio às equipes técnicas, aos gestores, como também à administração pública. Isto porque, trata-se da articulação entre as instituições e serviços de quatro políticas diversas; é o exercício da intersetorialidade colocada no centro do debate. A partir do momento em que se observar que a Segurança Pública, a Justiça, a Saúde e a Assistência Social, lidam com as mesmas usuárias, não haverá possibilidade do planejamento de uma ação isolada. Se a ação é conjunta, necessita ser priorizada pelas equipes técnicas, assim como pela gestão.

*A comunicação é precária, essa questão de estar presa aos protocolos são coisas que engessam um pouco. Eu acho que a gente é muito demagoga quando fala em rede, mas no dia - a - dia a gente vê que poucos profissionais apostam na rede de verdade. Esforço é priorizar e trabalhar em rede é prioridade. Então, precisa fazer reuniões ampliadas com os colegas, construir coletivamente, o que é uma coisa difícil. É difícil de juntar as pessoas para fazer esse tipo de coisa (E. 13).*

Quanto ao quesito denominado de possibilidades e avanços, as explanações foram variadas, envolvendo a vontade política e maior aproximação entre os serviços, conforme segue abaixo:

*Em relação às possibilidades e avanços, o caminho está nessa articulação entre os diversos serviços, nós precisamos sensibilizar os gestores, os secretários municipais. Isso é uma caminhada que começou há muito tempo. Hoje a gente percebe que muitos homens já se envolvem (...) é dessa sensibilização masculina que nós precisamos (...) existem homens*

*(advogados) envolvidos com essa questão, levando para a prática política. Já foi constituída a Frente Parlamentar em defesa dos Direitos da Mulher na Assembleia legislativa com homens e mulheres deputados; no interior será formada essa Frente e, a partir dela que surgem alguns benefícios, como a efetivação das coordenadorias da mulher, dos conselhos, a questão da interiorização da delegacia da mulher, do regime de plantão, casas abrigo, tudo isso a partir da frente parlamentar. Só é possível avançar se esta rede não tiver muitos furos, o problema maior é entender que não podemos fazer nada sozinhos. É preciso ser política de Estado e não de governo, para que quando mude o governo, permaneça (E. 1).*

*Olha, é avançar com convênios para dar estrutura para o trabalho em todo o estado. O que precisa é continuarmos monitorando (...) acima de tudo, as capacitações. Eu acho que é o caminho (E. 3).*

As Legislações são elencadas como parte do avanço já alcançado no quesito do enfrentamento à violência contra as mulheres, contudo ainda há muito que avançar com a prevenção.

*É um avanço os debates sobre a questão, é um avanço a lei, um avanço os concursos que estão sendo feitos nas Varas especializadas, as delegacias da mulher [...] você já tem como caracterizar, como ajuizar uma violência contra a mulher e tratar dessa forma; todo o aparato social, os abrigos para as mulheres [...] o ideal é que esta mulher não precisasse chegar até aqui, se ela chega ela tem apoio aqui, de assistentes sociais, psicólogos que vão fazer a escuta, de profissionais que vão auxiliá-la, mas o ideal é que ela não devesse chegar aqui para isso e que a mulher tivesse na sua família, no seu ambiente a garantia de proteção estabelecida (E. 8).*

*Nós avançamos na medida em que nós acompanhamos essa mulher, então a gente tem que ver o que essa mulher precisa. Nós temos na Rede os profissionais; temos assistentes sociais, temos psicólogos, nós temos na saúde os médicos, enfermeiras, mas essa mulher tá solta. O avanço que a gente pode ter é no monitoramento (E. 9).*

Ao apresentar o tópico, aqui mencionado, buscou-se conhecer as possibilidades da atuação em Rede, assim como o relato dos profissionais a respeito dos avanços já alcançados no município de Aracaju, em termos do atendimento ofertado à mulher em situação de violência. Merece destaque o envolvimento de diferentes organismos, imbuídos do desejo de contribuir para o enfrentamento à violência de gênero nesta cidade, a exemplo disso retrata-se a adesão de profissionais da área jurídica, advogados, somando esforços a essa questão, ao tempo que se expande as dimensões da Rede. Os homens precisam ser inseridos nestes espaços de debates, campanhas, projetos, execução e formulação de políticas públicas para mulheres, uma vez que, não há como debater gênero, bem

como as desigualdades insurgidas nas relações sociais estabelecidas entre os sexos, excluindo o homem desse movimento, conforme trata Scott (1990). A história de cada um (mulheres e homens) é o resultado da soma das ações desempenhadas por ambos. Da mesma forma que é imprescindível a projeção de atividades e atendimentos destinados aos atores da ação, em maioria, homens.

A necessidade da inter-relação entre os profissionais, assistentes sociais e aqueles vinculados à área judicial, por exemplo, resgata uma das características da Rede que é articular as ações, profissionais e serviços em prol do atendimento às mulheres. Tal fato é expresso também no monitoramento das intervenções, exigindo, obviamente, o comprometimento da administração pública municipal, não somente da equipe técnica, embora estejam eles vinculados a esta administração. Trata-se da destinação de recursos para compor o orçamento da política para as mulheres e a ampliação dos serviços para toda a extensão do município, realização de concursos públicos, capacitações, dentre outras questões e, sobretudo, o envolvimento dos profissionais na oferta do apoio, orientação, atendimento/acompanhamento da mulher, visando à autonomia e empoderamento, como se destaca na seguinte fala:

*A possibilidade ao serviço em rede é potencializar na mulher que ela tem força, que ela tem energia e que ela consegue reconstruir a vida dela, porque apesar de todas as dificuldades do serviço público, existem pessoas empenhadas. Eu consigo perceber a possibilidade do serviço em rede. É realmente no nosso discurso enquanto profissionais de outras áreas e especialização, potencializar na mulher a vontade de viver. Muitas vezes elas dizem “ah, eu to recebendo apoio lá no CRAS, lá no CREAS (...)”, então a gente vê que apesar de tudo a pessoa sente, apesar de todo o limite do trabalho, é sentido (E. 6).*

É interessante notar que, as equipes de assistentes sociais e psicólogos/as, conseguem alcançar as metas previstas por cada programa ou serviço, no espaço micro de atuação. É neste âmbito que são elaboradas estratégias para a atuação em Rede, mesmo que não aglutinem o universo maior de profissionais, pertencentes a outros segmentos sociais. A criação de estratégias de trabalho, dentre as equipes, possibilitam o alinhamento entre os profissionais, fortalecendo as ações empregadas. Tal fato beneficia ao mesmo tempo as mulheres e as equipes, por perceberem a continuidade do atendimento e atenção devotada ao caso.

*Eu vejo alguns avanços, o curso que eu fiz abriu mais possibilidades para atuar sem esperar os protocolos virem. Então, eu vejo as possibilidades no espaço de trabalho micro, mobilizando os meus colegas ali para ver se a gente consegue avançar mais nessa possibilidade de rede. E aí, sem esperar por instâncias maiores, como a gestão, a gente no próprio local de trabalho consegue realizar umas estratégias para articular a rede, através das conversas com o Conselho Tutelar, com as Unidades Básicas de Saúde – UBS. A ideia é reunir os profissionais para se conhecerem e afinar mais o trabalho para melhor acolhimento ao usuário e possibilidades para o trabalhador. Sem a ajuda da gestão, os próprios trabalhadores estão conseguindo articular essa ação. E está sendo muito importante. Isso, com certeza trazem alguns avanços (E. 13).*

Ao finalizar esse bloco de discussão acerca da Rede de atendimento, apresentam-se os serviços acionados pela equipe e/ou gestão, os quais, de certa forma, já foram mencionados quando foi abordada a atuação em rede. Este tópico deu margem para que cada entrevistado/a apontasse os organismos sociais com os quais mantém contato e parceria.

*Nós temos vários programas com a diretoria da mulher, com a coordenação do Tribunal de justiça, e assim por diante. Com a FUNCAJU e FUNDAT, com a questão da profissionalização da mulher, da qualificação para que ela tenha autonomia (E. 1).*

A Fundação Municipal de Cultura e Turismo – FUNCAJU e a Fundação Municipal de Formação para o Trabalho – FUNDAT representam instituições fundamentais para o exercício do enfrentamento da violência de gênero. Embora não se encaixe, diretamente, a um dos eixos estruturantes da PNEVCM, estes ofertam cursos profissionalizantes, interagindo com o fortalecimento da autoestima feminina. É um meio para possibilitar a conquista da autonomia das mulheres, através da atividade remunerada. A autonomia financeira garantiria a inserção social da mulher com maior participação, além de lhe possibilitar exercer suas potencialidades.

*Eu tenho uma planilha de CRAS, de CAPS, então eu vou ver qual é o próximo passo, vou indicá-la pra ir e faço o encaminhamento. O setor criou esse encaminhamento, onde eu relato a situação, coloco o contato daqui, caso tenha alguma dúvida da localidade e quiser manter contato por telefone, o que é muito raro. A gente faz isso. Agora você pode me perguntar se dos encaminhamentos que eu fiz eu tive resposta? Eu digo 3 me deram resposta: o Centro POP, do Hospital Santa Izabel, Centros comunitários (E. 2).*

Os serviços acionados pelos entrevistados são aqueles pertencentes à Rede de atendimento à mulher, referindo-se ao trajeto que a usuária deverá percorrer em busca de atendimento. Nesse trajeto, fica clara a necessidade da articulação entre os mesmo para que essa ação não se conforme unilateralmente. Os profissionais os acionam, porém não recebem o retorno desses, impossibilitando visualizar em que instância a mulher encontra-se inserida. A dificuldade em efetivar a contrarreferência permite, inclusive, que a mesma demanda seja atendida em diferentes setores, simultaneamente. Diante disso, o compromisso e a responsabilidade de todos os integrantes da Rede de atendimento são elementos indispensáveis para o êxito da atuação dessa estrutura organizacional. O serviço acionado no contexto de um atendimento permite a mobilização da Rede, além de reafirmar as parcerias, retratando mais uma vez, a necessidade do diálogo, do compartilhamento de informações e ações coletivas.

*A área de saúde, educação (alfabetização), acho que todos, desde que tenha demanda. O SENAC (dia de beleza), trabalho, lazer (a gente faz muito passeio) (...) (E. 4).*

*Primeiro a gente vai trabalhar a situação real, ver a família, como é que ela convive e depois tem se for um caso de urgência que a gente não possa esperar (...), se for um caso de emergência, aí junta assistente social e psicóloga para encaminhar para a delegacia para a mulher ter uma medida protetiva, até que ela venha fazer o procedimento. Se ela não tiver para onde ir, não tiver como voltar para casa, a gente vê (...) (E. 5).*

*A gente aciona, então, as delegacias da mulher, as delegacias onde o homem fica preso, o Ministério Público, a Defensoria Pública, o posto de saúde, vem o CRAS, vem o CREAS (E. 6).*

Foram citados recorrentemente os CRAS e CREAS, classificados como serviços não especializados. Estes ofertam o atendimento de forma singular, isto é, atendem e acompanham às famílias em sua totalidade. O indivíduo, neste caso a mulher, que busca o atendimento nesse âmbito, será inserida no programa de acompanhamento familiar (PAIF E PAEF) e a sua demanda compreendida dentro desse universo, através de orientações individuais e em grupos de convivência. Logo, as situações encaminhadas a esses serviços são das mais diversas origens. No caso do CREAS, a violência de gênero é uma das solicitações atendidas, assim como o abuso sexual infanto-juvenil, a exploração sexual. Porém, por serem distribuídos (CRAS e CREAS) pelo município, de acordo com a territorialidade, a

proximidade da comunidade favorece a procura por orientação, justificando a denominação desses serviços, como porta de entrada da mulher na Rede de atendimento.

A parceria com as Faculdades também foram citadas como parte do conjunto dos serviços acionados pelas equipes de profissionais, tendo em vista que as mesmas ofertam acompanhamento psicológico a essas mulheres, como também aos homens autores da ação.

*A gente tem uma parceria com a FASE, com o curso de psicologia e eles estão trabalhando com grupos de homens, o executivo não abraçou, nem o estado e nem o município, a gente sabe que é provisório, mas surte um efeito super positivo de mudança de visão. É muito interessante trabalhar com esse grupo de homens. As parcerias são faculdades, os órgãos governamentais e não governamentais (E. 7).*

*Quando notificamos, imediatamente, fazemos a escuta para procurar entender o que passa nessa realidade, não para justificar a violência, mas para saber de que maneira o nosso serviço vai ser útil para aquela pessoa. Às vezes, a pessoa não precisa de abrigo, aí a gente aciona a família. A gente procura se articular com a delegacia para saber se eles já tinham conhecimento, tenta articular os CRAS para saber sobre aquela família, o que está sendo feito na localidade (E. 8).*

Na perspectiva de intervir no centro dessa problemática, ao final do ano de 2015, o Ministério Público de Sergipe criou o Programa Salve, no intuito de definir um fluxograma para o atendimento/acompanhamento da mulher em situação de violência em Aracaju, exemplificado em uma das entrevistas.

*Eu acho que o programa Salve Mulher já é um avanço, vamos ver se vai ter o resultado esperado. E as possibilidades, talvez através de uma mesa redonda onde possa reunir outros profissionais de outros serviços para a gente se conhecer, porque parece que trabalhamos em bolhas e cada um tem sua bolha. O mesmo público que a saúde atende é o público da educação, da segurança pública (E. 12).*

Este programa informatizado será alimentado com os dados de atendimento (perfil, tipo de violência, data de inserção no serviço, endereço, nome do agressor) realizado em cada serviço das diferentes políticas públicas. Essa iniciativa fomentará a reflexão acerca do andamento das ações voltadas a esse público, além de garantir a avaliação e fiscalização das mesmas por parte desse órgão. Serão cruzados os dados do DAGV e demais serviços da Saúde, Justiça, constituindo um banco estatístico, configurando a base para a elaboração de intervenções a curto e médio



prazo, assim como traçará o panorama da violência na capital do estado, inicialmente. Esta é, portanto, uma das estratégias lançadas para articular as ações em Rede.

Diante do exposto, essa é a estrutura da Rede de atendimento à mulher em situação de violência em Aracaju. Os limites e possibilidades da atuação demonstram a necessidade de avançar nessa estrutura, a fim de concretizar a proteção social à mulher, efetivando a oferta de atendimento integral.

## **CAPÍTULO III**

---

## **PROTEÇÃO SOCIAL E ATENDIMENTO INTEGRAL**

O sistema de proteção social, implantado nos países capitalistas após a Segunda Guerra Mundial, transforma a sua base, a partir dos anos de 1970 com a inauguração de uma política restritiva, a qual apara as arestas da dimensão interventiva do Estado no campo social. Anteriormente ao período sinalizado, sabe-se que diferentes modelos protetivos foram executados em países da Europa e nos Estados Unidos, visando cobrir os riscos sociais e pessoais advindos do trabalho (auxílios e pensões), como também da ausência dele (seguros - desemprego). Cada modelo exibiu particularidades e critérios em conformidade com a conjuntura socioeconômica do país e, especialmente, com os atributos adotados pelo Estado. Desse modo, a proteção social ora assumia um caráter universalista, ora focalizado. Entretanto, vale ressaltar que, o estudo aqui proposto concentra-se no conceito atribuído à proteção social, bem como ao formato assumido pela mesma, nos dias atuais, citam-se alguns dos princípios e vertentes (teorias/ideológicas) que a constitui, identificando, dessa forma, elementos básicos que estão presentes no modelo protetivo brasileiro. Ao final do capítulo, introduziu-se a discussão acerca da proteção social com vistas à oferta de atendimento integral à mulher, em situação de violência, a partir da concepção traduzida pelos profissionais em Aracaju.

### **3.1 OS DIFERENTES MODELOS DE PROTEÇÃO SOCIAL CAPITALISTA**

De forma geral, compreende-se que a proteção social consiste num conjunto de mecanismos e instrumentos que buscam promover o bem-estar da população, visando suprir suas necessidades básicas. Esses mecanismos interventivos, ora de maior provisão estatal, ora do mercado, não dispõem de uma característica uniforme quanto a sua efetivação e financiamento, uma vez que variam de acordo com o modelo de Estado adotado, com os aspectos político-econômicos conjunturais de cada país, com o grau de organização e politização da classe trabalhadora, com o estágio específico do capitalismo e com as distintas concepções teórico-ideológicas que os fundamentam. Diante dos aspectos mencionados, emergem diferentes formatos de proteção social que evoluem da motivação filantrópica e assistencialista,

alcançando o processo de viabilização de direitos sociais. Tais modelos se desenvolvem de forma diversa em consequência das particularidades políticas de cada nação, como tratam Laurell (1995), Pereira (2013).

No período disposto entre os anos 1940 e 1970, denominado dos “*anos de ouro do capitalismo*”, emerge o Welfare State ou Estado de Bem-Estar com características políticas, sociais e econômicas particulares. Esse Estado interventor desempenhava a função de regulador social, complementando as necessidades sociais, as quais não eram garantidas pela atividade remunerada. Observa-se que as primeiras intervenções de cunho protetivo, empregadas internacionalmente, especialmente nos países capitalistas desenvolvidos, eram destinadas aos trabalhadores industriais e, relacionavam-se aos riscos vinculados às funções desempenhadas pelos mesmos no âmbito da produção. A crescente pobreza, vulnerabilidades e demais expressões da questão social, tornavam-se alvo de intervenções públicas, tendo em vista o atendimento à insegurança derivada das relações trabalhistas. Nesse cenário, tais intervenções assumiam a forma de seguros sociais, os quais visavam melhorias nas relações de produção e, por conseguinte, ganhos ao capital.

É evidente que a afirmação dos direitos sociais deve ser compatível à acumulação capitalista, sendo resultante da aplicação de medidas preventivas às crises econômicas inerentes ao sistema econômico vigente, Boschetti (2010). Assim, em diferentes estágios do capitalismo, o Estado assume a função de regulador social, intervindo no campo social e econômico, simultaneamente. Ao regular os assistidos, o próprio sistema se beneficiava com os ganhos de produtividade, desse modo, as medidas protetivas desempenhavam uma função necessária à economia. Essa tendência social e econômica se manteve e, durante o Estado de Bem-Estar se amplia, tornando-se mais abrangente, como resultado das lutas sociais da classe trabalhadora organizada politicamente. Os seguros sociais que ofereciam uma cobertura aos trabalhadores, a partir desse momento passam a abranger também os indivíduos fora do mercado de trabalho, incorporando a definição de direito social atribuído às funções protetivas.

No terreno do trabalho, o fordismo direcionava a produção, qualificando-a pela fabricação em larga escala, a partir da inserção, no processo produtivo, de trabalhadores especializados nas funções exigidas pelos postos de trabalho, como foi apresentado no segundo capítulo. Equiparado ao fordismo, o pleno emprego –

proposta teórica elaborada por Keynes – configurava-se como um substrato à garantia de renda mínima à população, atrelada à oferta de serviços sociais de ampla cobertura. Por outro lado, esse recurso mínimo, era tomado como medida econômica por proporcionar a criação de um padrão de consumo, à população beneficiada, ainda que de baixa amplitude. Dessa maneira, o pleno emprego no Estado de Bem-Estar, no contexto da produção fordista, era utilizado como uma medida necessária à prevenção das crises inerentes ao capitalismo, uma vez que o consumo dessa população possibilitava o aquecimento da economia interna. Assim, haveria garantias de acúmulo e expansão do capital.

Em contrapartida, a elevação da produção e acumulação de capital só se realiza no movimento contraditório do próprio sistema, isto é, a partir do acirramento da exploração da força de trabalho o que gera mais pobreza. Dessa maneira, o próprio sistema capitalista criava condições para a organização política dos trabalhadores em defesa dos direitos sociais. Quanto mais organizada a classe trabalhadora, maiores são as possibilidades de ganhos para o campo social, uma vez que, as forças sociais em confronto exigem do Estado intervenções capazes de garantir-lhes o suprimento das necessidades sociais. Diante disso, a maior ou menor amplitude do Welfare State, isto é, a abrangência de suas funções e universalidade da cobertura dos riscos sociais depende também da correlação de forças conflitantes na sociedade, expressas na relação entre Estado e sociedade civil.

Em resposta à larga produtividade fordista, almejava-se um consumo na mesma medida, ou seja, um consumo em massa. Porém, conforme trata Boschetti (2010), quando o consumo não acompanha a elevada produtividade, se instaura uma crise de superprodução, como ocorreu em 1929. No desenrolar desse raciocínio, em meados de 1970, esse modelo de Estado interventivo apresenta sinais de esgotamento, diante da nova crise econômica que assolava os países capitalistas. Para o plano econômico, o Estado de Bem-Estar não foi capaz de proporcionar o equilíbrio financeiro, através da garantia do mercado consumidor e, conseqüentemente, da obtenção de lucratividade, já que, a pobreza, o desemprego e crescente vulnerabilidade social mantinham-se permanentemente. Logo, medidas econômicas estruturais deveriam ser tomadas na contramão desse formato amplo do Estado.

As mudanças estruturais adotadas pelas economias mundiais partem da desregulamentação das funções estatais e flexibilização do trabalho, reestruturando

a produtividade, bem como as relações de produção. Ao fragilizar as relações trabalhistas, mediante a precarização das mesmas, por meio da manutenção de contratos flexíveis, enfraqueceria as organizações políticas da sociedade civil. Esse conjunto de medidas econômicas adotadas pelos países capitalistas, embora seja aplicado como solução a crise econômica, de acordo com Laurell (1995) são, na realidade, implicações da política neoliberal.

Essa política de ajuste fiscal e transformações estruturais no trabalho promove o estreitamento da relação mantida entre o Estado e mercado em que o primeiro cria condições para a expansão do segundo, gerando implicações negativas para os ganhos sociais. O neoliberalismo vincula o acesso dos bens e serviços sociais à garantia de uma provisão mínima aos indivíduos, por meio da comprovação da situação de pobreza. Tal provisão destitui o significado de direito social, garantido pelo Estado, isto porque os serviços passam a ser mercantilizados. A proteção social, desenvolvida no formato neoliberal, gera ainda a polarização da sociedade e empobrecimento da maioria da população, que acessam os serviços de menor qualidade, diante da redução do financiamento das políticas sociais e cortes de gastos públicos.

A mercantilização dos serviços sociais ocorre no desenvolvimento de um processo conjunto com as privatizações de setores públicos, transferências das responsabilidades estatais à iniciativa privada que, dentre outros aspectos, fazem parte da estratégia ideológica desse modelo. A redução do financiamento dos serviços sociais ocasiona a precarização dos mesmos, dificultando o atendimento quanto ao quantitativo e qualidade desses. Segundo Laurell (1995, p. 168), esse fato incita a descrença nos serviços públicos

tal desfinanciamento causa sequelas de deterioração e de crescente desprestígio das instituições públicas, as mesmas que ajudaram a criar a demanda ao setor privado e a tornar o processo de privatização socialmente aceitável.

Privatizam-se também as expressões da questão social, tendo em vista que, exige das famílias o esboço de sua função protetiva natural, responsabilizando-as pelas situações de risco com crianças, adolescentes, idosos, etc. Logo, o sistema de proteção social, nos moldes do neoliberalismo, fundamenta-se na restrição de direitos sociais, ao passo que concentra as ações em programas de transferência de

renda, cujo impacto pretendido versa quanto à garantia de mínimos sociais, aos segmentos em extrema pobreza, com a função complementar à renda, num contexto de crescente desemprego. Assim, o mercado emerge como sendo o setor mais habilitado a garantir a qualidade dos serviços sociais.

Entretanto, a proteção social capitalista não se desenvolve com as mesmas características, podendo esboçar um caráter mais universal ou mais restritivo, devido a matriz teórica e tendência ideológica adotada. Pereira (2013) apresenta uma reflexão acerca das teorias em conflito que regem a proteção social, internacionalmente. Nesta apreciação, destaca a relação que serve de pano de fundo para a compreensão da proteção social, isto é, a relação estabelecida entre Estado, mercado e sociedade civil.

São três matrizes de orientação teórica que direcionam o formato que a proteção social será desenvolvida em cada país, são elas: a residual, a socialdemocrata e a socialista. A primeira, segundo a autora, corresponde à teoria funcionalista e ideologia da Nova Direita (neoliberalismo); a segunda, por sua vez, trata da teoria da cidadania (afirmação dos direitos sociais com certas contradições), e a terceira segue a teoria e ideologia marxista. A *socialdemocracia*, destacada por Pereira (2013) como um desdobramento da premissa *residual* e da *socialista*, é mais abrangente dentre os países ocidentais, sendo a perspectiva hegemônica. Sem a pretensão de desenvolver um debate aprofundado acerca das teorias e perspectivas ideológicas que fundamentam os modelos protetivos, evidencia-se nesse trabalho a presença de concepções distintas e antagônicas na formulação dos modelos de proteção social, os quais abarcarão sentenças definidoras a respeito da classificação de cada tipo, como a igualdade/desigualdade, direito/mérito.

No bojo dessa análise, observa-se a existência de tipos ou modelos distintos de proteção social, como trata Carneiro (2005), Draibe (1993) e Pereira (2013), os quais esboçam algumas dessas características já sinalizadas. O modelo denominado de *residual* busca afiançar o padrão mínimo de vida à população qualificada como incapaz ao trabalho. Dentre essa população encontram-se aqueles incapacitados por motivo de saúde ou doença, como também os que possuem potencial para exercer uma atividade remunerada, porém não são capazes de se inserirem no mercado de trabalho, devido as diversas questões pautadas na flexibilização do trabalho, na exigência de qualificação e requalificação dos trabalhadores. Cada um dos modelos se diferencia em termos de abrangência e

critérios de acesso, certamente o padrão citado é maior para os incapacitados e, menor para aqueles capazes de se inserirem no mercado de trabalho em algum tempo.

O modelo *meritocrático – particularista*, por sua vez, detém um caráter mais específico, tendo em vista que exhibe uma gama de critérios baseados na seletividade e focalização das ações no combate à pobreza. A política social, ao exercer a proteção social, tem apenas a função de corrigir as disfunções provocadas pelo mercado, Draibe (1993). Com o escopo de complementar a renda, essa perspectiva parte da premissa de que todos os indivíduos devem, com base na própria capacidade, superar as contingências sociais, identificando, assim, o teor de mérito aos beneficiários. Guiado pela regulação social, esse modelo, é aplicado por meio de práticas restritivas, que designam às políticas sociais o atendimento das necessidades da população de maneira criteriosa e seletiva. As condicionalidades impostas ao acesso aos serviços e benefícios sociais, retiram da provisão desses a afirmação de direito social, aproximando-os da concepção de favorecimento.

Afinal a meritocracia apoia-se na premissa de que as vitórias ou fracassos são responsabilidades exclusivamente individuais e de que o mérito é um eficaz mecanismo seletor entre os “melhores” e o resto. Em assim sendo, ela fica imune à crítica social e passa a ser uma unanimidade automática e pouco consciente de suas contradições (PEREIRA, 2013, p. 59).

O último modelo citado, o *socialdemocrata*, possui uma vertente mais universal com ampla cobertura, partindo da concepção de que o Estado deve prover as necessidades básicas da população, uma vez que o mercado não é capaz de atender a essa demanda. Esse modelo é adotado por grande parte dos países europeus, porém de acordo com a análise de Pereira (2013), esse sistema protetivo possui vertentes antagônicas de base reformista e revolucionária. De acordo com a mesma, há uma diversidade de autores que tratam da proteção social, a partir de perspectivas teóricas – ideológicas distintas. Ao contextualizar esse debate, Pereira (2013), situa a proteção social no capitalismo, partindo do fundamento ideológico que dá origem aos modelos protetivos.

Ao concentrar a análise no sistema protetivo denominado de *socialdemocrata*, verifica-se por meio da discussão levantada pela autora supracitada, que esse modelo de proteção social deriva-se do modelo socialista, o qual tem por base o marxismo. Ambas as vertentes que esse possui, de base revolucionária e reformista,



visam à adoção de um conjunto de medidas econômicas e sociais, com o objetivo de ofertar a proteção social à população. Entretanto, a primeira vertente utiliza a aplicação dessas medidas como meio de promover a transformação da realidade social, a partir da ação dos trabalhadores, isto é, quando estes tivessem suas necessidades básicas atendidas. A aplicação de subvenções sociais, auxílios de diversas ordens às classes trabalhadoras, gerariam, em longo prazo, condições mais favoráveis a essa população. As melhorias sociais que seriam resultantes de modificações efetuadas na legislação trabalhista, (a exemplo da diminuição da jornada de trabalho), proporcionariam condições mais adequadas no trabalho e, conseqüentemente, na vida social. Os trabalhadores, tendo suas necessidades básicas atendidas poderiam enfrentar, paulatinamente, e de maneira apaziguadora, as contradições do sistema político-econômico, visando à sobreposição do mesmo pelo socialismo.

Por meio de um processo de conscientização gradual, possibilitado através da garantia de segurança à classe trabalhadora, motivaria uma transformação social, mediante a criação e fortalecimento da sociedade civil organizada. Esta sociedade emerge, heterogeneamente, sendo expressa por meio de sindicatos, partidos políticos, associações comunitárias, dentre outras organizações e sujeitos coletivos, mais próximos ao Estado. Nessa perspectiva, o Estado torna-se permeável aos debates de ideias e a criação de espaços de consenso remetidos a uma esfera pública, aquela aglutinadora dessa nova relação estabelecida entre Estado e sociedade civil. O interesse da sociedade civil, reclamado ao Estado, promoveria reformas na estrutura desse último. A criação de partidos socialistas e a vitória no processo eleitoral seriam o meio pelo o qual se consolidaria a transição do sistema político - econômico vigente.

A segunda vertente promove essa transformação, porém de cunho reformista, amplamente firmada nos países ocidentais, como também no Brasil. A vertente reformista torna-se hegemônica com o projeto político neoliberal, abandonando o caráter revolucionário e admitindo tão somente a promoção de mudanças de teor social, no interior desse sistema. Ou seja, intervém no cenário da pobreza, mas não no processo que a ocasiona. Daí o caráter reformista. Seguindo esse raciocínio, os movimentos sociais, ou grande parte deles, abarcam o emprego de algumas mudanças e concessões à própria estrutura política – econômica, adequando-se a ela.

A corrente hegemônica afirma, nesse sentido, a manutenção da equidade<sup>11</sup>, em detrimento da igualdade, isto é a viabilização de espaço e maiores possibilidades para os desiguais. De tal medida, insurgem a elaboração de modelos protetivos baseados em políticas de transferência de renda, focalizadas na renda mínima. "A equidade, portanto, representa, para eles, o único caminho pelo qual a liberdade pode ser alcançada; o fim é a liberdade humana; o meio, a equidade social (PEREIRA, 2013, p. 238)."

Entretanto, as medidas tomadas no capitalismo só geram maiores possibilidades de manutenção desse sistema e das contradições que emergem dele. O simples fato de ele ser mantido já pressupõe o acirramento de desigualdades sociais, uma vez que, o modelo protetivo adotado neste cenário, se caracterizara pela implantação de políticas focalistas, de caráter paliativo e contraditório. É paliativa e focalista por não promover transformações reais na vida dos beneficiários, atenuando o estado de pobreza da população de baixo poder aquisitivo. Por outro lado, se efetiva num movimento contraditório por beneficiar, ao mesmo tempo, mas em medidas desiguais, os trabalhadores e a economia. Isto é, os programas de transferência de renda mínima, à população pobre, geram ganhos econômicos derivados do consumo, ainda que mínimo, dessa população, como fora abordado anteriormente. No mais, o endividamento advindo das compras a crédito, financiamento a juros elevados e empréstimos às diversas instituições financeiras, aquecem a economia e avolumam os dividendos das instituições bancárias.

Este, portanto, qualifica o sistema de proteção social capitalista. É nesse cenário desigual e contraditório que as políticas sociais são operacionalizadas e organizadas em Redes de atendimento.

---

<sup>11</sup> A igualdade e equidade são antagônicas, tendo em vista que, a primeira se realizaria em decorrência da distribuição igualitária de bens e serviços, conforme defende a premissa socialista. Em contrapartida, a equidade social pretende atender às especificidades das necessidades sociais, mediante a viabilização de igualdade de oportunidade de acesso a esses bens e serviços. A denominada igualdade de oportunidades se alicerça, especialmente, em programas redistributivos para a população, como trata Pereira (2013). No entanto, os (as) beneficiários de tais programas, assim como os (as) usuários (as) das políticas sociais, ainda que acessem esses serviços, não se inserirão na sociedade e no mercado de trabalho de forma igualitária. Para tanto, precisariam superar as condições de pobreza e demais privações sociais.

### 3.2 AS REDES DE PROTEÇÃO SOCIAL NO CAPITALISMO

Sabe-se que a hierarquização e verticalização do poder ainda mantém-se preponderante nos organismos sociais e instituições públicas, organizadas setorialmente. Isto porque, historicamente, a administração pública, assim como as empresas privadas, estruturam-se compartimentalizando os serviços e concentrando a direção dos mesmos em pequenos grupos. Porém, a própria realidade dinâmica e multifacetada, molda essa forma de organizar as ações em benefício dos indivíduos, de forma geral. É nesse contexto que a proteção social se desenvolve a partir da oferta de serviços operacionalizados, mediante as políticas sociais dispostas em rede. Esta disposição permite a integração da sociedade, comunidade, família e movimentos sociais à administração pública, através dessas políticas, fortalecendo a ação.

De acordo com Gonçalves e Guará (2010), o processo democrático amplia os espaços de participação social, integrando a população usuária na construção de políticas públicas. Essa integração fortalece a proteção social por possibilitar um espaço de elaboração coletiva com a participação dos profissionais, gestão e sociedade civil. Quando essa articulação ocorre de forma intersetorial, as possibilidades de atender integralmente às necessidades dos indivíduos, as mulheres, são mais favoráveis. Nesse movimento, a intervenção é potencializada na esfera de cada política e no conjunto delas, atribuindo novos significados à atuação dos diferentes atores sociais envolvidos. A proteção social, a qual deve ser provida pelo Estado, como afirmação dos direitos da população, é comumente relacionada à Assistência Social, destinada aos segmentos mais vulnerabilizados, contudo é essa proteção ofertada pelo conjunto das políticas setoriais, por meio dos respectivos programas e serviços, a exemplo da Saúde e Previdência Social que conformam a Seguridade Social no país.

Os segmentos sociais, inseridos nesses programas são incentivados a fortalecer a função protetiva, por meio da família, isto é da rede de apoio social, as denominadas **redes espontâneas**. Assim, a família, seja em qual arranjo se conforma, é responsabilizada por manter a proteção de seus membros, conforme fora tratado no capítulo anterior. Campos e Teixeira (2010) fazem alusão à responsabilização familiar quanto à sua capacidade protetiva, no entanto, ressaltam que nem sempre os membros familiares desenvolvem essa função, em decorrência

do estado de vulnerabilidade social e desemprego. Quando possuem a representatividade de um modelo de rede, esse agrupamento familiar deve, tão somente, contribuir com a função interventiva do Estado, não sendo responsabilizado pelas perdas e riscos sociais que vivem. Quando essa proteção é insuficiente, a família assume essa atribuição, evidenciando a relação entre a mesma, o Estado e mercado.

As mulheres, por desempenharem, historicamente, o trabalho não remunerado na unidade doméstica, garantem as necessidades básicas de todos os membros, exercem a função do cuidado ao passo que, possibilitam ao homem o exercício da atividade remunerada, externa à esfera privada, em detrimento do desempenho das próprias capacidades femininas. Logo, as estratégias, buscadas nesse espaço, por muitas vezes acabam por reforçar as desigualdades de gênero, uma vez que reafirmam as atribuições femininas e masculinas na família. O desemprego crescente repercute negativamente sobre a vida dessas mulheres por se inserirem precariamente no mercado de trabalho. Devido a esses vínculos, o acesso aos benefícios previdenciários torna-se comprometido, permitindo a inclusão das mesmas como dependentes dos companheiros ou esposos.

A cobertura dos riscos sociais, pessoais, originados pela ausência do trabalho ou em virtude do mesmo, através de auxílios e benefícios, constitui a proteção social. No Brasil, o sistema de Seguridade Social configura o pilar dessa proteção. O modelo protetivo é resultante da relação mantida entre a sociedade civil, Estado e mercado, sendo assim, a abrangência e o alcance da oferta de programas, serviços e benefícios dependerá dessa relação entre os três segmentos citados. Em períodos autoritários, a oferta de proteção social é atrelada a benemerência, pois é destituída da concepção de direito social. Em períodos democráticos, esboça um caráter universalista, embora com algumas particularidades, em decorrência da conjuntura política e econômica do país.

É nesta conjuntura que se realiza a proteção social no capitalismo, operacionalizada pelas políticas sociais. A atenção, o apoio, a orientação aos usuários dessas políticas são efetivados por meio dos projetos, programas e benefícios promovidos pelas instâncias governamentais e não governamentais. A vulnerabilidade social e risco pessoal, como também as expressões da violência, representam o alvo das ações planejadas por esses organismos sociais, com a finalidade de suprir as necessidades das famílias, usuárias dos serviços ofertados

pelas diversas políticas sociais. No Brasil o sistema de proteção social agrega algumas definições de cada modelo, isto porque se concretiza na oferta de mínimos sociais, estabelecendo critérios seletivos para acesso a programas, benefícios e serviços fragmentados, além de prescrever uma série de condicionalidades para a manutenção dos mesmos.

A proteção social em diferentes níveis de complexidade é concretizada na dinâmica da articulação das distintas redes, num movimento de cooperação das ações e envolvimento dos sujeitos que as realizam. Essa articulação fortalece as iniciativas governamentais projetadas para o atendimento das demandas da população usuária. Nesse cenário, a representatividade da sociedade civil se faz necessária, mantendo um diálogo e parceria com o poder público. É nesse campo que se projeta a proteção integral à mulher e à família, contando também com a potencialidade dessa última para oferta de apoio e desenvolvimento da sua função protetiva. No âmbito desse debate, Gonçalves e Guará (2010), salientam ainda que, a participação da sociedade civil, juntamente com o poder público, além de fortalecer os indivíduos permitem o controle, a fiscalização e o monitoramento dos recursos e das ações desenvolvidas, consolidando a proteção social integral.

No âmbito da Saúde, o conceito de integralidade do atendimento faz menção a concepção do indivíduo no contexto social em que se encontra. Parte de que o estado de saúde não se define, estritamente, na ausência de doença, mas na afirmação de uma série de fatores psicológicos, sociais favoráveis à manutenção do bem estar. Esta percepção, a que se refere o conceito de integralidade, aperfeiçoa o olhar do profissional para a totalidade da dimensão da demanda apresentada, além de admitir os processos sociais envolvidos no quadro de saúde do paciente. Já no campo da Assistência Social, a integralidade no atendimento se remete à prevenção do rompimento de vínculos familiares e comunitários e a viabilização do acesso aos direitos sociais. O Sistema Único de Saúde – SUS e o Sistema Único de Assistência Social – SUAS preveem, portanto, essa modalidade de atendimento integral: é perceber a mulher inserida no contexto social, demandante de serviços da saúde, assistência, educação, trabalho, justiça, habitação, simultaneamente.

Assim, a proteção integral, da qual se deriva o atendimento integral à mulher em situação de violência, se conformaria por meio da garantia dos seus direitos sociais na totalidade. Na esfera da Segurança Pública, o acolhimento e a atenção à efetuação da denúncia, efetivação do B. O, a mediação de conflitos, quando houver

convocações. No âmbito da Justiça, a responsabilidade com as decisões dos processos, responsabilização/punição do agressor e aplicação de medidas protetivas. Na Saúde, a prevenção desenvolvida nas Unidades Básicas de Saúde, mediante palestras informativas, a notificação dos casos de violência nos Hospitais e a função curativa. E na Assistência Social, a garantia do convívio familiar e comunitário, a inserção em serviços de convivência, segurança alimentar, programas habitacionais, acompanhamento psicossocial, proteção às crianças e adolescentes, dentre outros aspectos. Todas essas ações, no âmbito de cada política social, sendo projetadas e realizadas conjuntamente, a fim de se complementarem na garantia da prevenção, proteção, assistência e acesso aos direitos, além do combate e responsabilização do agressor.

Desse modo, prestar o atendimento integral à mulher em situação de violência exige a elaboração de diferentes estratégias de atuação capazes de se efetivarem na conjuntura atual. O empoderamento e autonomia feminina devem ser assegurados e incentivados na concretização do atendimento/acompanhamento, na relação entre profissional e a mulher.

### 3.3 AS POSSIBILIDADES DE OFERTA DE ATENDIMENTO INTEGRAL À MULHER EM ARACAJU

É no contexto das redes de proteção social que se configura a oferta de atendimento integral. Uma vez que, a dinâmica da estrutura organizacional da Rede exige, ao tempo em que facilita a operacionalização das ações interventivas, bem como a elaboração de projetos sociais, visando à complementaridade das respostas às solicitações demandadas. Desse modo, não se formula um conceito acerca dessa modalidade de atendimento, tendo em vista que o mesmo é resultante da articulação entre as políticas sociais, ou seja, uma proposta a ser elaborada paulatinamente. Seria, portanto, um fim a ser alcançado.

A integralidade do atendimento à mulher em situação de violência mobiliza diferentes sujeitos e organismos sociais no âmbito governamental e não governamental. A sua concretização dependerá de vontade política, da destinação de recursos orçamentários, do envolvimento dos profissionais formuladores e executores das políticas sociais, assim como da motivação dos mesmos. Ainda que, anteriormente, a motivação tenha sido mencionada como um dado subjetivo é ela

determinante para o êxito da atuação profissional. Isto porque, a ausência dessa premissa reduziria as chances de desenvolvimento de ações abrangentes e, sobretudo, da busca por conhecimento para especialização do exercício profissional. É claro que há um leque de questões capazes de justificar a inexistência de motivação no trabalho, a exemplo da instabilidade financeira, derivada de vínculos contratuais temporários, porém, no caso aqui tratado, o aspecto motivacional relaciona-se em maior ou menor grau com a qualificação profissional na área de atuação.

No bojo dessa análise, será apresentada a discussão a respeito dos dois últimos tópicos mencionados no formulário de entrevista: a qualificação profissional e o atendimento integral. Assim como as demais, analisadas no primeiro e segundo capítulo, os/as entrevistados/as discorreram acerca da temática abordada, expondo as impressões que possuem a respeito.

Quanto à qualificação profissional, todos os sujeitos afirmaram a importância dessa para o melhor desempenho das atividades realizadas, especialmente, no universo da Rede de atendimento. Além da graduação, os/as entrevistados/as informaram ter cursado uma pós-graduação (*lato sensu*) e, tão somente um deles, na modalidade *stricto sensu*. As especializações estão relacionadas com a área de atuação, num contexto geral e, não necessariamente, vinculadas ao cargo atual. Com exceção de uma entrevistada, a qual expôs ter sido Gênero e Raça um dos focos da sua especialização, o conjunto deles não teve aproximação com a temática em termos de conteúdo e/ou disciplina no espaço acadêmico. Quando desenvolvem a fala na perspectiva de retratar a necessidade do profissional possuir uma qualificação, fazem alusão à possibilidade de haver oferta contínua de capacitação pelas instituições, nas quais se encontram vinculados, a fim de que haja conhecimento mútuo acerca da natureza dos serviços prestados pela Saúde, Assistência Social, Segurança Pública e Justiça, corroborando para a concretização do atendimento integral.

*As capacitações são muito divididas, de acordo com as demandas do serviço. Tiveram poucas capacitações, a gente carece muito para maior conhecimento até mesmo dos outros serviços. A gente acompanha as mesmas famílias e partilha. Na mesma política os equipamentos trabalham de maneira distinta, um desconhece o serviço do outro e isso acaba distanciando. Você precisa de capacitações, de esclarecimentos, que não fique só na questão de “eu sou curiosa vou procurar saber como é. Se eu*

*não for, fico sem saber". Poderiam fazer mais vivências, um dia de articulação entre os serviços (E. 11).*

A ausência de capacitação é ressaltada aqui para o desempenho das atividades exigidas em cada instituição. Neste caso citado, a gestão de cada política social deve fomentar espaços de discussões, objetivando a atualização de cada servidor, tendo em vista que, as normatizações dos serviços e programas sociais são atualizadas frequentemente. Se no universo de uma mesma política, os servidores desconhecem o funcionamento dos demais órgãos, como já fora relatado anteriormente, a ausência de qualificação torna-se mais uma barreira para a intervenção, pois limitará a orientação, o encaminhamento e as informações necessárias para a viabilização dos direitos sociais. Dessa forma, a intervenção será fragmentada e pontual, especialmente pelas ínfimas possibilidades de continuidade. O conhecimento acerca dos outros organismos sociais remete à dinâmica de atendimento, localização, fluxograma, grupos, projetos desenvolvidos e em andamento, além da aproximação com os profissionais. Muitas vezes, a mulher atendida no Juizado de violência Doméstica, já é acompanhada com a sua família no CRAS do seu território, assim a troca de experiências e informações sobre o caso torna-se fundamental para o andamento do processo. Quando esse contato não é possível, provoca a demora na viabilização de acesso aos direitos sociais e inserção em programas de acompanhamento, como também a duplicação de encaminhamentos, oriundos de equipamentos sociais diversos, para solucionar o mesmo caso.

Outro aspecto mencionado amplamente remete à sensibilização e acolhimento, estes poderiam ou não ser alcançados, a partir da capacitação em matéria de gênero. Ambos são elencados como elementos de suma importância para o atendimento à mulher, porém ainda ausente no contexto atual:

*Nós temos profissionais qualificados, mas eles precisam ser não só qualificados, mas sensibilizados. Porque não adianta ter qualificação e não saber fazer o atendimento, fazer a escuta qualificada e não se sensibilizar com a situação da mulher; a mulher é discriminada pelo simples fato de ser mulher, por isso é tão importante a prevenção. Há uma carência muito grande, de uma sensibilização dos profissionais que fazem atendimento no dia a dia (E. 9).*

Nos eixos estruturantes da PNEVCM são previstas capacitações continuadas para os policiais, operadores do Direito, coordenadores dos programas e instituições



sociais, assistentes sociais, psicólogos/as, inseridos neste contexto. A sensibilização, vinculada à desconstrução de estereótipos lançados à mulher, é prioridade para os gestores da política para as mulheres nos três entes federativos. Os policiais são os primeiros a manterem contato com a mulher nesta situação, conduzindo-a aos passos seguintes a serem tomados para alcance da proteção. Esse contato inicial é fundamental para o andamento do processo, uma vez que se trata de uma postura, a qual poderá acolher ou desamparar.

*No último concurso da polícia, a nossa equipe foi fazer um trabalho para compor a carga horária dos trabalhos deles. A gente foi lá, fez palestras para sensibilizar. A mulher não apanha, porque vestiu saia. Muito policial feminino acredita que é a mulher que se expõe mesmo. Então, a gente tem esse trabalho de capacitar esse pessoal que vai estar na ponta. São eles que vão receber as denúncias, se não tiver o mínimo de conhecimento dos direitos das mulheres e sensibilidade [...] E sensibilidade, a gente não dá curso, não é? Agora também, diante do conhecimento, você pode despertar isso e já tem uma visão diferente (E. 3).*

*A gente não se prepara para lidar com essa nova realidade, não temos conhecimento cultural suficiente, eu digo cultural, porque estamos com tantos profissionais cheios de tabus e preconceitos. Ter essa preocupação de preparar essas pessoas para estarem lidando com aquilo, porque tudo requer um preparo, tem que ter uma vivência, conhecer a fundo, já que você trabalha numa lógica de garantia de direitos [...] brigar por isso de uma forma muito séria, mas a gente vê que isto não acontece (E. 8).*

A ausência de capacitação em matéria de gênero ou, especificamente, para o atendimento à violência de gênero pode, dentre outras questões, não se configurar como uma exigência, mesmo que, a maioria das instituições pesquisadas não se qualifique como “serviços especializados” de atendimento à mulher em situação de violência. Entretanto, a demanda recorrente poderá justificar a necessidade da capacitação. A complexidade atribuída à situação, requisitos do profissional, no âmbito do atendimento e/ou acompanhamento, atenção e cuidado. O acolhimento institucional é fundamental para a inserção da mulher, devendo ser livre de estigmas sociais e estereótipos ocasionadores da revitimização, os quais tem origem em comportamentos machistas presentes na estrutura social e, como já mencionados ao longo da pesquisa, reproduzidos através de atitudes segregadoras sexistas.

A apropriação da categoria gênero é básica para a compreensão da violência de gênero como parte integrante de um ciclo, o qual necessita ser interrompido. Observar as potencialidades e alternativas da mulher, nesse universo desfavorável, possibilitaria criação de meios para que a mesma possa alcançar a autonomia plena.

Afinal, esse ciclo possui fases distintas e, em consequência disso, aprisiona a mulher e familiares, devido à questão financeira e psicológica. Os familiares, principalmente as crianças, sofrem, ainda que direta ou indiretamente, a violência ao passo que a naturaliza. Desse movimento, formam-se adultos que por ventura irão reproduzir os papéis sociais demarcados para mulheres e homens na sociedade.

*O que eu vejo da qualificação profissional da rede, ou seja, eu vejo uma qualificação desses sujeitos profissionais (penso na rede o Ministério Público, o Tribunal, o Juizado, a Defensoria), até porque eles entendem o que é gênero, então humaniza o atendimento por mais injustas que as decisões sejam, porque não dependem desses profissionais, dependem de leis. Mas, são pessoas envolvidas na defesa e na prevenção, por exemplo, você ver uma mulher apanhando aí você luta para que a filha dela também não se torne vítima, para que aquela menina não veja aquilo como natural, parou na mãe dela! A gente não vê desrespeito, não ver chacota (...), mas se você tá lendo sobre violência de gênero, você compreende que aquela mulher ainda não chegou no tempo dela de romper aquele ciclo de violência, por medo de morrer, por dependência psicológica (E. 6).*

Uma Rede de atendimento composta por profissionais qualificados ampliaria as possibilidades do desenvolvimento do atendimento integral. E, sobretudo, a execução de ações nessa perspectiva consolidaria a Rede, articulando-a intersetorialmente.

A última questão abordada trata-se da oferta desse atendimento. Observa-se que, analisar as possibilidades de tal atendimento necessita do conhecimento acerca da violência de gênero; do significado atribuído à Rede de atendimento para, dessa forma, projetar a atuação; reconhecer os limites, possibilidades e avanços já alcançados, a partir dessa estrutura organizacional; conhecer os serviços para que sejam acionados, viabilizando o acesso aos direitos sociais; e, garantindo a qualidade dessas ações se tornaria possível atender às solicitações das mulheres em sua integralidade.

*A gente tenta, através das parcerias, porque aí no caso, tem esse atendimento à mulher que é vítima, que sofre o crime, aí a justiça vai amparar nesse sentido, vai fazer a punição do agressor. Paralelo a isso, a gente tenta contribuir para que aquela mulher possa sair daquela situação de violência, no sentido de capacitar-se e, por outro lado, a gente tenta fortalecer a autoestima dela, que é outra parceria que a gente tem com a Faculdade Pio Décimo, que é o atendimento psicológico às mulheres vítimas, só que esse, infelizmente, não teve adesão. As mulheres não iam aos atendimentos, a gente precisa repensar porque essas mulheres não vão, e outras estratégias; porque ela acha que é ele que tem que ir, já que ela passou por todo esse processo? Porque é longe da casa dela? Daí o*

*serviço teria que ser mais próximo. A gente acompanha aqui “fulana tá indo?” E a faculdade informa (E. 7).*

*A proteção tem que ser em tudo. Tem que suprir a necessidade básica imediata e a garantia de segurança pela delegacia. A gente precisa pensar numa política que não fique só na questão do judiciário, precisa se juntar, ser uma rede, um compromisso de gestores, de pauta de nossas políticas (E. 8).*

Ambas as falas ressaltam que o atendimento integral é fruto de ações conjugadas para alcance do mesmo fim. As parcerias com as Faculdades ampliam o leque da proteção, tendo em vista que mulheres e homens são acompanhados. O acompanhamento desses últimos, atrelados ao cumprimento de pena, devota um caráter diferenciado à questão, qualificando como uma medida inovadora, mas também imprescindível ao combate da violência de gênero. A desconstrução de estigmas sociais, do pensamento de ordem machista, segregador, alimentador da desigualdade de gênero, deve possibilitar o estabelecimento de relações mais equânimes, sendo esta uma postura exigida de mulheres e homens, simultaneamente. Os comportamentos sociais, incutidos em cada indivíduo determinam e reforçam as atitudes tomadas ao longo da vida, enquadrando-os em determinados espaços ou restringindo os mesmos. Logo, esse tipo de acompanhamento, ofertado pelas faculdades, partem desse princípio.

De certa forma, a maioria dos/as entrevistados/as discorreu sobre a temática, salientando questões previstas na Lei Maria da Penha, em termos da ampliação dos serviços, destinados à mulher. Vale ressaltar ainda a aproximação com as propostas encontradas na PNEVCM, principalmente, no quesito em que a Rede de atendimento é apresentada, ou seja, na oferta de atendimento, responsabilização do agressor, prevenção e proteção à mulher em situação de violência, no conjunto das diferentes políticas sociais. Todavia, essa atuação articulada configura-se numa projeção futura, num esclarecimento do que se compreende da intervenção, no contexto da violência de gênero. Projeção, porque diante das limitações para a atuação em Rede, as ações ainda não se articulam no universo dessa premissa.

É válido mencionar outro aspecto observado na fala de três entrevistados (as), nas quais a Casa da Mulher Brasileira se colocou como alternativa à oferta de atendimento integral:

*Já tem avanços, obviamente, a Lei Maria da Penha por si só já é um avanço. Elas podem buscar serviços especializados, mas eu vejo que, por exemplo, tem um projeto de ter um local que integre todos esses serviços, não se tem aqui ainda. Existem, mas desarticulados territorialmente falando. Porque já é um sofrimento tão grande (...) ela pega um ônibus para ir para a Delegacia, nesse meio tempo tem um filho para levar para escola, pode acontecer tanta coisa, então eu penso em um projeto que possa integrar a rede, num único espaço territorial, isso vai poder favorecer muito esse atendimento e a gente sabe que é uma luta essa aproximação. Aqui a gente já vê uma incipiente aproximação. Esse atendimento, em minha opinião, merece uma atenção, no sentido de alargar esses espaços, um diálogo mais aproximado (E. 6).*

*A Casa da Mulher brasileira. É possível e é concreta. Vai ter as adequações para cada estado que tem suas particularidades. Foi lançado o protocolo de funcionamento da Casa da Mulher Brasileira com fluxograma definido. Sem a Casa acho difícil, mas a gente iria focar em duas casas abrigos e tentar no entorno do território acionar a rede local com consórcio entre os municípios (E. 3).*

*A gente não tem uma Rede coesa, então a gente não sabe o que a saúde faz (...) há um projeto que exista a Casa da Mulher Brasileira, em nível de estado, para que lá a mulher encontre um serviço diferenciado. Ali a mulher vai encontrar um amparo psicossocial, de justiça, defensoria pública, então não se perde a mulher. Eu acho que a gente tem que tentar trazer esse serviço (E. 9).*

A Casa da Mulher Brasileira já é uma realidade em alguns estados brasileiros. Com a proposta de reunir os diferentes serviços, designados a atender a mulher em situação de violência num único espaço, representa um grande avanço para a Política para as mulheres em todo o território nacional. A prevenção, proteção e responsabilização do agressor seriam garantidas nesse novo equipamento social, o qual conta com a atuação de profissionais da área de Serviço Social, Psicologia, Direito, dentre outros. Dessa maneira, os procedimentos já sinalizados, a exemplo da efetuação da denúncia, Boletim de Ocorrência, atendimentos psicossociais, jurídicos, etc., passam a ser realizados nessa Casa, poupando a mulher da procura sucessiva por respostas à sua demanda em instituições variadas. Assim, reduz as distâncias entre os órgãos.

Diante do fato exposto, as metas traçadas pela Política Nacional seriam alcançadas, no quesito Rede de atendimento, por meio da implantação da Casa da Mulher Brasileira. Porém, quando os profissionais delegam a execução do atendimento à mulher, de forma integral, a esse novo equipamento, coloca em segundo plano as possibilidades de articular as redes já instituídas no município. O segundo capítulo mencionou a disposição dos serviços nessa dimensão estrutural, tanto na Saúde, como na Assistência Social, Justiça, Segurança Pública. Os

serviços são dispostos em rede, mesmo que não estejam articulados entre si. Ainda que tenham sido lançadas questões a respeito da ausência de conhecimento acerca da Rede, em nível institucional, além da precarização dos serviços e limitações para a operacionalização de ações conjuntas, a “solução” para essa problemática não se reduziria à criação de mais um serviço, mas ao fortalecimento e ampliação daqueles já existentes.

A concentração de todos estes equipamentos sociais num único espaço representará não somente um desafio às políticas públicas e, conseqüentemente, à intervenção do Estado neste âmbito, como também se tornará um instrumento de grande relevância para o monitoramento das ações de enfrentamento à violência de gênero em todo o país. Uma vez que gerarão dados, os quais subsidiarão as ações futuras que envolvem o poder público e a sociedade em geral, contribuindo para o aperfeiçoamento das ações, tornando-as mais abrangentes. Entretanto, este serviço aglutinará as ações já desenvolvidas pela Rede de atendimento composta pelos serviços não especializados, no âmbito municipal. A mulher que ingressar à Casa da Mulher Brasileira será encaminhada por um serviço, não necessariamente, destinado a este público específico.

*A demanda que a mulher apresenta não é única. Uma única política não vai dá conta de ofertar os serviços de forma a contemplar as necessidades daquela mulher eventualmente. Eu presto orientação, atendimento, encaminho para um benefício e encerrou aqui? Não, de forma alguma. A mulher depende financeiramente do marido, então ela tá precisando de que? Da política de trabalho, então eu faço um encaminhamento. Exige uma articulação bem maior que a gente pode executar num simples órgão, numa simples política. O atendimento integral bate de frente com nossas limitações, com as possibilidades e avanços para que possa vir a acontecer. Nesse momento são tantas barreiras que a gente vem vivenciando que é até difícil de vislumbrar isso. Como a gente consegue garantir esse direito numa conjuntura adversa? Por onde tem que começar, será que pela educação? Como a gente desconstrói esses conceitos que estão se repetindo e, de certa forma, legitima esse tipo de violência? (E. 12).*

Todos esses questionamentos são presentes na rotina de trabalho de muitos assistentes sociais e psicólogos/as, os quais se qualificam como sujeitos articuladores dos serviços, dispostos em Rede, devido à própria dinâmica dos atendimentos. A oferta do atendimento na integralidade das necessidades da mulher, em situação de violência, ainda representa um grande desafio, uma vez que depende da efetividade da Rede. Em vista disso, a articulação é sempre mencionada como ponto de partida, uma vez que os profissionais de diferentes

áreas não concebem a possibilidade de oferta de atendimento na esfera de um único serviço.

*É você tentar suprir da maior forma possível à necessidade. A gente vai trabalhar mediação, para saber que situação é essa, saber para onde vai encaminhar, se foi atendida no outro local. Você trabalhar de forma integral é isso. Conseguir desenvolver trabalhos, grupos, evoluir, que você consiga dá resposta à comunidade, os direcionamentos corretos, articular a rede. Se for a questão da vulnerabilidade, da alimentação, ela vai ser encaminhada para a segurança alimentar. Se for o desemprego que ela tá passando, então tem que ter curso de capacitação. E ela vai ser absorvida no mercado de trabalho? De que forma vai superar isso? É dá respostas (E. 11).*

O conteúdo de uma das entrevistas ressalta, além da comunicação entre as políticas, o envolvimento da usuária, a principal protagonista da ação, quando é acionada a Rede, na construção do pacto, ou seja, na definição de estratégias objetivando solucionar a demanda.

*Isso é um grande desafio, às vezes é um conceito tão distante. Concretamente, como é que isso acontece? Eu não vejo como isso acontecer fora dessas questões, da rede se comunicando, dos profissionais tratarem o usuário como protagonista nessa situação, ter possibilidades de acompanhar, dar um suporte, mas a decisão é do usuário e é bom que ele saiba disso. Eu acho que passa por isso, por uma rede de serviço que consegue trabalhar em conjunto inclusive com a usuária, fazendo pactos, numa relação horizontal estabelecida com a usuária (E. 13).*

Nesse sentido, faz-se necessário o desenvolvimento da proteção social para a oferta de atendimento integral à mulher em situação de violência. Esta proteção é realizada no âmbito das políticas sociais, através dos diferentes níveis de complexidade. O ponto de partida é compreender que cada intervenção necessita ser complementada com iniciativa, com envolvimento e participação, desde a elaboração do diagnóstico social à efetivação do atendimento. Para tanto, a comunicação entre os atores desse processo deverá ser facilitada e incentivada, assim como a participação da comunidade na formulação das intervenções. É a firmação de um pacto com a usuária, conforme foi salientada na fala acima, a base para o desenvolvimento de ações que atendam as reais demandas das mulheres que buscam os serviços na Rede de atendimento, sendo as ações avaliadas e monitoradas continuamente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A hierarquização entre os sexos define a relação construída desigualmente. A identificação das manifestações dessa desigualdade emerge da categoria gênero, do significado atribuído ao masculino e ao feminino. Para cada um desses polos, são resgatadas características de ordem biológica, centradas no sistema reprodutivo, orientadoras da definição das funções e papéis sociais designados a mulheres e homens, os quais tendem a favorecer a estes últimos, nas esferas pública e privada. É imprescindível, portanto, analisar a violência de gênero através da observação dos aspectos políticos – ideológicos e econômicos conjuntamente, compreendendo o fenômeno no contexto de uma relação de poder. A partir desse pressuposto, verifica-se a inter-relação da categoria gênero com temáticas mais abrangentes, a respeito do trabalho e família. Embora, cada perspectiva de análise detenha algumas limitações, não há como não mencionar as conexões estabelecidas entre as mesmas.

Os modelos organizacionais do trabalho nas distintas fases do capitalismo foram predominantes em toda a pesquisa, dentre outras questões, por se reconhecer que é neste sistema que as desigualdades sociais, como também de gênero são acirradas. A divisão sexual do trabalho e a divisão social na família são fontes de um mesmo processo e, são os estudos feministas capazes de comprovar essa divisão. A crítica ao denominado trabalho produtivo e ao trabalho improdutivo esclarece que ambas as atividades são articuladas entre si, porém o trabalho improdutivo é a modalidade que determina o tipo de vinculação da mulher no mercado. O período em que a mulher conquistou espaço no mercado, equivaleu ao momento das transformações nas formas organizacionais do trabalho internacionalmente. A flexibilização do trabalho, através da ótica de gênero, não promoveu somente a precarização dos vínculos contratuais, aumento da terceirização, mas, em contrapartida, possibilitou o reforço ao trabalho doméstico feminino.

Os homens gozam de certa liberdade para desempenhar as atividades fora do espaço familiar, justamente por ainda se beneficiarem do contrato sexual, que dispõe sobre a domesticidade feminina, isso é, a responsabilidade da administração das funções domésticas, necessárias ao funcionamento da dinâmica familiar, delegadas e assumidas privativamente pela mulher. Tendo em vista a manutenção

dessa divisão social na família, o trabalho feminino é precarizado. Essa flexibilização emprega um maior quantitativo de mulheres, uma vez que essas são mais propensas a firmarem acordos temporários e de apenas um turno, a fim de adequá-los às jornadas extras desempenhadas. Assim, no domínio do trabalho a ideologia patriarcal é incorporada, com vistas à organização de cargos, carreiras e salários para trabalhadores femininos e masculinos.

Ainda que se considerem incompatíveis, as atividades realizadas tanto nos âmbitos público e privado vem sendo desenvolvidas por considerável parcela da população feminina. Nesse quesito, os avanços e conquistas das lutas feministas possibilitaram essa realidade, através da pressão exercida sobre o Estado para a criação de creches, escolas em tempo integral e demais espaços de cuidado devotados às crianças, diminuindo a “carga” das atribuições femininas, diante da inexistência de distribuição igualitária de papéis familiares.

Todavia, a desigualdade de gênero e a violência não concentram suas origens tão somente na desigualdade econômica, mas também nos padrões culturais e sociais. Os aspectos socioeconômicos são agravantes a essa situação, especialmente, porque a independência feminina, bem como uma posição social mais favorável das mulheres, desencadearia uma série de alternativas à superação da condição de violência. Entretanto, políticas redistributivas, de transferência de renda são insuficientes, caso não estejam diretamente vinculadas a um sistema de proteção social mais amplo que favoreça a garantia de direitos sociais, assim como a afirmação da identidade de grupos étnicos, da questão da sexualidade, atendendo as múltiplas necessidades do agrupamento diverso de mulheres. A geração de renda promove o combate à pobreza, todavia caracteriza-se como uma política focalizada, de caráter emergencial. As intervenções neste âmbito necessitam incorporar a perspectiva emancipadora, concebendo as mulheres como sujeitos históricos, sociais, promovendo a extensão da cidadania.

Dentre a população pobre, a diferença da renda entre mulheres e homens não é tão perceptível quanto, por exemplo, àquela observada entre mulheres pobres e de classe média e alta. Assim, recorre-se a adoção da perspectiva de gênero em todas as ações governamentais e não governamentais, objetivando promover a redução das diferenças entre os grupos sociais e, especificamente, entre as mulheres, como trata Farah (2004). Esse é o caminho traçado, desde a década de 1980, para a consolidação da transversalidade de gênero nas políticas públicas, um



grande desafio para a execução das mesmas nos municípios. Nesse percurso, a ação interventiva do Estado foi fundamental para a garantia dos direitos das mulheres, porém poderá ser de maior ou menor abrangência em decorrência da conjuntura política - econômica do país.

Ao considerar que a maioria das mulheres, em situação de violência no país, segundo as pesquisas divulgadas de âmbito nacional, é pobre e possui baixa escolaridade, as medidas para o enfrentamento à violência necessitará colocar em funcionamento um leque de propostas a serem promovidas por uma estrutura em Rede. Intervenções de cunho preventivo, educativo, de responsabilização, punição atreladas a políticas redistributivas e, sobretudo, de garantia de acesso aos direitos sociais. É a redução das diferenças entre mulheres e homens, quanto à inserção social, um caminho para a afirmação da autonomia e empoderamento feminino, qualificando-se como um processo resultante desse conjunto de intervenções. Neste caso, a realização dessas, em Rede, torna-se uma alternativa mais viável.

As Redes de atendimento estão regulamentadas nas normatizações das políticas setoriais, porém essa determinação não é suficiente para garantir o funcionamento de cada uma delas. A gestão municipal é um componente fundamental e nem sempre facilitador, afinal precisaria se envolver inteiramente com a questão, priorizando recursos orçamentários para as intervenções neste campo, além de promover concursos públicos, capacitações continuadas para os técnicos e servidores, a fim de sensibilizá-los quanto à violência de gênero e, sobretudo, possibilitar um intercâmbio entre os diferentes setores das políticas sociais. Outro aspecto relevante trata da priorização da atuação em Rede pelos sujeitos partícipes. Se as propostas necessitam ser construídas coletivamente, é preciso viabilizar um espaço de discussão continuada, de troca de conhecimento e experiência, a fim de que as metas traçadas sejam alcançadas e a política seja ofertada integralmente. Para tanto, demanda tempo e envolvimento, além da continuidade dos programas e projetos sociais executados no município.

Pôde-se inferir, a partir das entrevistas realizadas que, entre os fios que formam a Rede de atendimento à mulher em situação de violência em Aracaju, alguns pontos encontram-se frágeis por conta da ausência de conhecimento acerca dos serviços destinados a esse público. Além disso, as políticas sociais são executadas de forma fragmentada, setorializada o que, de certa forma, produz um resultado negativo para o acompanhamento, atendimento ou andamento dos

processos judiciais, uma vez que, devido a essa situação pode ocorrer da mesma demanda ser atendida em mais de uma instituição, simultaneamente.

No bojo dessa questão, surge o grande desafio de atuar intersetorialmente, já que são quatro as políticas formadoras do tipo de Rede aqui analisado. Embora haja a fragilidade em tecer essa Rede, cada estratégia de ação, encontrada no âmago da Saúde ou da Assistência Social, é capaz de costurar novos nós à medida que ocorra maior adesão de profissionais comprometidos com a atuação nessa estrutura organizacional. A Rede de atendimento à mulher em situação de violência é uma proposta relativamente recente, tendo em vista que a Política Nacional de Enfrentamento a Violência Contra as mulheres é datada de 2011, logo os resultados dessas ações serão alcançados processualmente.

Todavia, como o objetivo da pesquisa girou em torno das estratégias encontradas pelos para articular as ações na Rede, visando à oferta de atendimento integral às mulheres em situação de violência, verificou-se que as limitações impedem das possibilidades de execução da proteção integral à mulher. Atender as solicitações na integralidade exige um esforço múltiplo e coletivo, logo, a Rede articulada. A comunicação e efetivação dos encaminhamentos foram as principais limitações apresentadas pelos profissionais, questões iniciais no funcionamento de uma Rede de atendimento. Desse modo, não há garantias de que a trajetória percorrida pela mulher, em busca de respostas à demanda apresentada, foi reduzida. A partir desses pressupostos, surgiram dois problemas colocados separadamente nas entrevistas: atuar em Rede e a oferta de atendimento integral. Contudo, o entendimento acerca de ambas as questões permite compreender que essas duas sentenças são imprescindíveis para o alcance de resultados positivos no quesito enfrentamento à violência. Esse tipo de atendimento integral é resultante dessa atuação, não devendo ser analisado de maneira distinta.

A ausência de qualificação, em matéria de gênero, apresentada como hipótese desta pesquisa, confirma-se como limitação para o alcance dos resultados das intervenções empregadas, percebida até mesmo no modo de definir um conceito referente ao termo. A importância dessa qualificação esteve presente na fala de todos/as entrevistados/as, sugerindo, inclusive, momentos de “vivências”, em que os serviços especializados pudessem apresentar situações, realizar direcionamentos, orientações, compartilhar experiência e fomentar debates acerca dos fundamentos que regem a violência de gênero, para os demais equipamentos

sociais. Essa proposta, além de ser mais viável, tendo em vista a ausência de capacitação técnica ofertada pelos órgãos da administração pública, aproximaria os serviços, fortalecendo a Rede de atendimento.

Atuar em Rede, para os profissionais entrevistados, corresponderia à complementaridade das intervenções, a facilitação do ingresso da mulher nas demais instituições e serviços de atendimento, o acolhimento livre de estereótipos, a elaboração de propostas de ação sem se limitar aos formulários, preenchimento de prontuários e demais documentos oficiais do governo destinados às políticas setoriais. Acrescentaria a essas proposições a participação das usuárias em todas as etapas do acompanhamento, avaliação e monitoramento das ações. No entanto, as possibilidades dessa atuação em prol do atendimento integral ocorrem no espaço micro, no interior das equipes de trabalho, sendo mais abrangente no universo de uma mesma política. O resultado dessas ações só pode ser verificado no acompanhamento familiar e/ou individual e em campanhas organizadas pelos diversos organismos de uma mesma área.

Já na gestão da política municipal, pelas vias da Coordenadoria Municipal, assim como da Coordenadoria no setor judiciário, os projetos se desenvolvem com a participação de diferentes segmentos e instituições governamentais, mediante parcerias eventuais. Se a ação é preventiva, sendo o público-alvo estudantes das escolas municipais, a interlocução só ocorrerá com a Educação. Já, se o objetivo versa quanto aos direitos sexuais e reprodutivos, a Saúde será convidada a participar da execução, sempre a convite dos organizadores do evento. Em contrapartida, o Conselho Municipal de Direitos das Mulheres, busca resgatar os sujeitos dessa Rede, reformando esses nós desgastados com possibilidades de sucesso dentro do formato de um Conselho de Direitos. A própria constituição do mesmo possibilita dar margem a essa questão, pois necessita ser composto por representantes de todas as políticas sociais, partindo do pressuposto de que a violência de gênero motiva a ação coletiva dos profissionais, dos movimentos sociais e sociedade civil para o enfrentamento dessa prática. Assim, fomentar o debate, em torno da questão e dos direitos femininos com os diferentes segmentos sociais, promove um alinhamento de ideias a respeito das causas desse tipo de violência, além da reflexão acerca da prática, ou seja, da atuação de cada profissional nos setores em que se encontram inseridos. Esse exercício facilita ainda a afirmação de

novas parcerias e a realização de eventos, no âmbito da temática, incentivando a ampla participação.

Quanto aos profissionais, observou-se que aqueles inseridos na política de Saúde e de Segurança Pública possuem maiores limitações para contextualizar a situação da violência de gênero, bem como de articular os profissionais das demais áreas. Agem em caráter pontual, oferecendo respostas rápidas à demanda apresentada, exigidas pelos Hospitais, prontos-socorros e Delegacias. Supõe-se que o quantitativo elevado de atendimentos e a rotatividade dos mesmos promovem essa postura. Já na Assistência Social, como também na Justiça há uma atenção diferenciada. Na primeira, por atender a todos os públicos, priorizando o acompanhamento familiar continuado e serviços de fortalecimento de vínculos para todas as faixas etárias, gerando oportunidade para conhecer todas as fases do atendimento, no contexto da totalidade. Na segunda, embora a quantidade de processos seja elevada, é exigido um aprofundamento teórico e aperfeiçoamento técnico para elaboração dos estudos e pareceres sociais. Não há intenção de discutir prazos, nem tampouco o perfil de cada entrevistado, todavia a realização das entrevistas, contatos informais e visitas técnicas possibilitaram essa análise de que assistentes sociais e psicólogas na Justiça e na Assistência Social lidam com a violência de gênero de maneira diferente.

São muitos avanços na área da Saúde referente à atenção integral à saúde da mulher em todas as faixas etárias, assim como da execução do Projeto de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual. Na Assistência Social com as ações desenvolvidas pela Coordenadoria Municipal de Políticas para as Mulheres e Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres, buscando fomentar discussões, espaços de debates, firmação de parcerias com as Universidades, na perspectiva de construir propostas coletivas para o enfrentamento à violência de gênero, além dos acompanhamentos nos CRAS e, especialmente nos CREAS, porém ainda há muito que se propor nesta perspectiva.

As iniciativas devotadas ao esclarecimento quanto às desigualdades de gênero, no domínio de cada política, junto à população usuária, é imprescindível para o empoderamento feminino. Não é somente a Educação a política responsável por tratar da igualdade na divisão social na família e reconstrução dos papéis sociais de gênero. A consolidação de uma Rede de atendimento à mulher em situação de violência já esclarece a necessidade da oferta da proteção social na integralidade,

as barreiras que se sobrepõem a essa questão estão mais vinculadas ao funcionamento das redes específicas, setoriais, isto porque a Rede de atendimento à mulher encontra-se em construção. As redes primárias, movimentalistas e comunitárias serão parceiras dessa Rede mais ampla e institucional, uma vez que a prevenção é a iniciativa que merece destaque nesse contexto em que valores sociais e culturais estão presentes, definindo os estigmas sociais aplicados às mulheres.

A qualificação profissional é imprescindível para o melhor desenvolvimento das ações na Rede de atendimento, assim como é fundamental para a elaboração de novas iniciativas de enfrentamento da violência de gênero. As estratégias para proporcionar a articulação entre as instituições, visando ofertar a proteção e atendimento integral à mulher em situação de violência, não depende somente dessa questão, mas do conjunto de proposições que dão significado a uma Rede de atendimento, seja ela qual for. Essa qualificação é indispensável para a efetivação da proteção e atendimento integral à mulher, no entanto esbarram nas consequências da flexibilização do trabalho, em questões políticas e orçamentárias. Logo, são as equipes de trabalho e gestão das políticas sociais, responsáveis por provocar o alinhamento dessa Rede e, de cada rede específica, primeiramente, para a partir daí realizar uma articulação mais ampla em prol da Rede de atendimento à mulher em situação de violência.

Assim, antes de proferir críticas a respeito do funcionamento da Rede de atendimento, é de suma importância observar o que cada sujeito desse processo tem a oferecer no cenário de uma rede. A qualificação profissional auxiliaria na desconstrução das barreiras culturais, as quais poderiam ser transpostas com a apropriação das categorias, fundamentos, origens da violência de gênero. O resultado dessa apropriação incentivaria a elaboração de novas estratégias para a aproximação entre os serviços, obtenção do retorno das ações desempenhadas, a elaboração coletiva de propostas, possibilitando encontros frequentes entre os profissionais e gestão, que vão além de parcerias, objetivando formular propostas que se somam. À oferta de atendimento integral é uma meta ainda distante de ser atingida, pois o trajeto construído com vistas a esse fim ainda se pauta em práticas pontuais, fragmentadas de atendimento imediato às necessidades da mulher.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, V. **Rede: uma abordagem operativa**. Disponível em: <<http://www.rits.org.br/redesteste/rdtmesmar2007.cfm>>. Acesso em 03 de Maio. 2015.

AULETE, Caldas. **Dicionário Aulete de bolso da língua portuguesa**. Coleção L&PM POCKET. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011. v. 930.

BADINTER, Elisabeth; RIBEIRO, Vera (Trad.). **Rumo equivocado: o feminismo e alguns destinos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: a experiência vivida**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BIROLI, Flávia. O debate sobre a pornografia. In: **Feminismo e política**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 131 – 138.

BOSCHETTI, Ivanete. [et al.] (orgs). **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

BOURDIEU, Pierre. A violência simbólica. In: **A dominação masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **Concepção De Rede Intersetorial**. Setembro-2001. Disponível em: <<HTTP: <http://www.uepg.br/nupes/intersector.htm>>. Acesso em 27 de maio de 2015.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Rede de Atendimento à Violência contra as Mulheres**. Brasília, DF, 2011.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília, DF, 2011.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei Maria da Penha**. Lei 11.340, 07 de agosto de 2006.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei do Feminicídio**. Lei 13.104, 09 de março de 2015.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Brasília: Ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

CAMPOS, Marta Silva. TEIXEIRA, Solange Maria. Gênero, família e proteção social: as desigualdades fomentadas pela política social. **Rev. Katálisis**. Florianópolis, v. 13 n. 1 p. 20-28 jan./jun. 2010.

CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira. **Programas de proteção social e superação da pobreza**: concepções e estratégias de intervenção. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte: UFMG, 2005. 332p.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de; NETTO, José Paulo. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

CASTRO, Mary Garcia. Marxismo, feminismos e feminismo marxista – mais que um gênero em tempos neoliberais. In: **Dossiê**: crítica marxista. n. 11, 2000. P. 98-108.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

CCPM, Coordenadoria de Política Públicas para as Mulheres. **Lei Maria da Penha**: um assunto para homens e mulheres. Sergipe. s/d.

COSTA, Ana Alice Alcântara. Trajetória e perspectiva do feminismo para o próximo milênio. In: **Metamorfoses gênero na perspectiva interdisciplinar**. (Orgs) E. Passos, A. Macedo. Coleção Barhamas U E. Salvador, 1998.

DRAIBE, Sônia Miriam. Welfare State no Brasil: características e perspectivas. **Caderno de Pesquisa** n. 08. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – NEPP. São Paulo: UNICAMP, 1993.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Políticas públicas e gênero. In: **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Especial da Mulher; Secretaria do Governo Municipal. Tatau Godinho (org.). Maria Lúcia da Silveira (org.). São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. 127 – 142.

GIDDENS, Anthony. Introdução. In: **As consequências da modernidade**. São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991, p. 11-60.

GONÇALVES, Antônio Sérgio. GUARÁ, Isa Maria F. Rosa. Redes de Proteção Social na comunidade. In: **Redes de Proteção Social**. Coordenação da publicação Isa Maria F. R. Guará -- 1. ed. – São Paulo : Associação Fazendo História : NECA - Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010. -- (Coleção Abrigos em Movimento). p. 11 – 29.

GROSSI, M. Pillar. “Feministas históricas e novos feminismos no Brasil”. In: **Feminismo e gênero**. Brasília: Revista Sociedade e Estado, VII, n. 2, jul/dez. 1997.

GUARÁ, Isa Maria F. Rosa. Proteção integral em redes sociais. In: **Redes de Proteção Social**. Coordenação da publicação Isa Maria F. R. Guará -- 1. ed. – São Paulo : Associação Fazendo História : NECA - Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010. -- (Coleção Abrigos em Movimento). p. 41 – 52.

HARVEY, David. Do fordismo à acumulação flexível. Teorizando a transição. In: **Condição Pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1996. p. 135-183.

HIRATA, H. Polarização das qualificações ao modelo da competência. In: FERRETI, Celso et. Al. (Org.) **Novas Tecnologias, Trabalho e Educação**. Petrópolis: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. Tecnologia, qualificação e divisão sexual do trabalho. In: **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. p. 197-220.

HUMPHREY, John. Métodos japoneses e operários da produção evidências a partir da América Latina. **Cadernos de Sociologia**. v. 4, nº 4, 1992, p. 98-128.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2010.

LAURELL, Asa Cristina (org). Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: **Estado e políticas sociais no liberalismo**. São Paulo: Cortez, 1995.

LISBOA, Tereza Kleba; PINHEIRO, Eliane Aparecida. A intervenção do Serviço Social junto à questão da violência contra a mulher. **Katálise** v.8 n. 2 julho/dez 2005 Florianópolis SC 199- 210.

MARTELETO, Regina Maria. SILVA, Antonio Braz de Oliveira e. **Redes e capital social**: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. Ci. Inf., Brasília, v. 33, n. 3, p.41-49, set./dez. 2004.

MARTINHO, Cássio. **Redes**: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização. 1. ed. WWF-Brasil: Brasília, 2003.

MIGUEL, Luís Felipe. BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MOTA, Ana Elizabete. Crise contemporânea e as transformações na sociedade capitalista. In: **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: UNB/CEFESS/ABEPSS, 2009. p. 1 - 19.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método da teoria social. In: \_\_\_\_\_. Brasília. CEFESS/APEPSS, 2009. p. 67 - 70.

NEVES, Marília Nogueira. **Rede De Atendimento Social**: uma ação possível? Revista da Católica, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 147-165, 2009. Disponível em: <<http://www.catolicaonline.com.br/revistadacatolica>>. Acesso em: 15 ago 2015.

OSTERNE, M. S. F. **Família, Pobreza e Gênero**: o lugar da dominação masculina. 1. ed. Fortaleza: EDUECE, 2001.



PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção Social no Capitalismo**: contribuições à crítica de matrizes teóricas e ideológicas conflitantes. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília/UnB, 2013.

PEREIRA, Julia Rossato Oliveira. SANTOS, Moacir José dos. INOCENTE, Nancy Julieta. As redes, seus desafios de implementação e o desenvolvimento sustentado. **Latin American Journal of Business Manegement**. v. 2, n. 2, p. 54-68, jul/dez/2011, Taubaté, SP, Brasil.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20**: taylorismo, fordismo e toyotismo. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ROSALDO, Michelle; LAMPHERE, Louise. **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ROY, Lise. **O modo de ser mulher trabalhadora na reestruturação produtiva**. Campinas/SP: Atlas, 1999.

SACKS, Karen. Engels Revisado: a mulher, a organização da produção, e a propriedade privada. In: ROSALDO, M. Z. **Mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 185-205.

SAFFIOT, Heleith I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. Coleção Brasil Urgente.

\_\_\_\_\_, Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu** [online]. 2001, n.16, pp. 115-136. ISSN 1809-4449.

SORJ, Bila. Trabalho, gênero e família: quais políticas sociais? In: **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Especial da Mulher; Secretaria do Governo Municipal. Tatau Godinho (org.). Maria Lúcia da Silveira (org.). São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. 143 – 148.

SCOTT, W. Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul/dez. 1990.

SCHUTZ, Fernanda. MIOTO, Regina C. T. Intersetorialidade e política social: subsídios para o debate. **Sociedade em Debate**, Pelotas, 16(1): 59-75, jan.-jun./2010.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1995.

WASELFISZ J.J. **Mapa da Violência 2015**: Homicídio de mulheres no Brasil. 1. ed. Brasília: FLACSO Brasil, 2015.

## APÊNDICE 1. TERMO DE CONSENTIMENTO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
MESTRADO



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – PROFISSIONAIS

**Tema de pesquisa:** A Rede de atendimento à mulher em situação de violência.

**Pesquisadora responsável:** Silvia Catarina Dourado Vasconcelos.

**Orientadora:** Dr<sup>a</sup>. Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves.

Venho por meio deste, solicitar a sua participação nesta pesquisa, através do fornecimento de informações que serão coletadas por meio de entrevistas e servirão de subsídios para o debate acerca da afirmação dos direitos das mulheres. É válido ressaltar que a participação no estudo não é obrigatória, ficando o profissional livre permanecer ou desistir em qualquer fase da pesquisa.

Tal pesquisa faz parte do estudo desenvolvido no curso de Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe e tem por objetivo analisar a forma como os sujeitos (coordenadores e equipe técnica) articulam os serviços da Rede de atendimento à mulher em situação de violência para oferta de atendimento integral a este público mencionado, estando restrita ao município de Aracaju-SE.

Asseguro que as informações serão utilizadas, exclusivamente, para fins de pesquisa e, a identidade de cada profissional participante, não será mencionada, apenas os dados ofertados, bem como a área que atua e o perfil traçado (idade, sexo, vinculação).

Eu, **Silvia Catarina Dourado Vasconcelos**, responsável pela realização da pesquisa, asseguro que as informações desse estudo serão, exclusivamente, para fins de pesquisa.

\_\_\_\_\_  
Mestranda em Serviço Social UFS

Eu, \_\_\_\_\_, (profissional) que atua no \_\_\_\_\_, declaro que entendi os objetivos da pesquisa, aceitando contribuir com a realização do estudo.

Assinatura: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_.

## APÊNDICE 2. FORMULÁRIO PARA ENTREVISTAS

- Concepção de violência de gênero e tipos enfrentados nos serviços;
- Concepção de Rede;
- Atuação em Rede;
- Limites da atuação em Rede;
- Possibilidades e avanços;
- Serviços acionados pela equipe e gestão;
- Qualificação profissional;
- Atendimento integral;

APÊNDICE 3. QUADRO DEMONSTRATIVO DOS SERVIÇOS DA REDE EM ARACAJU

ÁREA	SERVIÇOS
<b>ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• CRAS Jardim Esperança</li> <li>• CRAS Antônio Valença Rollemberg</li> <li>• CRAS Benjamim Alves Carvalho</li> <li>• CRAS Santa Maria</li> <li>• CRAS Madre Tereza De Calcutá</li> <li>• CRAS Enedina Bonfim Dos Santos</li> <li>• CRAS Prof. Gonçalo Rollemberg Leite</li> <li>• CRAS Terezinha Meira</li> <li>• CRAS Porto D'Anta</li> <li>• CRAS Coqueiral</li> <li>• CRAS Risoleta Neves</li> <li>• CRAS Pedro Averan</li> <li>• CRAS Dr. Carlos Fernandes De Melo</li> <li>• CRAS Carlos Hadman Cortês</li> <li>• CRAS João De Oliveira Sobral</li> <li>• CREAS Maria Pureza</li> <li>• CREAS São João de Deus</li> <li>• CREAS - São Cristóvão</li> <li>• Conselho Municipal dos Direitos da Mulher</li> <li>• Coordenadoria Municipal de Políticas para Mulheres;</li> <li>• Coordenadoria Estadual de Políticas para Mulheres</li> <li>• Casa Abrigo Núbia Paiva</li> </ul>
<b>SEGURANÇA PÚBLICA</b>	Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis (DAGV) Instituto Médico Legal – IML
<b>JUSTIÇA</b>	<p>Tribunal de Justiça de Sergipe - Coordenadoria das Mulheres</p> <p><u>Fórum Gumersindo Bessa</u> (11º vara) Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher</p> <p>5ª Vara Criminal (Júri) – crime contra a vida</p> <p>8ª Vara Criminal (Júri)</p> <p><u>Fórum Olímpio Mendonça</u></p> <p>7ª Vara Criminal - Execuções Criminais</p> <p>10ª Vara Criminal - Execução de Medidas e Penas Alternativas</p> <p>Comissão De Defesa Dos Direitos Da Mulher Da OAB/SE</p>

	<p>Núcleo De Defesa e Proteção Da Mulher - Defensoria Pública De Sergipe</p> <p>Centro de Apoio Operacional dos Direitos da Mulher – CAOP</p>
<b>SAÚDE</b>	<p>Maternidade Nossa Senhora de Lourdes – MNSL;</p> <p>Hospital de Urgência de Sergipe Governador João Alves Filho - HUSE;</p> <p>Associação Aracajuana de Beneficência (Hospital Santa Isabel);</p> <p>Fundação de Beneficência Hospital de Cirurgia;</p> <p>Hospital São José;</p> <p>Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher – CAISM</p>

## APÊNDICE 4. Perfil profissional

### 5.1 Sexo

Feminino	16
Masculino	01
Total	17

### 5.2 Profissão

Advogada	02
Enfermeira	01
Pedagoga	01
Psicóloga	03
Assistente Social	10
Total	17

### 5.3 Titularidade

Especialização (lato sensu)	15
Especialização (stricto sensu)	01
Não informou	01
Total	17